Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.927 • 1,30€ • Quarta-feira, 25 de Março de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

GABRIEL SOUSA

Fecho de escolas depois da Páscoa agrava incertezas sobre avaliação

Primeiro-ministro admite fecho "muito além" das férias da Páscoa • Docentes reclamam "orientações claras" para avaliação • Portugueses pedem ajuda para regressar • A vida depois de o surto ser contido • Olímpicos em 2021 • Testes privados vão ter de entrar na contagem nacional **Destaque, 2 a 19 e Editorial**

Oposição insiste que linha do metro de Lisboa é para parar

Presidente da República diz que paragem inscrita no OE é uma "recomendação". Oposição discorda **p24**

Habitação social está longe das necessidades dos portugueses

Conselho da Europa considera que a oferta está longe de suprir as carências da população pobre **p26**

Albert Uderzo (1927-2020) Morreu o artista que deu vida a Astérix e aos irredutíveis gauleses

Cultura, 36/37

Vagas no quadro para professores contratados sobem para 872

É a terceira maior vaga de entrada de professores contratados no quadro dos últimos seis anos **p27**

Mocímboa da Praia nas mãos de jihadistas durante horas

Assalto a quartel na cidade do Norte de Moçambique expõe as vulnerabilidades do Presidente Nyusi **p34**

ISNN-0872-1548

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Professores esperam instruções sobre como dar notas no 3.º período

Ninguém ficou surpreendido quando António Costa indicou que "provavelmente" as escolas ficarão fechadas "muito além" das férias da Páscoa. Mas sobram dúvidas quanto ao que se irá fazer no 3.º período e sobretudo com o que contar para avaliar os alunos

Clara Viana

Tendo entrado em território desconhecido, existem coisas que as escolas, por muito voluntarismo que tenham, não sabem como farão. E uma delas é esta: como avaliar os alunos no final do 3.º período se os estabelecimentos de ensino continuarem encerrados nessa altura devido à actual pandemia, como o primeiro-ministro admitiu ontem ser muito provável.

A questão é colocada pelo o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), Filinto Lima. "Não encontrei nenhuma novidade no que o primeiro-ministro disse hoje [ontem] no Parlamento. Mas vamos querer novidades a 9 de Abril [o dia que o Governo tem avançado para reavaliar o encerramento das escolas]. Precisamos de saber como vai decorrer o 3.º período. Que será em casa já se percebeu, mas como será feita a avaliação?"

Como todas as indicações que existem apontam para que a pandemia da covid-19 esteja longe do fim, também entre os responsáveis das instituições do ensino superior ninguém se mostrou surpreendido com as declarações de António Costa.

Ontem, em resposta a perguntas de deputados, o primeiro-ministro adiantou que, "provavelmente, no dia 9 de Abril estaremos a decidir prolongar o fecho das escolas muito além das férias da Páscoa" e que, por isso, "o 3.º período, provavelmente, não vai ser muito diferente do que tem sido estas semanas", com alunos e professores a trabalhar em casa.

O Ministério da Educação escusou-se a adiantar qualquer informação a este respeito, a começar pelo "provável" encerramento das escolas durante o 3.º período.

"O ensino à distância não é algo que seja normal no nosso sistema e a avaliação, nestas circunstâncias, torna-se mais difícil. A verdade é que de um dia para o outro tivemos de mudar todo o paradigma da escola", frisa Filinto Lima, apelando, por isso, a "orientações claras" por parte do ministério para contornar, por exemplo, problemas como estes.

Um, mais grave, que é o das "desigualdades" existentes entre os alunos, uma vez que uma percentagem significativa não tem meios para ter computadores e Internet em casa, ficando, à partida, em situação de inferioridade em relação aos seus colegas. Outro, mais circunstancial, mas que não deixa de levantar muitas dúvidas: "Percebemos que muitos dos exercícios que têm sido enviados pelos professores desde que as escolas encerraram foram resolvidos pelos pais. Se for só este tipo de trabalhos a contar para as notas do 3.º período, como podemos, na verdade, avaliar os alunos?"

Segundo Filinto Lima, este último problema não se levanta em relação às notas do 2.º período porque já existiam antes outros elementos de avaliação feitos enquanto existiram aulas, inclusive vários testes. Por essa razão, este director tem a certeza de que as notas do 2.º período serão lançadas. O mesmo garante o Ministério da Educação. Quanto aos trabalhos que nas últimas duas semanas têm sido enviados para os estudantes refere que, sendo "a avaliação contínua, todos os elemento serão tidos em conta" para as notas deste período.

O presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), Jorge Ascenção, não partilha as preocupações de Filinto Lima. "Já toda a gente estava à espera de que as escolas não iriam abrir para o 3.º período. Por isso temos de trabalhar muito e aperfeiçoar muito para que este funcione bem", adianta. Ascenção está convicto de que essa "capacidade" existe e também não vê problemas com a avaliação: "Havendo um trabalho de interacção, é possível avaliar os seus resultados."

"Não é tempo para se alimentar expectativas. O Ministério da Educação tem obrigação de dizer exactamente o que se vai passar e de clarificar como se poderá processar o trabalho e a avaliação no 3.º período", diz o líder da Federação Nacional de Professores (Fenprof), que também não foi surpreendido pelas declarações de Costa. Estas orienta-

MIGUEL MANSO

ções, acrescenta, devem também harmonizar os critérios de avaliação dos trabalhos feitos em casa pelos alunos, para não deixar esta tarefa ao critério de cada professor.

Nogueira lembra, a propósito, que o ensino à distância, através de ferramentas *online*, também constitui uma novidade para a maior parte dos professores, que têm estado a aprender ao mesmo tempo que os seus alunos. E apela a que se assuma o seguinte: "Este ano lectivo vai ser diferente de todos os outros."

Adiar exames?

Por isso, defende, é preciso tomar desde já algumas medidas: anular as provas de aferição, que começariam em Maio e que não contam para a nota; e também os exames finais do 9.º ano, porque a progressão dos alunos "depende pouco deles". Esta é também a posição do presidente da ANDAEP.

Quanto aos exames nacionais do ensino secundário, defende ainda Mário Nogueira, é "necessário alterar o seu calendário e até os seus conteúdos", porque foram elaborados na pressuposição de que o "programa" seria dado, o que não irá acontecer. O adiamento dos exames finais do secundário também já tinha sido defendido por representantes de estudantes, de pais e de directores.

O Ministério da Educação tem obrigação de dizer o que se vai passar e de clarificar como se poderá processar o trabalho e a avaliação no 3.º período

Mário Nogueira
Secretário-geral da Fenprof

Uma alteração nas datas dos exames do ensino secundário implica também mudanças no calendário de acesso ao ensino superior. No final da semana passada, o presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, João Guerreiro, tinha dito ao PÚBLICO que a situação "está a ser discutida", sendo "ainda prematuro" apresentar soluções.

Ontem, após as declarações do primeiro-ministro, aquele responsável informou que a situação não sofreu qualquer evolução. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não comenta, para já, a situação.

cviana@publico.pt

Alterar datas dos exames do secundário pode implicar mudar calendário de acesso ao superior

Prolongamento do ano "não será dramático" no superior

Samuel Silva

A suspensão das actividades presenciais nos estabelecimentos de ensino superior pode prolongar-se para além das férias da Páscoa, o que implicará mexidas no calendário académico do ensino superior. O próximo ano lectivo pode também ter de começar mais tarde para permitir terminar o actual sem sobressaltos.

A situação "não será dramática", garantem os responsáveis do sector, que até já estavam a trabalhar num cenário de que todo o segundo semestre fosse realizado em regime de ensino à distância.

Os politécnicos "já estavam a trabalhar num cenário de prolongamento" da suspensão das aulas, explica o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Pedro Dominguinhos, pelo que a afirmação do primeiro-ministro, admitindo que a suspensão das aulas presenciais pode ir "muito além" das férias da Páscoa, "não surpreende". Essa é mesmo "a posição mais avisada" neste momento, defende.

Por exemplo, no Instituto Politécnico de Setúbal, que Dominguinhos lidera, foram dadas indicações aos docentes para prepararem todo o semestre em regime de ensino à distância, antecipando que as aulas presenciais podem não ser retomadas até ao final do ano lectivo. Outras instituições de ensino superior estão também a contactar os alunos no sentido de antecipar o prolongamento desta situação excepcional.

Apesar de as aulas continuarem, ainda que à distância, a suspensão das actividades presenciais vai implicar alterações no calendário lectivo, incluindo os períodos de exames e os prazos para estudantes de doutoramento ou mestrado entregarem as suas teses.

Pedro Dominguinhos propõe uma "flexibilização" de datas: "Veremos o que será necessário, mas pode ser um mês ou dois meses."

"É tudo recuperável", concorda o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Fontainhas Fernandes, que é pessoalmente favorável à criação de uma época de exames especial para os estudantes do ensino superior, a realizar provavelmente em Setembro, de modo a garantir que nenhum aluno chumba em resultado de um ano lectivo atípico.

Os reitores das universidades públicas reúnem-se hoje para analisar os impactos que a covid-19 está a ter sobre o sector.

Um eventual prolongamento deste ano lectivo poderia "ser compensado" no próximo ano, com um arranque mais tardio do que o habitual mês de Setembro, afirma Fontainhas Fernandes.

A acontecer, "não será dramático", defende Pedro Dominguinhos. A actual geração de estudantes não está habituada a inícios do ano lectivo mais tardios, mas não seria a primeira vez que o mesmo aconteceria. Em 1989/90, por exemplo, as aulas nas universidades e politécnicos só começaram em Janeiro de 1990, em resultado de uma greve de professores.

Questionado pelo PÚBLICO, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não respondeu.

Fontainhas Fernandes

samuel.silva@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Madeira com 16 casos, um dos quais de transmissão local
A Madeira tinha ontem 16 doentes com covid-19 e o Instituto de Administração da Saúde da Madeira deu conta do primeiro caso de transmissão local no arquipélago. Todos as outras infecções foram contraídas fora da região autónoma.

Testes feitos nos privados vão ter de entrar na contagem nacional

Nova norma da DGS aplica-se ao sector público e ao privado e entra em vigor a partir de amanhã. Portugal registou ontem 33 mortes e 2362 casos confirmados de infecção

Ana Maia

Critérios mais alargados para classificar casos suspeitos, mais diversidade de resposta, centros de saúde que podem ser transformados em áreas de atendimento para doentes de covid-19 e registo de todos os casos suspeitos e dos resultados dos testes no Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (Sinave), sejam eles feitos no público ou no privado. Estas são algumas das indicações da nova norma da Direcção-Geral da Saúde (DGS) que entra em vigor a partir da meia-noite do dia 26.

"Trata-se da preparação dos sistemas de saúde para a fase de mitigação da pandemia e que produzirá efeitos a partir das 0h do dia 26 de Março", explicou o secretário de Estado da Saúde António Lacerda Sales, na conferência de imprensa, a propósito do documento publicado na segunda-feira. Portugal registou ontem 33 mortes e 2362 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus, mais 302 do que no dia anterior – o que corresponde a uma variação de 15%.

Das vítimas mortais, 63% tinham uma idade superior a 80 anos. Ao todo, 22 pessoas recuperaram. Das 203 pessoas internadas, 48 estão em unidades de cuidados intensivos. E pela primeira vez, o relatório da DGS passou a mencionar as cidades com mais casos positivos: Lisboa registava 175, Porto 126, Maia 104 e Vila Nova de Gaia 68.

A evolução epidemiológica vai levando à alteração das regras. Na conferência de imprensa, o subdirector-geral da Saúde, Diogo Cruz, lembrou que a nova norma vai "alargar muito o número de testes" que vão começar a fazer, já que permite que se façam testes "ao mínimo sintoma que os doentes apresentem".

As novas regras são para ser aplicadas a todo o sistema de saúde. Segundo a norma, todas as pessoas que tenham tosse (persistente ou agravamento da tosse habitual) ou febre (temperatura igual ou acima dos 38ºC) ou dispeneia/dificuldade respiratória passam a ser considerados casos suspeitos, que devem ser submetidos a teste laboratorial. O documento diz que "todos os doentes com suspeita de covid-19 são registados no Sinave" e que "todos os resultados dos testes laboratoriais" são registados na plataforma informática de cada laboratório e ainda no Sinave.

"O objectivo é que todo o doente suspeito seja testado, seguindo as boas práticas internacionais. Quanto ao registo, o que se pretende é ter sempre dados o mais fidedignos possível. Todos os resultados devem ser registados, sejam positivos ou negativos. As recomendações que têm sido feitas é para que sejam registados todos os resultados", explicou ao PÚBLICO Valter Fonseca, director do Departamento de Qualidade em Saúde da DGS.

A realização de testes e da capacidade diária para os fazer foi um dos temas da conferência de imprensa. António Lacerda Sales reafirmou que o país tem actualmente uma capacidade diária de fazer cerca de 4000 testes e está a realizar "2000, 2300 por dia". Questionado sobre a diferença, assegurou que "não há racionamento dos testes, nem em nenhum tipo de material". O governante indicou que o país tem "180 mil testes encomendados, 80 mil dos quais deverão chegar até ao fim da semana".

A norma estabelece prioridades na realização dos testes quando não é possível fazê-los a todos os doentes suspeitos. Fazem parte da lista doentes com critérios de internamento, recém-nascidos e grávidas, doentes com outras patologias consideradas de risco como asma, diabetes ou insuficiência cardíaca, doentes residentes em lares e unidades de convalescença, doentes com contacto próximo com pessoas com patologias de risco e profissionais de saúde que tenham sintomas.

O secretário de Estado da Saúde admitiu na conferência de imprensa que os profissionais de saúde assintomáticos também possam vir a ser testados. Esta é uma das reivindicações já feita por médicos e enfermeiros. Valter Fonseca adiantou que "a DGS está a preparar uma orientação técnica relativamente aos profissionais de saúde com contactos de risco que ainda não estão com sintomas", que será publicada o mais breve possível.

Mais linhas de atendimento

A linha SNS24 continua a ser a principal porta de entrada no sistema, mas passam também a existir linhas telefónicas para atender estes casos nos centros de saúde e Unidades de Saúde familiares. "O nosso objectivo foi fazer uma diversificação da resposta, que deixa de ser centralizada no SNS24 e passa a ter respostas de proximidade para que o doente possa preferencialmente falar com o seu médico de família. Quer entre pelo SNS24 quer tenha o primeiro acesso via cuidados de saúde primários, a pessoa será sempre avaliada de acordo com a gravidade clínica e terá o encaminhamento de acordo com a mesma", referiu Valter Fonseca.

No caso de sintomas ligeiros, o doente é encaminhado para autocuidados em casa. No prazo de 24 horas é contactado pelo centro de saúde e no prazo máximo de 48 horas após o primeiro contacto com o sistema de saúde é-lhe dada a prescrição para fazer a análise. A recolha de material para teste tanto pode acontecer no centro de saúde como noutro laboratório que seja indicado.

Os casos que precisem de internamento são encaminhados para os hospitais e há também indicações para a avaliação das situações que precisem de internamento em unidades de cuidados intensivos. Todo o percurso tem de ser registado numa plataforma criada para o efeito.

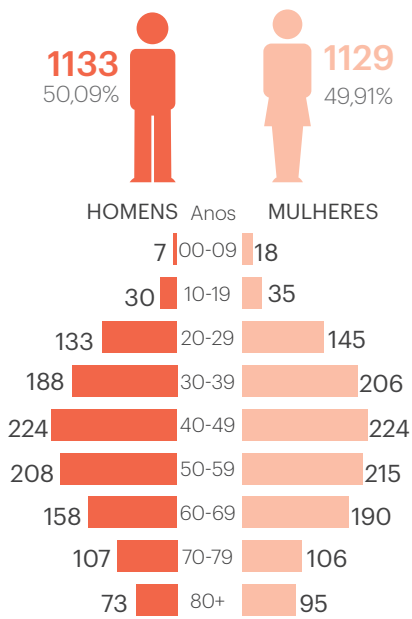
Quer seja nos cuidados de saúde primários ou nos hospitalares, têm de existir áreas de dedicadas ao covid-19, de forma a separar doentes suspeitos e infectados daqueles que não têm a doença. No caso dos cuidados de saúde primários, deve haver pelo menos uma destas áreas em cada agrupamento de centros de saúde. Mas a norma prevê que caso seja necessário se possa dedicar todo o centro de saúde ao atendimento destes doentes.

Também refere que no caso dos hospitais, em relação às crianças, quando estiver esgotada a capacidade dos hospitais de referência – actualmente são seis no continente e ilhas –, mais unidades possam ter serviços de pediatria com áreas dedicadas a doentes de covid-19.

amaia@publico.pt

Situação em Portugal

Dados de 24 Março às 16h

HOMENS	Anos	MULHERES
7	00-09	18
30	10-19	35
133	20-29	145
188	30-39	206
224	40-49	224
208	50-59	215
158	60-69	190
107	70-79	106
73	80+	95

Caracterização dos óbitos por sexo e idade

Idade	Mulheres	Homens
50-59	1	2
60-69		4
70-79		5
80+	9	12

Fonte: DGS

Variação do crescimento de infecções por SARS-CoV-2 em Portugal
Em %

Fonte: DGS

500
estudantes estão a cumprir quarentena ou isolamento social voluntário em residências universitárias no Norte do país

Comunidade Vida e Paz diz que há falta de apoio aos sem-abrigo
O alerta já tinha sido dado pela presidente da Comunidade Vida e Paz, Renata Alves, e foi ontem reforçado. Nas últimas semanas, muitos voluntários — cumprindo as recomendações das autoridades de saúde — abandonaram as equipas de rua.

Casos por concelho

Mais de 100
De 50 a 99
De 25 a 50
1 a 25
Sem dados

A Informação reportada na caracterização demográfica é relativa a 54% dos casos confirmados

AÇORES

MADEIRA

PÚBLICO

Farmácias denunciam preços elevados praticados por "empresas de ocasião"

Sónia Trigueirão

Associação de Farmácias diz que difícil acesso a paracetamol, máscaras e desinfectantes coloca em risco assistências às pessoas

SARA MATOS

A Associação Nacional de Farmácias pediu a intervenção do Governo

A Associação Nacional de Farmácias (ANF) enviou uma carta ao primeiro-ministro, António Costa, a denunciar os preços elevados praticados por "empresas de ocasião" no que diz respeito a álcool gel, desinfectante, termómetros e máscaras, bens actualmente muito procurados devido à pandemia do coronavírus. Mas também falta paracetamol. As farmácias dizem mesmo que, perante estas dificuldades no abastecimento, podem ser "forçadas a abandonar à sua sorte muitas pessoas".

Nessa missiva, a ANF diz ao primeiro-ministro que enviou um documento de mais de cem páginas à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) com facturas e propostas comerciais apresentadas às farmácias por dezenas de empresas nacionais e importadoras, na sua maioria estranhas ao mercado de produtos farmacêuticos.

E faz uma descrição dos preços exagerados com os quais são diariamente confrontados. Frascos de 30 mililitros de álcool em gel a 5 euros, máscaras entre 7 euros e 38 euros, garrafões de cinco litros de desinfectante a 79 euros e termómetros a 97 euros são alguns dos preços de aquisição que estão a ser propostos às farmácias.

A ANF pediu a intervenção do Governo com vista a repor o abastecimento de produtos de primeira necessidade para combater a crise sanitária provocada pelo coronavírus. "Máscaras, gel desinfectante, paracetamol, termómetros, matéria-prima para manipulados e equipamento de protecção individual desapareceram quase totalmente das farmácias", alerta a direcção da ANF na carta a António Costa.

As farmácias "vêem-se forçadas a abandonar à sua sorte muitas pessoas, cujas necessidades não conseguem satisfazer", descreve o documento, dando um claro sinal de que não têm os bens que actualmente são tão procurados e considerados necessários.

Sem condições de segurança

Para adquirirem esses produtos, "as farmácias têm de pagar preços especulativos e, mesmo assim, não conseguem adquirir quantidade suficiente" para garantir a segurança das suas próprias equipas e de instituições como lares de idosos.

"As equipas das farmácias estão a trabalhar sem condições de segurança, porque não conseguimos equipamento suficiente para as proteger", lê-se, na carta em que é sublinhado que o "mercado destes produtos deixou de funcionar".

Além disso, a ANF alega que a facturação de muitas farmácias começou a cair em várias zonas do país, esperando-se uma nova crise no sector. Mesmo assim, perante este cenário, a ANF recomendou às suas 2750 farmácias associadas que pratiquem margens de comercialização até ao limite de 17,5%, que se aplica aos medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados.

"Sendo a margem legal das farmácias portuguesas a mais baixa da Europa, será inequívoco o contributo responsável e transparente da nossa rede no combate à pandemia", lê-se numa circular da ANF enviada ontem às farmácias.

Há mais de uma semana que os inspectores da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) estão nas ruas a fiscalizar os preços dos produtos referidos pela ANF. Ainda ontem, a ASAE anunciou que identificou um importador e distribuidor de álcool gel de Lisboa por especulação de preços, que chegaram a atingir os 490%, e enviou o processo para o Ministério Público.

"Em resultado da operação e com base na documentação analisada preliminarmente, a ASAE concluiu que o denunciado procedeu à venda de álcool gel, a preços díspares entre si, sem qualquer justificação, uma vez que a venda, durante o mês de Março, oscilou entre os 25 e os 150 euros", diz a ASAE em comunicado.

sonia.trigueirao@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Recomendação ao Governo
O BE propõe uma recomendação ao Governo para manter nas férias da Páscoa o pagamento de dois terços da remuneração base os pais que ficam em casa por causa do fecho da escola dos filhos. O Governo só quer manter esse apoio para os pais com filhos até três anos ou com deficiência.

Uma boa notícia no meio da pandemia: saldo de 2019 deve ser mesmo "positivo"

Debate quinzenal com o primeiro-ministro foi dominado pelo combate à covid-19. Partidos colocaram questões sobre o material disponível e António Costa apresentou lista de encomendas

Maria Lopes

No meio de tanta má notícia relacionada com a covid-19, o Governo está seguro de que terá a confirmação, através das contas divulgadas pelo INE, de que no ano passado as contas públicas encerraram com saldo orçamental positivo.

Essa foi a boa notícia deixada ontem pelo primeiro-ministro num debate quinzenal dominado pelo tema do combate à pandemia. "Portugal tem sido justamente citado como um grande exemplo de um país que fez uma notável consolidação orçamental e, dentro de dias, saberemos o saldo orçamental de 2019", afirmou, acrescentando que, "com grande probabilidade", será positivo.

Mas isso, agora, só vale pelo que deixou nos cofres públicos para se conseguir combater a pandemia. E se António Costa deixou a lista de milhares dos equipamentos (alguns aos milhares de unidades) que o Governo tem estado a comprar nos últimos dias – incluindo os 500 ventiladores cuja entrega a China tem adiado –, também vincou qual deve ser a resposta europeia à crise. Esta deve passar por uma resposta imediata de investimento nos serviços de saúde para testes e equipamento com "dinheiro novo, já", para o combate à doença; e por um plano a médio ou longo prazo – chame-se ele "Marshall ou Von der Leyen" – que inclua uma "emissão conjunta de dívida titulada por *eurobonds* ou *coronabonds*. "Seria uma mensagem política fortíssima que a Europa dava no seu conjunto a todo o mundo."

A preocupação dos partidos concentrou-se na capacidade de resposta do sector da saúde e nos apoios aos trabalhadores e empresas – e também

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Costa pediu "plano Marshall ou Von der Leyen" e *"eurobonds* ou *coronabonds"*

na questão das escolas, a que Costa respondeu que o calendário do terceiro período está a ser reequacionado.

Foram apontadas falhas de material de protecção para os profissionais de saúde, mas Costa trazia a lista pormenorizada do equipamento encomendado, citando, por exemplo, "380 mil batas, 540 fatos de protecção, seis milhões de luvas, dez milhões de luvas não esterilizadas, 368 máscaras com viseira, 17 milhões de máscaras cirúrgicas". A que se somam mil ventiladores – 500 já pagos à China (que não chegarão antes de meados de Abril), 535 pedidos na plataforma europeia. Costa recusa a necessidade de requisição civil dos privados – para já.

O primeiro-ministro citou os técnicos e especialistas para justificar opções do executivo como a de recusar testes generalizados à população, preferindo o enfoque nos grupos de risco, ou até de restringir mais os movimentos da população. António Costa fez questão de vincar que esta crise de saúde terá "um preço" na economia, que ele deve ser assumido por todos. Mas, apesar de ser quase certa a renovação da declaração do estado de emergência dentro de uma semana, recusa um confinamento maior, preferindo "medidas sustentáveis no tempo". "Temos de ir medindo a par e passo como é que a mola aguenta a pressão de termos isto tudo fechado: não só pelas empresas, pelos trabalhadores e pelas famílias, mas também pela saúde mental."

Costa em alta

Ontem foi também o dia em que António Costa ultrapassou Marcelo Rebelo de Sousa num estudo de opinião, com o primeiro-ministro a surgir um ponto acima do Presidente da República (75% contra 74%) em termos da confiança que os inquiridos manifestam nas instituições para a gestão da crise. A sondagem ICS/ISCTE para o *Expresso* e a SIC foi realizada entre os dias 20 e 22, já com o estado de emergência em vigor, e confirma a tendência assinalada pelo barómetro da Intercampus, para o *Correio da Manhã*, CMTV e *Jornal de Negócios,* cujo trabalho de campo decorreu entre 13 e 19 de Março. O chefe de Estado viu descer ligeiramente a sua popularidade após a quarentena a que se submeteu, passando Costa para a dianteira da confiabilidade. **com S.R e L.B.**

maria.lopes@publico.pt

Rio deu "puxão de orelhas" à sua bancada

A declaração de Rui Rio soou a puxão de orelhas à sua própria bancada. O líder do PSD e do grupo parlamentar saiu do hemiciclo durante o debate com o primeiro-ministro, depois de alertado por Ferro Rodrigues de que estariam mais deputados na bancada do PSD do que o necessário, quando o partido reclamava que o Parlamento funcionasse com menos gente, com a comissão permanente, por causa da covid-19.

O presidente da Assembleia da República defendeu a solução apoiada por PS, PCP e BE, de manter os plenários com o quórum mínimo (46 deputados), defendendo que o Parlamento tem de "dar o exemplo". Depois, advertiu que estariam 36 deputados na bancada do PSD, em vez de 16.

Foi então que o líder do PSD exclamou: "Estão aqui deputados que não deviam estar. Eu próprio vou dar o exemplo e sair." As imagens televisivas mostram que estariam na sala entre 21 a 23 deputados do PSD, já que muitos se inscreveram e saíram, de acordo com as orientações da direcção da bancada e da conferência de líderes na semana passada. Ferro Rodrigues estaria a referir-se ao número de inscrições de deputados do PSD.

Depois do plenário, Rio disse aos jornalistas que foi feita uma lista dos deputados que deveriam estar presentes — direcção da bancada, direcção do partido e representantes da mesa da Assembleia. Reafirmou que apenas deveria funcionar a comissão permanente, mas que, se foi decidido realizar plenários, isso deve ser cumprido. **S.R.**

27 detidos por violarem regras
Já houve 27 detenções por violação das regras do isolamento pessoal ou pelo "não acatamento" de recomendações feitas e 274 estabelecimentos foram encerrados por violação da obrigação de suspensão de actividade, fez saber o ministro da Administração Interna.

95%
dos portugueses concordam com o estado de emergência, segundo uma sondagem CS/ISCTE para *Expresso* e SIC

Hospital de campanha em Lisboa
Está a ser montado no Estádio Universitário de Lisboa um hospital de campanha com 500 camas. A intenção não é levar para ali doentes infectados com o novo coronavírus mas pacientes com outras patologias que estejam nas enfermarias do Hospital de Santa Maria.

Quem chega à Beira Interior fica de quarentena
A Beira Interior decretou quarentena de duas semanas a todos os que cheguem à região vindos de outras zonas do país ou do estrangeiro, noticia o *Jornal do Fundão*. Estão abrangidos vários concelhos. Fundão, Covilhã e Belmonte são apenas exemplos.

Presidente garante que dados divulgados sobre a covid-19 são correctos e fiáveis

Leonete Botelho e Sofia Rodrigues

O Presidente da República garante que todos os números de casos de covid-19 que têm sido divulgados pela Direcção-Geral da Saúde estão correctos e são os fiáveis, recusando afirmações em contrário. Marcelo Rebelo de Sousa defendeu ontem que "tem havido uma preocupação constante de verdade". Assegurou que "ninguém quer mentir a ninguém", que os especialistas dão todos os dados disponíveis" e que os números divulgados "têm adesão à realidade". "Os novos casos são os casos testados, os internados, internados nos cuidados intensivos e os óbitos, infelizmente, são os que estão a ser divulgados", afirmou.

O chefe de Estado falava aos jornalistas no final de uma sessão com apresentações técnicas sobre a "Situação epidemiológica da covid-19 em Portugal", uma iniciativa do Governo que contou ainda com a presença do presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, do primeiro-ministro, António Costa, dos líderes dos partidos com assento parlamentar, das confederações patronais e das estruturas sindicais, que decorreu no Infarmed, em Lisboa.

Em declarações após o *briefing*, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou-se também confortável com a política de testes adoptada no país. "Foi ali explicado que a realização de testes universais tem desvantagens, como a falsa sensação de segurança que pode dar às pessoas testadas, porque no dia seguinte, em qualquer momento, podem ser contaminadas", respondeu aos jornalistas, que perguntavam porque não estava a ser aplicada a recomendação da Organização Mundial de Saúde sobre "testar, testar, testar".

"Nós vamos aperfeiçoando selectivamente o alargamento dos testes", limitou-se a repetir.

O chefe de Estado afirmou ainda que os epidemiologistas explicaram que o pico da doença pode vir a ser "um bocadinho mais tarde" do que 14 de Abril, como tinha sido previsto, porque as medidas de contenção da doença estão a fazer com que o crescimento seja menor do que o estimado. "Não é possível fazer previsões certas", disse, mas admitiu que venha a acontecer na semana da Páscoa. E adiantou que deverá haver outra reunião do género no final do mês.

"Sabem que no dia 2 de Abril cessa a vigência do estado de emergência e coloca-se a questão da sua renovação ou não. Faz sentido uma ponderação conjunta dos responsáveis políticos com os especialistas no domínio da saúde", defendeu.

Marcelo quis também passar uma mensagem de união e esperança. Considerou que a sessão técnica sobre a covid-19 em Portugal contribuiu para "cimentar um espírito de coesão e de unidade" entre responsáveis políticos e que há razões para esperança: "Estamos todos a remar para o mesmo lado." E disse sair menos preocupado do *briefing* por três motivos: "Estamos mais unidos, vai havendo mais informação da parte dos especialistas e os portugueses estão a fazer com que a curva não seja a curva de outros países", justificou.

Logo a seguir, o líder do PSD, Rui Rio, mostrou-se preocupado com os efeitos da pandemia na economia. "Para a economia é que esta situação é muitíssimo complicada. Quanto melhor para a saúde pior para a economia. E isso é dramático para equilibrar", disse aos jornalistas à saída do encontro.

Questionado sobre a renovação do estado de emergência, começou por considerar a questão prematura, mas acabou por comentar que será "muito difícil que não se tenha de renovar". E apelou aos portugueses para que continuem em casa.

lbotelho@publico.pt
srodrigues@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 8

Conscientes da ameaça global, lembramos a fé, que também é global

Faranaz Keshavjee

Todos os dias, à mesma hora, membros da minha família, ligam-se via Internet, independentemente de onde se encontrem. Alguns ainda são os que um dia saíram de um contexto de guerra e entraram em Portugal continental, num outro contexto histórico crítico. Ontem éramos quase 70 ligados a uma corrente de energia e de boa disposição. Conectamo-nos para rezar. Seguimos um guião semelhante ao do *Jamat Khana* (a Casa da Comunidade, a sala de orações para os muçulmanos ismailis). Este encerrou, por tempo indeterminado.

Para as orações, leituras e cânticos devocionais, voluntariam-se miúdos e graúdos. Desde Portugal a Espanha, Itália, Inglaterra, Bélgica, Irlanda, Brasil, Angola e Moçambique; pequenos e grandes, vivendo só ou acompanhados, conscientes da ameaça global, lembramos a fé, que também é global. Ontem, inovámos. Depois das orações, pedimos a um sobrinho para tocar piano. No *Jamat Khana* físico não temos piano, sei que já houve outros instrumentos. Desapareceram talvez por causa das perseguições. Era preciso maior discrição, talvez.

Na despedida alguém lembra: "Vamos lá saber o que diz o Marcelo sobre o estado de emergência." Nesse momento a minha mente teletransportou-me dos meus 52 anos, para uma menina de 5. Para outro estado de emergência, em Moçambique. A casa onde nos juntámos, pertencia a um tio que era então o presidente da comunidade. "*Shhh, shhh*, silêncio! Vai falar o Presidente Samora Machel!" Olhei à volta, vi pessoas muito altas e grandes, com medo... aquilo era mais sério. Agora, mais do que ficar em casa e de nem sequer poder ir à janela, senti um novo medo.

A voz, que se ouvia mal, vinha de um móvel enorme, onde havia um gira-discos e um transmissor de rádio com botões grandes. Era um móvel bonito. Não se podia tocar. Eu não podia. Podia estragar. Era o único aparelho assim. Não havia televisão.

Pouco importa agora relatar a minha experiência de transição de um contexto para outro. Mas é importante o contexto de hoje. Vejo fotografias de cenários de quarentena, que vão desde o melhor ao pior deste mundo. Se, para alguns como eu, é possível despertar em conforto e segurança, e abrir a torneira e ter água potável, entre outros confortos e garantias, o mesmo já não é real para outros que hoje, enquanto escrevo estas linhas, estão a viver nas fronteiras da indignidade humana.

Oxalá, as próximas gerações contem esta história como sendo de enorme sucesso e orgulho daquilo que nos caracteriza enquanto comunidade

É óbvio que me custa conhecer o pânico e o medo que amigos, colegas e familiares sentem. E sim, hoje mais do que ontem, temos a consciência de que nada do que temos nos está indefinidamente garantido. Mas é importante perceber que há guerras e guerras. E que esta é uma que carrega muitos privilégios. Muitos. É só olhar.

Uma tia, que teria 5 anos quando se deu a Primeira Guerra, contou uma história curiosa. Várias famílias da comunidade decidiram ir para Dar-es-Salam para a celebração do Jubileu de Diamante do anterior Aga Khan. Alugaram o convés de um navio. Juntaram colchões, lençóis, organizaram comida e bebida. Contou que rezavam e dançavam celebrando a benesse do líder espiritual. Neste percurso de algumas semanas, nunca se aperceberam de que o navio estava em risco de naufragar. Do convés não se percebia que o navio seguia já de lado! Próximos do destino, o capitão desce eufórico para cumprimentar toda a gente. E agradecer! Agradece muito, porque está convencidíssimo de que foi a fé daquelas pessoas que impediu o naufrágio!

A história poderia ser só de tragédia, mas foi-me contada a sorrir!

Se o novo vírus se assemelha em muito à peste bubónica de 1343-53, que matou cerca de 200 milhões de pessoas, creio ser importante tirar proveito do que temos hoje para fazer a diferença que marcará as gerações vindouras. Oxalá, as próximas contem esta história como sendo de enorme sucesso e orgulho daquilo que nos caracteriza enquanto comunidade humana.

Especialista em Estudos Islâmicos

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Plataformas de denúncias
O BE vai lançar uma plataforma de recepção de denúncias de despedimentos arbitrários e situações de "irresponsabilidade social" por parte de empregadores. O PCP já tinha lançado na sexta-feira o portal "Nem um direito a menos", com o *email denuncia@pcp.pt*.

Combater o vírus da incerteza na saúde e na economia

Opinião
Maria da Graça Carvalho

As sociedades precisam de estabilidade para funcionarem em pleno. Os tempos que correm, contudo, são provavelmente os mais incertos que a maioria de nós já viveu. É por isso que a guerra contra o coronavírus é travada em duas frentes: a saúde, absolutamente prioritária; e a economia, fundamental no curto e no longo prazo.

O primeiro desafio é precisamente não deixarmos que a incerteza nos conduza à inação. O coronavírus acabará por ser derrotado. Mas o que fizermos agora, individualmente e como sociedade, será decisivo tanto no número de mortes que serão evitadas como nas vidas que todos teremos quando isto terminar.

É preciso investir mais. Agilizar mais os procedimentos. É preciso uma estratégia clara a nível europeu, que oriente, apoie e reforce as respostas que estão a ser dadas pelos diferentes países. Temos de subir a parada à escala da ameaça que enfrentamos.

O objetivo essencial dessa mobilização é sem dúvida a proteção da saúde das nossas populações. No entanto, estou convencida de que essa será também a melhor resposta no plano económico.

A gestão económica da crise do coronavírus deve fazer-se considerando as diferentes realidades. Há setores, pessoas, que nesta fase são essenciais, aos quais devem ser garantidos todos os meios para cumprirem a sua missão de forma eficaz e segura. Na saúde, na proteção civil, em vários serviços. Também na indústria e investigação, cujas atividades são úteis à guerra que estamos a travar.

E há outros setores importantíssimos para a nossa sociedade que estão a ser fortemente afetados e terão também de ser apoiados, não esquecendo a proteção social às franjas mais fragilizadas da população.

Aos políticos, eleitos pelos cidadãos, exige-se proatividade nos seus diversos papéis. O quadro que a Comissão Europeia acaba de apresentar, com as primeiras medidas para abrandar as restrições às ajudas económicas que cada Estado e a própria União Europeia podem dar às empresas, é uma resposta importante. Permitirá, no imediato, injetar oxigénio no sistema de crédito, de forma a que esta crise não tenha um impacto desproporcional sobre os cidadãos, as PME e as economias locais. Mas temos de ser decididos e criar as bases de uma cooperação que vá além das medidas de emergência.

Como eurodeputada, à semelhança de muitos dos meus colegas, tenho tentado influenciar aqueles que estão em posição de tomar medidas de impacto imediato.

Há alguns dias, a comissária europeia para a Ciência, Educação e Juventude, Maryia Gabriel, apresentou aos coordenadores e vice-coordenadores da Comissão ITRE (que engloba a Indústria e também a Ciência e Inovação) um conjunto de medidas importantes para aumentar o envolvimento da investigação científica europeia no combate à covid-19, entre as quais o apoio de 80 milhões de euros concedidos ao laboratório germânico que está a desenvolver a vacina conhecida como CureVac.

Na resposta que lhe enviei, para além de lhe agradecer os esforços, pedi-lhe que os multiplicasse, nomeadamente através da rápida criação de uma missão destinada a coordenar e acelerar todas as iniciativas de ciência e inovação nesta área, à semelhança do que está previsto para o programa-quadro Horizonte Europa na área do cancro. Esta missão deverá ter um financiamento substancial, de pelo menos mil milhões de euros. O seu principal objetivo será o desenvolvimento de terapias e de uma vacina no mais curto espaço de tempo possível. Além disso, poderá ter um papel fundamental no acesso a dados, que é um fator decisivo para a rápida prossecução destes objetivos.

No mesmo sentido, contactei esta semana o comissário europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, pedindo-lhe que tomasse medidas para incentivar a indústria a envolver-se na resposta às necessidades atuais, nomeadamente em termos de equipamentos médicos, como ventiladores e máscaras de proteção e a possibilidade de agilizar a questão da limitação da protecção, através de patente, da produção de ventiladores. Outros terão feito apelos semelhantes.

Na última quinta-feira, o comissário anunciou várias medidas que vão ao encontro dessas preocupações.

São pequenos passos, mas que mostram já uma atitude diferente para melhor em relação a esta crise de saúde que é também económica. Nesta fase, é especulativo apontar medidas para o "pós-guerra", porque ainda não conhecemos o real impacto desta crise. Mas já não restam dúvidas de que muitas coisas não voltarão a ser iguais após o coronavírus. Temos a obrigação de aprender com esta experiência.

Eurodeputada do PSD

Há 2000 a 3000 portugueses que pedem ajuda para voltar

Nuno Ribeiro

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, calcula que haja entre dois e três mil portugueses a precisar de apoio para regressarem a Portugal. Esta estimativa foi feita ontem pelo chefe da diplomacia portuguesa aos deputados da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, numa audição de urgência solicitada pelo PSD.

Desde o início da crise do novo conoravírus, e sobretudo a partir da declaração de pandemia por parte da Organização Mundial de Saúde, Santos Silva revelou que quatro mil portugueses pediram auxílio às autoridades de Lisboa para o seu regresso. "Está concluído o processo [de repatriamento] na Argélia, Egipto, China, Chipre, dos que estavam ao largo dos Estados Unidos num navio de cruzeiro, bem como no Irão, Japão, Maldivas, Mongólia, Marrocos, com quatro voos, Singapura e Tunísia", disse Santos Silva.

Estes processos foram considerados concluídos ontem, destacou o ministro, vincando que este é um processo dinâmico. Apontou o exemplo dos 1500 estudantes de Erasmus que só foram detectados depois de contactados os cerca de 4 mil recenseados pela agência nacional de Eramus em Portugal. Aqueles 1500 alunos de Erasmus não tinham sido reportados pelas instituições de ensino à referida agência, exemplificou.

Até agora, os processos de mais fácil resolução foram os relativos aos países da União Europeia, onde vigora o princípio da mobilidade e a livre circulação, situação que também ocorre na Suíça e no Reino Unido, que são países associados. Isto, apesar de excepções sanitárias entretanto decretadas em Itália ou Espanha.

No lado oposto, as questões de maior dificuldade decorrem dos países com as quais as ligações aéreas foram cortadas ou foi imposta a lei marcial. Ainda assim, Augusto Santos Silva destacou as excepções conseguidas com os países de língua oficial portuguesa. A TAP terá voado ainda ontem para Cabo Verde e na véspera para Moçambique. Hoje deve trazer mais portugueses da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola.

Entre as situações mais difíceis, está a da Venezuela, país que já tinha impedido a TAP de operar durante 90 dias, e que, entretanto, fechou o espaço aéreo à Europa. A distribuição de medicamentos à comunidade luso-descendente, via mala diplomática, foi por isso interrompida. "Ainda não há solução", reconheceu o chefe da diplomacia.

Também os 109 estudantes portugueses em Erasmus fora da União Europeia obrigam a outros processos, junto das autoridades locais.

Para Santos Silva, são três as prioridades neste domínio: ajudar os viajantes ocasionais, de turistas a homens de negócios, que foram surpreendidos pelo fecho das ligações aéreas e querem regressar a Portugal; apoio aos estudantes do Erasmus; estrangeiros residentes em Portugal que querem regressar.

O titular dos Negócios Estrangeiros fez um apelo aos portugueses. "Não saiam para o estrangeiro. Ninguém hoje consegue garantir acudir a todo o lado", alertou, criticando quem viajou em lazer para países de onde a saída já era previsivelmente incerta.

nribeiro@publico.pt

Augusto Santos Silva

Compras com Multibanco caem
De acordo com a SIBS, o número de compras na rede Multibanco foi, na semana passada, 44% mais baixo do que na semana antes do início da crise. A compensar este resultado, o montante médio de cada compra foi mais elevado, passando de 34,7 euros para 42,1 euros na semana passada.

50

Cartões *contactless* podem ser usados para efectuar pagamentos até 50 euros, acima dos actuais 20 euros

Inspecções automóveis adiadas
Os veículos a motor e seus reboques, ligeiros ou pesados que devessem ser apresentados à inspecção periódica no período entre 13 de Março e 30 de Junho de 2020, terão um prazo prorrogado por cinco meses contados da data da matrícula, anunciou o Governo ontem.

Aviação perde 233 mil milhões
A IATA subiu a estimativa do impacto do novo coronavírus nas contas das companhias aéreas para 233 mil milhões de euros este ano, o que traduz uma quebra de 44% face às receitas de 2019. Este valor representa uma subida da factura em 120% face à estimativa inicial.

Empresários têxteis pedem apoio para 1,3 milhões de salários e alertam que não é altura de "ter dilemas"

Victor Ferreira

Patrões dizem que pacote de ajudas está mais centrado na gestão orçamental do que no apoio real às fábricas

Nem *layoffs* nem linhas de crédito vão ajudar a resolver os problemas da indústria têxtil e de vestuário. "A principal medida que salvará empregos é o apoio imediato ao pagamento de salários", afirma o presidente da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), Mário Jorge Machado.

Numa carta que vai ser publicada dentro de dias no jornal da ATP, o patrão dos patrões do têxtil avisa o Governo de António Costa de que as medidas apresentadas até ao momento para apoiar as empresas são insuficientes e não ajudam a tratar dos problemas reais. Além disso, lança um alerta: não é altura para o Governo "ter dilemas".

Mário Jorge Machado dá assim voz ao que muitos empresários deste sector têm dito nos últimos dias: o pacote de ajudas proposto aos diferentes sectores económicos é insuficiente e tem demasiadas preocupações de gestão orçamental numa altura em que a própria União Europeia já disse que as regras do défice são secundárias neste momento.

"Um cenário de 1,3 milhões de trabalhadores e o custo médio de 750 euros por mês durante três meses totalizaria 3000 milhões de euros", escreve o empresário e administrador do grupo Estamparia Adalberto, num texto que está a ser citado pela *newsletter* da ATP.

"Num quadro de insolvências, poderão ser mais de 500 mil os desempregados, que, a receber subsídio de desemprego durante um ano, facilmente ultrapassará os 4500 milhões de euros. Ao que se somaria a quebra de receitas fiscais geradas pelas empresas e os custos de todos os problemas sociais conexos", prossegue, tentando demonstrar que sairá mais barato intervir agora com medidas mais alinhadas com a situação de muitas empresas, que já se debatem com problemas para pagar os salários.

O Governo colocou o sector têxtil e vestuário na linha de crédito de apoio à liquidez de empresas industriais, cuja dotação total é de 1300 milhões de euros. A ideia é ajudar a tesouraria das empresas que se debatem com perda de receitas, diferindo e adiando ainda responsabilidades fiscais e aliviando igualmente alguns deveres contributivos, como a redução temporária da Taxa Social Única.

Porém, diz Mário Machado, tudo isto tem um problema: são medidas que "estão muito centradas na concessão de empréstimos ou dilação de pagamentos de alguns impostos e responsabilidades com terceiros", o que significa que "é uma ajuda na resolução do problema de liquidez, mas criando dívida nas empresas".

Por isso, conclui, "é muito pouco para a dimensão do problema" e têm sobretudo um benefício: "Terão um peso reduzido no défice orçamental". Aliás, o título da carta do presidente da ATP assume que o Governo "enfrenta um dilema": "economia *versus* finanças".

Crítica ao *layoff* simplificado

Os empresários da Indústria Têxtil e do Vestuário, que pesa 3% do PIB e representa 10% das exportações nacionais (quase tanto como a indústria automóvel), pedem mais para que "nenhuma empresa fique impossibilitada de pagar salários ou tenha de despedir trabalhadores".

E referindo-se ao *layoff* simplificado, ao qual recorreu uma grande empresa têxtil (a Coindu vai colocar 2300 trabalhadores em casa até ao final de Abril), diz Machado que "nem a exigência da quebra de 40% no volume de negócios das empresas nos dois meses homólogos do ano anterior nem o fecho da laboração deveriam ser condições/opções para aceder".

Têxtil tem peso de 3% do PIB

Isto porque, no critério da quebra de facturação, "uma grande parte das empresas não será capaz de suportar tal encargo – a que o Governo se eximiria –", e no segundo, "não será a solução para muitas empresas que precisam da continuidade de alguma laboração para poder executar colecções e amostras, que é crítica para ter encomendas no segundo semestre do ano".

Por isso, conclui Mário Machado, "o Governo não deve ter dilemas, as empresas que não têm trabalho para os colaboradores precisam de auxílio para pagar os salários desde já, porque o custo económico, financeiro e social é muito inferior do que aquele que teremos de suportar se for mantida a actual versão da lei simplificada do *layoff*".

voferreira@publico.pt

DESTAQUE

Pescadores à beira de um ataque de nervos

Pesca artesanal pediu apoios para paragem temporária, perante o receio de mestres e tripulações e a quebra na procura em lota. Bruxelas pode anunciar medidas já hoje

Abel Coentrão

Jaime Reina está em Matosinhos, num descanso entre marés. Não sai do barco, o *Jaimito*. Atende o telefone, e é imediatamente notório, na voz, o desalento com que este mestre de Vila do Conde fala dos dias que correm. O sector vive, como o país, momentos de ansiedade e de incerteza, mas se em terra o combate ao novo coronavírus se faz com isolamento físico, conseguir cumprir essas regras a bordo das embarcações de pesca local ou costeira, como a dele, é impossível, garante. Sentem-se em risco acrescido. E, pior, já perceberam, no bolso, que o esforço de ir pescar, nestes tempos, "não compensa".

Hoje, explicou o Ministério do Mar ao PÚBLICO, há uma reunião extraordinária do Conselho Europeu dos Ministros da Agricultura e das Pescas com o comissário Virginijus Sinkevicius, "para análise e tomada de decisões nesta matéria". E é muito provável que do encontro saiam outras medidas, para além das já decididas pelo Governo, para suportar um sector que em Portugal movimenta centenas de embarcações, e 16 mil homens, e que está a abrir brechas, perante o afundamento da economia provocado pela covid-19.

Já na semana passada, o *El País* dava conta de que o novo coronavírus ameaça paralisar a pesca em Espanha, país que detém a maior frota da União, afectando, principalmente, as embarcações que operam junto à costa e na plataforma continental, com características semelhantes às portuguesas. Lá como entre nós, as causas são idênticas: a sensação de risco, e as alterações no mercado. O ambiente é de "desmoralização geral", dizia um armador espanhol.

Dificuldades de escoamento

Com o encerramento de restaurantes, hotéis e algumas praças, somado às dificuldades na exportação para alguns países, o preço das espécies mais nobres de peixe caiu abruptamente, para metade ou menos do valor a que era transaccionado ainda há dias. São os hipermercados que estão a "aguentar o barco", escoando parte das capturas, mas dando preferência, como é normal, a peixe que o consumidor comum consegue comprar, como o carapau, a faneca, a pescada, entre outros, que até se valorizaram nalguns portos, mas rendem menos. Já os preços em lota do linguado, do rodovalho ou do tamboril, para dar exemplos, vieram por aí abaixo, como se lhe tivessem amarrado um chumbo.

Em Peniche, por exemplo, vários armadores já pararam, explicou ao PÚBLICO Jerónimo Rato, presidente da CAPA – Cooperativa dos Armadores da Pesca Artesanal. Este dirigente associativo avisa que, com ou sem apoios do Governo, o sector corre o risco de paralisar. "O problema é que as tripulações não querem trabalhar, e têm razão", diz este armador cujo barco e os seus sete homens já não têm ido ao mar, por decisão do patrão. Em Vila do Conde, Duarte Sá, director da Associação de Armadores da Pesca do Norte, assinala que armadores e mestres (muitas vezes os dois papéis estão sobrepostos, nestas empresas maioritariamente de cariz familiar), estão nas mãos das tripulações. Se normalmente já é difícil manter uma embarcação no activo, dada a falta de mão-de-obra, com a volatilidade destes momentos a situação complicou-se.

Na semana passada, as tripulações de dois barcos pertencentes a uma família desta zona do país, o *Fugitivo* e o *Candeias*, recusaram ir para casa, para junto das suas famílias, enquanto não fosse conhecido o resultado das análises a um dos seus companheiros, que teve, durante a faina, sintomas de gripe. Passaram a noite nas embarcações, encostadas no molhe do porto, num gesto de precaução e responsabilidade perante os seus que mereceu elogio. Mas quer Duarte Sá, quer o mestre e armador do *Silva Marques*, Manuel Marques, admitem que, se o desfecho deste caso tivesse sido diferente, dificilmente os barcos que aportam na Póvoa de Varzim, onde trabalha, teriam voltado ao mar. "Os homens andam preocupados, assustados", confessa o pescador.

Isolamento, num barco?

No *Silva Marques*, a tripulação foi reduzida ao mínimo. Com 20 metros de comprimento, o seu barco ainda tem dimensões generosas, face à média da frota, mas, mesmo assim, é impossível manter o afastamento entre seis homens a bordo. Já não se fazem refeições quentes, para evitar partilha de loiça, mas dormem todos juntos, no confinamento da camarinha, e o trabalho, esse ou se faz em grupo, ou não se faz. O alador mecânico puxa os covos e as redes para dentro, mas a partir daí é à força de braços, num espaço reduzido. A expressão "tudo ao molho e fé em

PAULO CUNHA /LUSA

Deus" ganha, nos dias que correm, todo um novo sentido.

Com a noção do risco a crescer, desde que foi decretado o estado de emergência, o único incentivo para pescar seria o rendimento. "Se pudéssemos continuar a trabalhar sem esta desvalorização dos preços, daria para nos aguentarmos sem recorrer a apoios.... Se assim não for, vai ser complicado...", nota Paulo Lopes, presidente da APARA – Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro. Mais a norte, Jaime Reina complementa: "Na semana passada, reparti 65 euros para cada pescador. O que é isso? Não dá. Sou patriota, mas os portugueses que me desculpem e comam carne durante uns tempos. Isto há-de passar".

O problema é que ninguém sabe quando passará. A braços com solicitações de vários sectores económicos, após ter sido decretado o estado de emergência, o Governo anunciou desde logo algumas medidas. Mandou suspender, por 90 dias, a cobrança da taxa de acostagem devida pelas embarcações e aprovou uma linha de crédito de 20 milhões de euros para a pesca e a aquicultura, "com o pagamento dos respectivos juros pelo Estado". Foi igualmente acelerado o pagamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, que cobre paralisações por mau tempo, "prevendo-se o pagamento no início do mês de Abril de 508 candidaturas que envolvem 350 mil euros".

Portos reduzem leilões

Esta semana, "ouvidas as associações de pesca", o ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, decidiu reduzir o número de leilões e adaptar os horários da primeira venda, "durante a vigência do estado de emergência", mexendo com a actividade de lotas como as da Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, Olhão, Vila Real de Santo António e Albufeira. Neste último concelho deixa, inclusivamente, de haver leilão. As restantes lotas, com maior movimento de embarcações e pescado, mantêm-se, para já, em actividade normal, embora condicionada, também, pela activação dos respectivos planos de contingência.

Foram ainda tomadas medidas no âmbito do Programa Mar 2020, para facilitar a vida a quem tem investimentos em curso apoiados por fundos comunitários. Mas as organizações do sector notam, no entanto, que todas as iniciativas já apresentadas não respondem cabalmente aos dois grandes problemas que os afectam no momento, e fizeram-no saber, numa carta enviada ao ministro e ao secretário de Estado das Pescas, José Apolinário. Jerónimo Rato já o tinha dito, por escrito, à própria Comissão Europeia, que consultou as associações de produtores. Consideram que é preciso tomar medidas de apoio à cessação temporária da actividade e um plano de ajustamento, também ele temporário, do esforço de pesca às actuais condições do mercado e do país, explicou Duarte Sá.

O Governo explicou ao PÚBLICO que "desencadeou uma iniciativa junto da Comissão Europeia, no sentido da revisão do regulamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), para adaptação a esta situação excepcional, defendendo medidas específicas destinadas à pesca e à aquicultura. Em concreto, estamos a falar de aumento do período de carência de linhas de crédito, alargamento da elegibilidade do fundo e novas medidas para apoio à pesca e à aquicultura". E, tendo em conta que o problema já afecta vários países – há, por exemplo, portugueses parados, sem pescar, na Irlanda – é quase certo que da reunião agendada para hoje, em Bruxelas, haja novidades.

> **Se pudéssemos continuar a trabalhar sem esta desvalorização dos preços, daria para nos aguentarmos sem recorrer a apoios.... Se assim não for, vai ser complicado**
>
> **Paulo Lopes**
> presidente da APARA

"É preciso alimentar o país"

O Ministério do Mar garante que "está empenhado em fazer o que estiver ao seu alcance para pôr em marcha medidas que protejam a fileira do pescado neste contexto de pandemia."

Jerónimo Rato acredita que Bruxelas apoiará a cessação temporária da actividade da frota. E Duarte Sá considera que não pode ser de outra forma, pois não é possível manter a pesca neste clima de incerteza sem uma intervenção regulatória, que apoie os que ficarem em terra, mas também aqueles que tiverem de ir para o mar.

Duarte Sá alerta que a gestão das paragens não pode ficar apenas ao critério do bom senso dos armadores, sob pena de todos saírem prejudicados. E, na mesma linha de pensamento, a Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar propunha, ontem, que fossem criadas condições, ao nível de apoios comunitários, para manter em actividade apenas cerca de 30% da frota nacional. "Ao reduzir o numero de embarcações a laborar, consequentemente todas as actividades conexas à pesca, como é o caso dos funcionários das lotas, tripulantes de terra que tratam do peixe, compradores, entre outros, podiam ser reduzidas também em cerca de 70%, evitando-se a concentração de pessoas", argumenta esta organização.

É difícil perceber quantos já encostaram o barco. Mas, de norte a sul, há companhas que continuam a cumprir ordens. No Algarve, onde cerca de 20 compradores ainda aparecem para os leilões na Quarteira, os preços ainda não desceram muito "porque as embarcações maiores pararam voluntariamente". Mas se isso significa melhores vendas, nota Hugo Martins, da Associação Quarpesca, também representa "um risco acrescido" para quem continua a trabalhar, maioritariamente em barcos com menos de 12 metros.

A trabalhar há muitos anos a partir de Aveiro, Carlos Craveiro, proprietário do *Ajudado por Deus* e do *Glória do Mar*, também se queixa do valor do peixe em lota, mas é outro dos que se mantêm determinados a continuar a ir pescar.

"É preciso alimentar o país", insistia ao telefone, pouco depois de ter dado por terminada mais uma saída para o mar e já a caminho de Caxinas, em Vila do Conde. Este armador garante que a ameaça do coronavírus não tem gerado receios excessivos às suas tripulações. "Estamos mais preocupados agora que vamos para casa, pois o vírus está em terra, não no mar", apontava.

Os homens de Carlos Craveiro "já estão avisados: se alguém estiver com algum sintoma, não vai para o mar", explica. Mas, para Jerónimo Rato, ou mesmo para Manuel Marques, esta confiança está por um fio. "É só aparecer o primeiro caso entre pescadores...", avisa o armador de Vila do Conde. A ver, à distância, a família retida em casa, o seu conterrâneo Jaime Reina não tem dúvidas sobre o que gostaria de fazer. Entre amarrar o barco ao cais ou sair para ganhar quase nada, quando anda um vírus a assustar meio mundo, o mestre do *Jaimito* assume que está prestes a parar. "A vida está primeiro. Vivo, terei tempo para ganhar dinheiro". **com Maria José Santana**

acoentrao@publico.pt

Alemanha recebe doentes de outros países
A Alemanha está já a acolher doentes de covid-19 de França e de Itália. É uma iniciativa de alguns estados-federados.O sistema de saúde alemão está a responder melhor à pandemia, com menos casos, em termos proporcionais, que outros países

O que vem aí? Testar os netos para o coronavírus para visitarem os avos

Especialistas antecipam medidas que poderão ser tomadas depois de se começarem a reduzir as restrições ditadas pela covid-19 mas a vida normal ainda não ser possível

Maria João Guimarães

O que vai acontecer quando o pico de infecções de coronavírus descer? Quanto tempo vão durar as restrições à vida diária, as escolas encerradas, o teletrabalho? São questões ainda sem resposta. Mas quando numa frente a luta contra o coronavírus é desacelerar o ritmo de novos casos com as medidas de isolamento social, noutra há equipas a estudar como poderá ser a "fase de saída".

A fase actual poderá durar ainda semanas, pelo menos – só agora se começa a ver o efeito das medidas tomadas para mitigar a subida de infecções, em Portugal e numa série de países europeus. Quando a perspectiva mais optimista para haver uma vacina é de um ano, e ninguém arrisca antecipar quando haverá um tratamento eficaz para a covid-19, especialistas avisam que as fases seguintes também vão ter desafios.

Uma das primeiras autoridades de saúde pública a falar de horizontes temporais foi o Instituto Robert Koch, na Alemanha. Na semana passada, Lothar Wieler, o presidente do instituto que está a fazer o controlo da pandemia na Alemanha, alertava que, como as pandemias tendem a seguir o seu curso em ondas, esta poderia durar dois anos e que, no pior dos casos, algumas restrições poderiam vigorar todo este tempo.

Não sendo possível manter as medidas restritivas agora em vigor em Itália, Espanha, Alemanha, França ou Portugal durante tanto tempo, tanto por razões económicas como de saúde, mas sendo também impossível um regresso total à normalidade, que traria um novo pico de infecções, alguns especialistas vão especulando sobre que medidas poderão ser postas em prática nos chamados "planos de saída", como diz a BBC. Mas ainda não há muitas pistas sobre como poderia ser um plano deste género.

O virologista alemão Christian Drosten, do Hospital Charité (Berlim), que integra uma equipa de peritos que tem aconselhado o Governo alemão, antecipou, numa entrevista ao semanário *Die Zeit*, que "talvez tenhamos de estar um ano num estado de emergência" – embora provavelmente não, sublinhou, com as actuais medidas. "Também não consigo imaginar" este cenário, reconhece.

Para Drosten, a primeira prioridade será uma solução para reabrir as escolas, cujo encerramento implica manter um dos pais em casa, com efeitos na economia (e perder um semestre ou um ano é também diferente numa universidade). Isto terá de ser feito, sublinha, enquanto se mantém uma protecção para os que estão em risco especial, pessoas com problemas imunitários, doenças preexistentes, e com mais de 60 anos. "Testes rigorosos para os grupos de risco, que teriam admissão hospitalar prioritária, e teletrabalho para quem está em grupos de risco", seriam hipóteses. "Poderia haver maneiras de isolar idosos em casa, com serviços para eles. Na vida do dia-a-dia, as crianças devem ser mantidas longe dos que estão em risco o mais possível", acrescentou o especialista, porque as crianças, muitas vezes assintomáticas, podem transmitir ainda assim o vírus.

Medidas nas escolas

Mesmo quando as escolas reabrirem, diz Drosten, deverá haver medidas para que o contacto seja minimizado, por exemplo com certos corredores usados apenas por algumas turmas, sem utilização de quaisquer áreas comuns, e com recreios condicionados ou mesmo sem intervalos. "Isso irá requerer planeamento, mas temos tempo entre agora e a semana a seguir à Páscoa."

À questão do jornalista do jornal *Die Zeit* de sobre como poderia haver então contacto entre avós e netos, Drosten especulou que "talvez os netos que queiram visitar os avós tenham de fazer um teste primeiro, para não os infectarem".

O especialista em virologia diz que com mais conhecimento científico e criação de modelos se poderão fazer ajustamentos e ter medidas "específicas para a Alemanha".

A diferença entre países é também mencionada pelo epidemiologista Adrian Rabe, do Imperial College de Londres, em declarações citadas pelo *site* da CGNT, serviço em inglês da televisão estatal chinesa. "As respostas à pandemia foram diferentes conforme os países, o que quer dizer que é difícil prever quando vai acontecer a fase de desaceleração [na Europa]", comentou, apontando para semanas ou meses. Daí ser difícil comparar com a China, onde houve isolamento drástico e rigoroso, e que está a tentar regressar a alguma normalidade.

Rabe sublinhou a importância de "não deixar cair os mecanismos e as medidas" que permitiram a descida.

"Todos concordamos que, quando um país aliviar as medidas de contenção, terá de ter uma máquina bem montada de detecção rápida dos novos doentes, rastreio rápido dos contactos destes doentes, imposição de quarentenas locais aos contactos dos doentes", escreveu Manuel Carmo Gomes, professor de Epidemiologia da Faculdade de Ciências da Uni-

Isolar grupos de risco, como os idosos, poderia ser uma das medidas restr

> **As respostas à pandemia foram diferentes conforme os países, o que quer dizer que é difícil prever quando vai ser a fase de desaceleração**
>
> **Adrian Rabe**
> Epidemiologista do Imperial College, Londres

250

mil voluntários precisam-se para ajudar o Serviço Nacional de Saúde neste momento de crise, pediu o Governo britânico

A crise mostra que podemos agir rapidamente, diz Greta
A activista climática Greta Thunberg, de 17 anos, anunciou que "provavelmente foi infectda com coronavírus". Mas salientou que a pandemia mostrou que "quando estamos numa crise, podemos agir para fazer algo rapidamente"

Casos confirmados no mundo
Valores às 21h00 de 24 de Março

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Primeiro caso na Líbia
A Líbia confirmou hoje o seu primeiro caso de coronavírus. O seu sistema de saúde é altamente vulnerável, pois vive em guerra civil praticamente desde 2011, quando o regime do coronel Kadhafi foi derrubado e pelo território passam milhares de imigrantes rumo à Europa.

PAULO PIMENTA

...ritivas que permaneceriam

versidade de Lisboa, num artigo no PÚBLICO. "Temos pela frente muitos meses difíceis, inéditos", concluiu.

Os políticos estão a demorar mais a abordar a questão do tempo. O jornal *online Politico* nota que o Presidente francês, Emmanuel Macron, foi o primeiro a admitir que "ninguém sabe durante quanto tempo vamos ter de manter a redução de contactos sociais".

A ministra da Saúde da Bélgica, Maggie de Block, disse numa entrevista no jornal *De Zondag*, que as medidas de isolamento vão vigorar pelo menos oito semanas. Na Bélgica, desde há uma semana que só é permitido sair de casa para comprar comida, por questões de saúde, ou dar assistência a alguém que precise. Viagens ao estrangeiro não essenciais estão proibidas até 5 de Abril.

À questão "quanto é que isto vai durar?", a ministra belga respondeu: "Essa é a 'pergunta de um milhão de dólares!'" O país está "a avançar em rumo ao pico da epidemia, depois do qual a curva vai descer", disse De Block. "Esta situação vai demorar pelo menos menos oito semanas."

Haverá depois uma fase de casos a decrescer e só então entra em cena a estratégia de saída. "Temos um grande de problema em definir o que é a estratégia de saída e como saímos disto", disse à BBC Mark Woolhouse. "Não é só o Reino Unido, nenhum país tem uma estratégia."

Menos dramático, no artigo do PÚBLICO, Manuel Carmo Gomes notou que "várias equipas de investigação, em muitos países, estão neste momento focadas em estudar este problema".

maria.joao.guimaraes@publico.pt

Dois meses depois do grande susto, a China está a voltar ao (novo) normal

Joana Amaral Cardoso

O isolamento de dois meses da província de Hubei chega ao fim. Mas regresso à normalidade é tímido e teme-se segunda vaga

Hoje é levantado o bloqueio que dura há mais de dois meses em torno da província de Hubei – mas na sua capital, Wuhan, onde a pandemia do novo coronavírus começou, mantém-se a quarentena rigorosa até 8 de Abril. Este é mais um passo na autorização gradual de regresso à normalidade na China, que quer recuperar a sua economia. Mas embora haja mais pessoas na rua, fábricas a retomar o trabalho e até alguns engarrafamentos e cinemas reabertos, o novo normal é tecnologicamente controlado, levanta dúvidas aos peritos e é ainda tímido.

Para os 60 milhões de habitantes de Hubei, o fim da quarentena draconiana depende da prova de saúde de cada cidadão. E essa prova é o "código verde" que surge na aplicação de telemóvel Health Code, que se tornou quase omnipresente – e potencialmente omnipotente, alertava o *New York Times*. Pode partilhar dados pessoais e localização com a polícia, aumentando o controlo da China sobre os cidadãos. A aplicação categoriza cada cidadão chinês (ou imigrante) pelo seu estado de saúde.

Disponibilizada via serviços populares como WeChat ou o Alipay (e associada ao gigante de compras *online* chinês Alibaba), tem sido usada como expediente para controlar a população chinesa na gigantesca operação de contenção da epidemia; agora, continua a ser condição para entrar em edifícios de escritórios, transportes públicos ou centros comerciais nas cidades que retomaram alguma liberdade de circulação. É também um símbolo da preocupação do que fica no rescaldo da covid-19: um maior controlo do Estado.

A draconiana operação chinesa de contenção do novo coronavírus está em campo há cerca de oito semanas e agora que os números oficiais dizem que quase não há novos casos originados na China, a mensagem do Governo é de que a grande ameaça são os casos importados. E que a China venceu a luta e está a voltar ao normal. A prosperidade económica é uma das ferramentas de validação do Governo chinês.

Há uma semana, a Al-Jazeera dava conta de que as cidades com forte tecido empresarial como Guangzhou e Shenzhen estavam a voltar a chamar os trabalhadores às fábricas. Voltou a falar-se de engarrafamentos em Pequim e os satélites da Agência Espacial Europeia já detectam um aumento de emissões de dióxido de carbono,vindas da indústria.

A Al-Jazeera noticiou também que os estudantes de províncias com "baixo risco de infecção" estavam a voltar às aulas. Em Hubei, as escolas vão manter-se fechadas. E como nota o correspondente da revista *Time* em Xangai, os edifícios de escritórios reabrem, mas sem ar condicionado para evitar contaminações e os estrangeiros são mais sujeitos a perguntas de seguranças e polícias.

No dia 13, a Apple reabriu as suas 42 lojas na China depois de um mês de encerramento. Mas controla-se a temperatura corporal à porta.

Sobre esta nova fase chinesa após o pico da covid-19 ter passado, há peritos com dúvidas. Tanto se teme que haja uma segunda vaga de casos quanto que este aliviar das restrições torne a sociedade chinesa vulnerável,. Há relatos na imprensa (como na reputada revista *Caixin*) e nas redes sociais de pessoas infectadas sem sintomas ou de novos casos em Wuhan que não são tornados públicos.

"É provável que o número de casos aumente, uma vez aliviadas as medidas de controlo. Terão de manter-se vigilantes e decidir como responder", diz Jennifer Nuzzo, epidemiologista da Universidade Johns Hopkins, citada pelo *Guardian*. Há que estar preparado, dizia Malik Peiris, virologista da Universidade de Hong Kong ao *New York Times*, "para voltar a impor estas medidas [de isolamento da população] se forem necessárias". Victor Shih, professor de Política na Universidade da Califórnia, acrescenta outra perspectiva: "Uma forma de retomar a actividade económica sem pânico é encobrir casos enquanto o Governo faz o seu melhor para os identificar e conter", disse ao *Guardian*. "Pode levar a outro surto, mas parece um risco que o Governo está disposto a correr."

joana.cardoso@publico.pt

YI XIN/EPA

Trabalhadores almoçam com 1,5 metros de distância entre eles

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Recomendação para que França fique seis semanas isolada
A comissão de 11 cientistas que aconselha o Presidente francês, Emmanuel Macron, recomendou que o isolamento se prolongue durante pelo menos seis semanas, quando o número de mortos em França já ultrapassou os mil — 1100

Trump quer reabrir os EUA “até à Páscoa”, contrariando os especialistas

A ideia de que a economia terá de voltar a funcionar rapidamente está na cabeça de muitos decisores políticos. Mas médicos e cientistas dizem que ainda é cedo

Alexandre Martins

Três meses depois do aparecimento dos primeiros casos do novo coronavírus na China, e ainda com muitas incertezas, parece haver consenso entre os especialistas em saúde pública sobre a melhor forma de impedir a repetição do caos nos hospitais italianos: suspender a vida como a conhecíamos o mais cedo possível, até que a curva de crescimento de casos e de mortes se alise, e aceitar que as graves consequências económicas seriam ainda piores com restrições menos apertadas.

Mas a discussão sobre esse difícil equilibrismo, que pode escapar ao controlo dos governos a qualquer momento, é menos pacífica em países como os Estados Unidos. “Adoraria ter o país aberto e a funcionar até à Páscoa. É possível, porque não?”, disse o Presidente Donald Trump ontem, num encontro organizado pela televisão Fox News.

Quando mais de 100 milhões de pessoas – um terço da população – receberam ordens de isolamento, e em que a Organização Mundial de Saúde diz temer que os EUA sejam o novo pólo maior da pandemia, há outros números a competir com os mais de 46 mil casos de coronavírus e 582 mortes. A bolsa de valores, que cresceu como nunca desde a chegada de Donald Trump à Casa Branca, já perdeu todos os ganhos dos últimos três anos e meio. E um estudo da Morgan Stanley diz que a economia norte-americana pode encolher tanto no segundo trimestre do ano que a taxa de desemprego pode saltar de uns historicamente baixos 3,5% antes da pandemia, para uns historicamente altos 13% – a poucos meses de umas presidenciais em que o grande trunfo de Trump para a reeleição era a saúde

Anthony Fauci, o cientista que corrige o Presidente na Casa Branca

Na segunda-feira à noite, quando Donald Trump, subiu ao palanque da sala de imprensa da Casa Branca para falar mais uma vez sobre a pandemia do novo coronavírus, a atenção de muitos foi chamada para a fila de personalidades que tinham entrado com ele, e para o espaço vazio deixado por uma figura. Anthony Fauci (em cima na foto), um respeitado imunologista de 79 anos que se tornou numa celebridade nas redes sociais por corrigir as declarações menos científicas de Trump, falhava a conferência de imprensa diária e punha o Twitter a arrancar os cabelos, a pensar se o médico preferido dos críticos do Presidente tinha sido despedido. “Onde está o dr. Fauci?”, questionou-se a jornalista do canal MSNBC Mika Brzezinski, uma crítica de Trump. “Isto é perturbador”, disse Brzezinski, referindo-se à ausência de Fauci e às afirmações sem contraditório de Trump. Outros, como o republicano Joe Walsh, foram mais cortantes: “É evidente que o cobarde que está na Casa Branca já não consegue lidar com a presença do dr. Fauci. São péssimas notícias para o povo americano.” Director do instituto de Alergias e Doenças Infecto-contagiosas dos EUA desde 1984, onde chegou nos primeiros tempos do pesadelo do HIV, Fauci é uma das figuras mais respeitadas na comunidade científica dos EUA e já trabalhou sob seis presidentes. Dos primeiros anos no cargo ficou-lhe a imagem de conselheiro sem papas na língua, sempre educado no trato, mas sem deixar nada por dizer. Foi ele quem pôs o Presidente Reagan a levar a sério o vírus do HIV, e está a tentar que o Presidente Trump leve a sério o novo coronavírus.

No domingo, Fauci deu uma entrevista ao *site* da revista *Science* e falou sobre a convivência na Casa Branca com

Catalunha ultrapassou Madrid
A Catalunha ultrapassou segunda-feira a região de Madrid como aquela com mais casos novos de coronavírus. Houve 1221 casos novos na Catalunha, face aos 873 de Madrid, e a tendência confirmou-se ontem, com 1939 e 1777, respectivamente, disse o Ministério da Saúde

31 anos é a idade do imigrante mexicano que é o primeiro caso de covid-19 num dos centros de detenção junto à fronteira dos EUA

Putin visitou hospital
O Presidente russo, Vladimir Putin, vestiu um fato amarelo para se proteger contra riscos biológicos e foi visitar um hospital com doentes de covid-19. O presidente da Câmara de Moscovo, Sergei Sobianin, disse-lhe que a situação é mais grave do que se pensa

Violar o isolamento dá prisão
Três pessoas em Macau arriscam uma pena de prisão de 60 dias por violar a quarentena de 14 dias a que estavam obrigadas. A região, que registou ontem o seu 26.º caso positivo, tem 1751 pessoas isoladas em oito hotéis convertidos em centros de quarentena e 700 nas suas casas

JONATHAN ERNST/REUTERS

Trump. "Não posso saltar para a frente do microfone e empurrá-lo de lá para fora. Na próxima oportunidade, tentamos corrigir o que foi dito", disse, questionado sobre o que deve ser feito para impedir que o Presidente faça declarações incorrectas ou enganadoras sobre o novo coronavírus. Numa conversa com a colunista Maureen Dowd, no *New York Times*, Fauci foi ainda mais directo sobre os motivos da sua abordagem firme, mas sempre diplomática: "Não quero embaraçá-lo. Não quero agir como um durão, como se estivesse a fazer frente ao Presidente. Quero apenas que os factos sejam conhecidos." **A.M.**

da economia. Na segunda-feira, o Presidente fez eco das dúvidas do mundo das finanças e das grandes empresas sobre os conselhos dos especialistas que investigam vírus como o que provoca a doença covid-19.

"O nosso país não foi feito para estar fechado", disse Trump. "Em breve, a América vai reabrir para fazer negócios. Muito em breve. Muito mais cedo que os três ou quatro meses que alguém sugeriu."

Ontem, o Governo chinês anunciou que a vida vai começar a regressar à normalidade na província de Hubei, mas ainda com fortes restrições – um pouco como o cenário que Trump quer ver nos EUA.

Com a força maior do novo coronavírus a chegar na última semana aos maiores estados norte-americanos, como Nova Iorque, Califórnia e Florida, as autoridades de saúde pública insistem em reforçar as medidas de restrição nas próximas semanas ou meses – o oposto do defendido pelo Presidente Trump, que compara as mortes por covid-19 às mortes por gripe e acidentes de viação.

"Temos uma época de gripe muito activa, mais activa do que a maioria. Parece estar a caminho das 50 mil mortes ou mais", disse o Presidente. "Se olharmos para os acidentes de viação, vemos que são muito maiores do que os números de que andamos a falar. E isso não significa que vamos dizer às pessoas que não podem voltar a conduzir. Temos de tomar medidas para voltar a abrir o nosso país."

Segundo os jornais norte-americanos, essa opinião é cada vez mais partilhada pelos conselheiros da Casa Branca para os assuntos económicos. E algumas das maiores figuras da alta finança dos EUA, como Lloyd Blankfein, ex-presidente executivo do gigante da banca de investimento Goldman Sachs, também defendem um regresso à normalidade mais cedo que o recomendado por especialistas em saúde pública.

"Medidas extremas para achatar a curva são razoáveis durante um período. Mas esmagar a economia, os postos de trabalho e a moral também são problemas relacionados com a saúde. Dentro de muito poucas semanas, temos de autorizar o regresso ao trabalho das pessoas com pouco risco de contraírem a doença", disse Blankfein no Twitter.

alexandre.martins@publico.pt

Trabalhadores italianos ameaçam fazer greve geral para salvar vidas

Ricardo Cabral Fernandes

O Governo italiano, os patrões e as centrais sindicais italianas estão num braço-de-ferro sobre quais os sectores considerados essenciais e empresas que devem fechar, a meio de uma emergência nacional. Para tentar evitar uma greve geral, o Governo reuniu-se ontem com as centrais sindicais, que argumentam que milhões de trabalhadores estão nos seus postos sem máscaras ou luvas. Metalúrgicos vão entrar hoje em greve e outros sectores seguiram-lhes os passos de norte a sul do país.

No domingo, Conte assinou um decreto a restringir a actividade económica a uma lista de sectores "essenciais", mas a lista foi tão alargada, dizem os sindicatos, que muitos dos sectores não são essenciais. E, por isso, as centrais CGIL, CISL e UIL ameaçam convocar greve geral, enquanto as organizações patronais estão contra mudanças por já se viver uma "economia de guerra".

"A situação tornou-se incontrolável por haver empresas que deviam ter sido fechadas e, sem necessidade de estarem abertas, continuam a pôr em risco a saúde dos trabalhadores", disse-se ao *La Stampa* Mamadou Seck, secretário do sindicato Fiom.

As organizações laborais reuniram-se ontem com os ministros da Economia e do Desenvolvimento Económico, em busca de uma solução que evite a greve geral.

Sem quererem negociar e pressionando as centrais sindicais, os metalúrgicos da Lombardia, no Norte de Itália, convocaram greve para hoje, sendo apoiados por trabalhadores dos sectores aeronáutico, têxtil, químico e energético de todo o país. Também os bancários ameaçam aderir e as associações do sector de reabastecimento energético vão fechar os postos de combustíveis.

Itália é o país actualmente mais atingido pela pandemia da covid-19, com 70 mil infectados e quase sete mil mortos. A situação é tão crítica que os profissionais de saúde têm ordens para não pôr pacientes com mais de 60 anos em máquinas de suporte de vida, disse ao Canal 12 israelita o médico Gai Pele. O Governo endureceu as multas a quem sair de casa sem justificação (de 500 a 3 mil euros, 4 mil se estiver num veículo) e impôs penalizações às empresas que funcionem sem autorização.

ricardo.fernandes@publico.pt

SERGIO PONTORIERI/EPA

Itália pode ver-se sem combustível por causa da greve

Índia fecha-se para controlar pandemia

A Índia iniciou ontem um período de confinamento por 21 dias, com a imposição de recolher obrigatório em algumas zonas. As autoridades de saúde avisam que o coronavírus está a espalhar-se para fora das grandes cidades, onde surgiu, para as pequenas cidades.

Mais de um milhão de indianos podem ser infectados com o novo coronavírus até meados de Maio, alertaram epidemiologias. A Índia já cortou ligações aéreas internacionais e os voos internos pararam à meia-noite (hora local) numa tentativa de travar a progressão do contágio.

O primeiro-ministro, Narendra Modi, dirigiu-se à nação pela segunda vez nesta semana, para falar sobre os riscos para este país de 1,3 mil milhões de habitantes, do vírus que surgiu na China no fim do ano passado e que já se espalhou a 194 países.

Até agora, a Índia registou 485 casos do novo coronavírus e nove pessoas morreram. Mas o pânico está a crescer com a possibilidade bem real de que atinja comunidades pobres e com as muitas dúvidas de que o sistema de saúde público, parco em recursos, seja capaz de lidar com esta crise.

Um responsável da administração de saúde do estado de Maharashtra, no ocidente da Índia, disse que estão a aparecer novos casos em cidades pequenas, depois de uma vaga de casos em cidades grandes como Bombaim. "Esta tendência é preocupante, pois as zonas rurais têm poucas infra-estruturas para lidar com a epidemia", disse o responsável, que não quis ser identificado, por não estar autorizado a falar com jornalistas.

Os estados têm imposto medidas de confinamento, suspendendo serviços ferroviários e de autocarros e proibindo o tráfego automóvel. Mas o dia de ontem, que começou com três quartos do país nestas condições, terminou com todo o país em isolamento. **Reuters**

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Se pode, fique em casa: a medicina à distância é uma opção

Mensagens de WhatsApp, grupos de apoio nas redes sociais, consultas por videoconferência. Por causa da actual crise de saúde pública, a ajuda médica profissional à distância é uma solução

Karla Pequenino

No meio da pandemia da covid-19, o sistema de saúde está a mudar rapidamente. Psicólogos, psiquiatras e nutricionistas estão a continuar as consultas na Internet. Nas redes sociais, vários profissionais de saúde oferecem-se para tirar dúvidas sobre a covid-19 para diminuir o peso na linha SNS24. Há um novo sistema *online* de triagem no site do Serviço Nacional de Saúde específico para a doença e grupos de médicos voluntários estão a prestar apoio gratuito à população (seja por *email*, telefone ou videochamada) em várias áreas da saúde. Em comum têm a mensagem: se pode, fique em casa – a medicina à distância, ou telemedicina, é uma opção.

"É a primeira vez que estou a realizar consultas remotas, mas a linha de raciocínio clínica é a mesma", partilha com o PÚBLICO Susana Pinto Almeida, uma dos mais de 200 psiquiatras que se voluntariaram nos últimos dias para uma linha de apoio do Centro de Medicina Digital P5 da Escola de Medicina da Universidade do Minho.

O projecto foi lançado a 15 de Março para oferecer consultas de psiquiatria gratuitas, por videochamada, aos profissionais de saúde portugueses. A 16 de Março, ao final do dia, já tinham sido feitos 20 pedidos de consultas, havia mais dez agendadas e três já tinham sido realizadas.

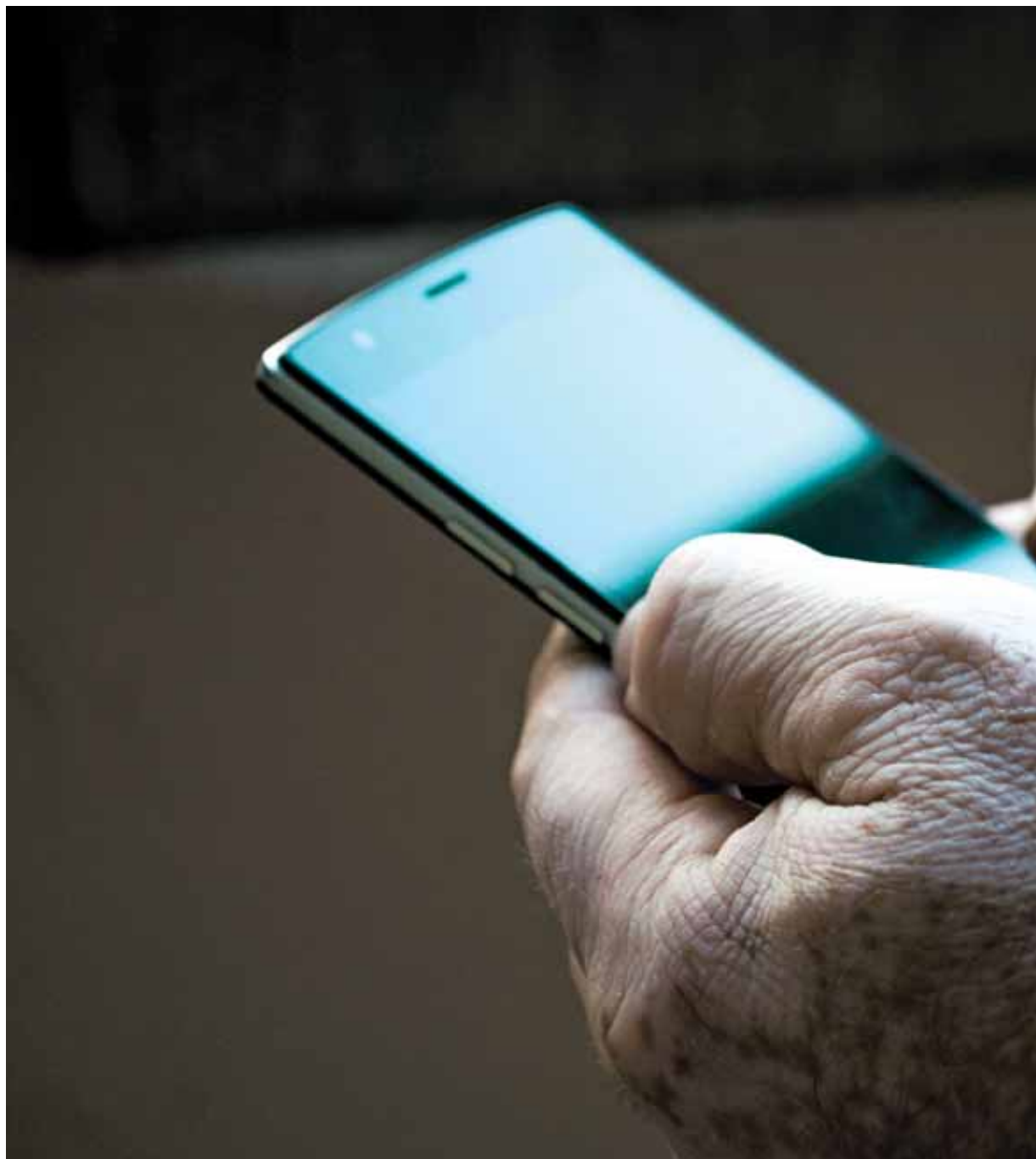
Até agora, Susana Pinto Almeida diz que o contexto é uma das diferenças: fora de um espaço de consultório, o paciente liga de onde quiser. "Ter o paciente no seu ambiente [em casa] pode ser uma vantagem", faz notar a médica, que continua a dar consultas, de manhã, no Hospital Prisional de S. João de Deus, em Caxias, mas ficou com as tardes livres para ajudar no P5. Até agora, só foi preciso uma tarde. "Eram profissionais que já estavam a ser seguidos, mas pioraram e precisavam de apoio rápido", conta a psiquiatra. "Vivemos uma situação atípica e os profissionais de saúde são uma população de risco devido ao stress a que estão sujeitos. Cabe-nos a todos unir esforços."

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a telemedicina como o uso de comunicações electrónicas e tecnologias da informação para fornecer serviços médicos quando os participantes estão em locais diferentes. Em 2020, o aumento da procura de consultas tem sido notório, diz ao PÚBLICO Carlos Oliveira, membro do Conselho Europeu de Inovação (CEI).

"Ainda não há dados concretos, mas estamos a ver uma transição muito rápida para o digital numa série de sectores, incluindo a saúde", diz Carlos Oliveira. "No contexto de emergência actual, nem se fala de ferramentas sofisticadas capazes de fazer exames ou análises remotas e registar dados. Tem-se recorrido a ferramentas de mensagens básicas, o telemóvel, o *email* e os serviços de mensagens."

A telemedicina sempre foi uma solução muito importante para garantir que o trabalho do médico vai até zonas remotas

Eduardo Castela
Presidente da Associação Portuguesa de Telemedicina

Em Lisboa, Sara Almeida, psicóloga e co-fundadora da Escola do Sentir, é outra profissional que começou esta semana a disponibilizar-se para consultas gratuitas, por telefone ou videochamada, para pais e crianças. A intuição já oferecia a possibilidade de um acompanhamento por videoconferência, pago, a pacientes fora de Lisboa, mas alargaram o serviço ao notar um aumento da ansiedade dos adultos sobre como "gerir o medo" dos mais novos. "Não é fácil fazer este tipo de acompanhamento remoto com crianças pequenas", admite. "Antes dos 13 anos, distraem-se com facili-

PATRICIA MARTINS

Está a assistir-se a uma transição rápida para o digital numa série de áreas, incluindo a da saúde

dade à distância e sentem que têm menos privacidade, mas, nestes casos, é preciso adaptarmo-nos."

Já Rui Silva, 23 anos, no 6.º ano do curso de Medicina da Universidade do Minho, tem ajudado por escrito. Faz parte de uma rede de mais de 150 estudantes, organizados por turnos, a colaborar numa linha de apoio sobre a covid-19. Trata-se de outro dos serviços lançados recentemente pela equipa do P5. "O contacto é sempre feito por *email*, salvo se existir a necessidade de esclarecer uma dúvida maior", diz o estudante, que admite que "ocasionalmente surgem dúvidas de saúde mais gerais", porque se trata de um serviço gratuito e "isso amplifica o tipo de perguntas que surgem".

"Mais desenvolvidos"

O presidente da Associação Portuguesa de Telemedicina, a funcionar há duas décadas, frisa que o conceito de telemedicina não é novo. "Podíamos estar muito mais desenvolvidos", diz Eduardo Castela. "Já há bastante telemedicina desenvolvida na zona centro, particularmente ao nível da cardiologia pediátrica. A telemedicina não tem é a atenção que merece."

Em 2019, foram realizadas 15.683 consultas à distância em todo o país. Além da cardiologia, estas consultas são frequentes em especialidades como a dermatologia, psiquiatria e neurologia (a via verde do AVC é um exemplo).

Um dos serviços de telemedicina mais antigos em Portugal é o de cardiologia pediátrica, criado em 1998 pelo serviço do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, em que o número de consultas — em diferentes especialidades — ronda as 3 mil por ano. "A telemedicina sempre foi uma solução muito importante para garantir que o trabalho do médico vai até zonas remotas", frisa Eduardo Castela.

Em 1999, uma reportagem do PÚBLICO já descrevia uma consulta num centro de saúde de uma localidade isolada, às portas do Parque Natural da Peneda-Gerês, em que um médico filmava uma lesão dermatológica com uma câmara de vídeo digital e enviava a imagem, em alta definição, a um especialista em dermatologia do Hospital de S. Marcos, em Braga.

Origens na Antiguidade

As origens da telemedicina remontam à Grécia antiga, com pacientes que recebiam conselhos de médicos através de representantes. Na sua forma moderna, começou a ser discutida na década de 1960, impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologia militar e espacial. Um dos primeiros exemplos foi o uso de duas televisões, em 1968, para facilitar a discussão entre especialistas num hospital em Massachusetts, nos EUA, e um posto médico em Boston. Em Portugal, a área gerou especial interesse na década de 1990, quando se começou a discutir a possibilidade de telemedicina, porque na altura havia menos médicos de especialidade disponíveis em todo o país.

"A situação que vivemos agora mostra que a área continua a fazer sentido, especialmente com equipamentos de monitorização remota em tempo real", diz Carlos Oliveira. Relógios inteligentes, oxímetros e medidores de pressão arterial são alguns exemplos de tecnologia que pode ser utilizada para acompanhar sinais vitais, a frequência cardíaca, a respiração e a pressão arterial.

"Se a área estivesse mais avançada, muitos doentes poderiam ter sido monitorizados à distância, e apenas os casos mais graves precisariam de ter uma equipa de profissionais de saúde a deslocar-se a casa", avança Carlos Oliveira.

Em Portugal, investe-se uma média de 2,42 euros por cidadão em serviços de telemedicina, segundo o estudo mais recente da Comissão Europeia sobre o mercado de telemedicina, com dados de 2018. É uma fatia muito pequena do dinheiro que é dedicado à saúde — cerca de 1784 euros por habitante, segundo dados também de 2018, da Pordata. O valor dedicado à telemedicina, no entanto, está apenas um pouco abaixo da média europeia, que ronda os três euros.

O avanço de telemedicina na China, face aos outros países, tem sido visível na forma como o país respondeu à crise. Para facilitar o isolamento social, o país desenvolveu uma aplicação móvel que atribuía um código aos cidadãos — que os identificava como parte dos grupos "verde", "amarelo" (suspeitos de covid-19) ou "vermelho" (diagnosticados com covid-19) — para facilitar o controlo do novo coronavírus e acelerar o retorno à normalidade. Juntava informação sobre as deslocações recentes dos cidadãos com um inquérito preenchido sobre o seu estado de saúde.

No começo do mês, a China também abriu um hospital de campanha a funcionar quase só com robôs na cidade de Wuhan, onde começou a epidemia: os pacientes eram monitorizados por máquinas humanóides com termómetros e tinham pulseiras e anéis inteligentes ligados à Internet para recolher dados de saúde e alertar equipas médicas, caso fosse necessário.

Parte dos avanços derivam da forma diferente como a China vê os dados pessoais. Antes de prosseguir no ramo da telemedicina, a Comissão Europeia considera, no entanto, que é fundamental garantir a privacidade, confidencialidade e segurança de dados pessoais.

"Isto não tem de ser incompatível", reforça Carlos Oliveira. "Com uma boa anonimização, disponibilizar dados dos doentes aos investigadores pode acelerar as soluções de resposta à pandemia. Um dos maiores activos da sociedade digital são os dados."

Em Portugal, um grupo de cientistas e responsáveis de escolas de Medicina já pediu ao Governo português para disponibilizar dados "pseudo-anonimizados" de doentes suspeitos de covid-19 em Portugal. O objectivo é pôr os investigadores em Portugal a trabalhar nesses dados para que se possa ajudar as autoridades a travar a pandemia.

> **Quero acreditar que este momento péssimo também será um momento que irá mostrar que a medicina pode funcionar à distância**
>
> **Marina Gonçalves**
> Médica de família

Iliteracia digital é barreira

Em Portugal, a falta de literacia digital da população é outro dos grandes problemas. Segundo o *Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade*, publicado em 2019, 23% das pessoas nunca acederam à Internet — é o dobro da média da União Europeia.

Nos últimos anos, a Ordem dos Médicos também tem defendido uma maior regulamentação da área pelo Ministério da Saúde. Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos, é firme na defesa de que apenas quando é possível a avaliação física do paciente é que se pode chamar consulta ao acto médico.

O presidente da Associação Portuguesa de Telemedicina reconhece que "a telemedicina não é uma solução perfeita", mas insiste que é "uma solução fundamental em situações de risco".

Já Marina Gonçalves, médica de família na Unidade de Saúde de Ruães, em Braga, espera que a crise actual mude a forma como a Europa olha para a telemedicina. Há anos que está a tentar trabalhar num projecto, com o Centro de Medicina Digital P5, para oferecer consultas de medicina geral e outras especialidades através da Internet. Depois de uns entraves com o financiamento, arranca este ano.

"Obviamente que a telemedicina não substitui a medicina presencial, mas entre 60-70% das consultas que faço podiam ser remotas", diz Marina Gonçalves. "Quero acreditar que este momento péssimo para a economia, a família e a psicologia de cada um também será um momento que irá mostrar que a medicina pode funcionar à distância."

karla.pequenino@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Bater palmas não chega. Propostas para enfrentar a crise

Opinião
Raquel Varela

A nossa obrigação é salvar vidas. E salvar os que nos salvam. Bater palmas aos profissionais de saúde, abastecimento, transporte, fica-nos bem. Mas não chega.

Assistimos a médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares dos hospitais acudirem em massa aos hospitais, deixando as famílias. Dispostos a tudo. Jamais o esqueceremos. Esta tropa de elite, por impreparação inconcebível do Governo, partiu desprotegida, sem máscaras e outro equipamento de proteção para a linha da frente. São às centenas os pedidos de médicos a requerer material nas suas redes sociais. É um escândalo que não tenham equipamento de proteção. Todos os profissionais de saúde devem ser protegidos ainda por um seguro de risco, até agora não previsto. Cito a *Lancet*: "Os profissionais de saúde são neste momento o nosso mais valioso recurso", porque "podemos fazer ventiladores, mas não podemos fabricar médicos e enfermeiros numa linha de montagem". O sector privado de saúde deve ser requisitado para assistir o SNS e impedir o seu colapso. Não podemos permitir que se use esta crise para fazer o contrário – um resgate financeiro aos hospitais privados, *de facto* em risco de falência com a crise económica, resgate encapotado de criar um "sistema de saúde em rede para combater a pandemia".

Foram os médicos e profissionais de saúde no terreno, e algumas direções em cooperação com estes, que conseguiram num tempo recorde reorganizar os serviços do SNS – o que é exemplar sobre a eficácia da gestão democrática. De muito pouco serviram nestes dias os manuais de "gestão eficiente" e os seus Excels de produtividade...

Mais de 160 profissionais estão infectados, não havia equipamento de proteção suficiente, três meses de conhecimento da epidemia – António Costa disse, porém, que "nunca faltou nada". Não há testes para os profissionais de saúde que não tenham sintomas, mas há laboratórios privados, não requisitados pelo Governo, a fazê-lo a quem paga, ou em parcerias com câmaras, com lucro para os laboratórios. É isto ético numa altura de pandemia mundial? Ora, sabemos hoje que em Itália um dos maiores focos de infecção foram os hospitais, em Espanha idem. É isto que acontece quando não cuidamos dos cuidadores. Cuidar deles agora é a nossa prioridade número um.

Deles e do sector de abastecimento e transportes. Esta crise demonstra a fragilidade em que fica um país transformado numa Disneylândia turística, sem soberania alimentar – para isso alertei nos últimos dez anos em várias reflexões públicas. Para acautelar o transporte de abastecimentos, é preciso proteger estivadores, camionistas, maquinistas, pessoal de voo. Há muito deviam ter pensado nos camionistas, uma vez que estes andam pela Europa a transportar bens essenciais sem ter um restaurante onde comer e uma casa de banho para se lavarem – é preciso uma estrutura de apoio logística a estes homens. Ou nos estivadores, vítimas de despedimento sumário no Porto de Lisboa. Quando foram assegurar o abastecimento das ilhas, tinham os portões fechados pelos patrões, à margem da lei, para justificar o seu despedimento por uma empresa "insolvente". Parte dos mesmos insolventes já abriram uma empresa de trabalho precário que se propõe contratar os despedidos por 1/3 do valor. Em pleno estado de emergência, isto passa-se no porto que abastece a capital do país. Não é evidente que é urgente colocar todos estes estivadores sob a Administração Portuária? Na Groundforce já se anunciaram centenas de despedimentos. E na TAP? Vital para trazer para casa quem ficou bloqueado e material médico da China – percebem agora porque nos empenhámos contra a privatização desta?

O decreto que suspende a greve não nos protege da epidemia, mas serviu para dar cobertura à selvajaria dos despedimentos. "Será esta a hora de falar em greves?" – perguntam-me. "Será esta hora de um pai e de uma mãe serem mandados para casa despedidos?", eis a pergunta que devolvo. Em Itália, os despedimentos foram suspensos, com efeitos retroativos (desde o início da epidemia, a 23 de fevereiro), para quaisquer trabalhadores, precários ou fixos, por um período de 60 dias. Isto aconteceu depois de uma ameaça de greve geral. O Governo português decretou o estado de emergência, desnecessário porque o povo se colocou em quarentena voluntária. Não decretou, como devia – e aqui reside o ponto essencial de combate ao contágio em que o Governo não quer ceder –, o encerramento de fábricas não essenciais nem de transportes públicos, ao contrário do recomendado por especialistas chineses. Apontar o dedo a quem passeia no jardim e manter aberto o aeroporto, que sentido faz isto?

A proibição do direito à greve abre um precedente gravíssimo, não foi introduzido em Itália, França, Espanha, Dinamarca, Suécia, Inglaterra, Alemanha... Mais de 50 associações sindicais do mundo, na sua maioria europeias, assinaram um protesto contra a supressão do direito à greve em Portugal. Mais do que, até agora, sindicatos e centrais sindicais portuguesas.

O estado de emergência não pode suspender o direito de resistir às injustiças, porque não é assim que se protege a população. O contágio foi, ao que tudo indica, relativamente diminuído porque os Portugueses ousaram desobedecer. Os professores recusaram-se a dar aulas e os diretores a obedecer ao ministério; uma rebelião silenciosa parou as escolas, forçando o Governo a suspender as aulas. Na Autoeuropa, com seis mil trabalhadores, pararam de facto a produção, impondo salário a tempo integral e não o desejado *lay-off* empresarial. Hoje podiam ser todos presos, depois deste decreto do estado de emergência, aprovado pelo Chega, CDS, PSD, PS, PAN e Bloco de Esquerda e abstenção do PCP, IL, PEV e Joacine. Foi um grave erro na história da nossa democracia, abrindo um precedente para que, em caso de protestos sociais generalizados em momentos de crise, traços autoritários sejam introduzidos.

GUGLIELMO MANGIAPANE/REUTERS

Não ocorreu ao Governo limitar, com o decreto do estado de emergência, o direito à remuneração dos acionistas, nacionalizando os lucros das grandes empresas ou captando os activos para garantir salários aos trabalhadores e suas famílias. É aí que está o dinheiro. Não é a fazer mais dinheiro que resolvemos o problema de fundo – anunciar uma linha de crédito é adiar e agigantar o problema.

Proibir direitos não faz ninguém trabalhar mais e melhor. Mas, sobretudo, abriu-se um precedente sem paralelo na história do país: legitimou-se a "doutrina do choque" – uma tragédia é usada para cortar salários, desnatar o Estado social, despedir pessoas e introduzir elementos autoritários no Estado.

Para isolar e proteger as pessoas, existem instrumentos legais como o estado de calamidade. Não era necessário decretar o estado de emergência. A suspensão de direitos à população é inimiga da democracia e aliada das ditaduras. Antes de Hitler subir ao poder, governos semidemocráticos na Alemanha foram introduzindo medidas de "excepção" para fazer face à crise devastadora de 1929. Também Salazar se consolidou à frente de uma ditadura depois de ter feito o tirocínio como "ditador das finanças", para conter o "descalabro das contas públicas".

Desta crise pode renascer um Estado social forte, ou um Estado forte policial – de que lado estamos nós?

Historiadora, Universidade Nova de Lisboa

Congratulamo-nos com esta decisão. A saúde é a prioridade número um e está acima de qualquer outra consideração

Robin Mitchell
Associação dos Comités Olímpicos Nacionais

Tóquio 2020 passou para 2021

Depois de semanas de indefinição, os Jogos Olímpicos foram adiados devido à expansão global do novo coronavírus. Uma decisão que foi ao encontro das pretensões de atletas, federações e comités nacionais

Marco Vaza

Já tinham sido três vezes adiados por guerras, agora ficam em suspenso por causa de uma pandemia. Devido à expansão global do novo coronavírus, os Jogos Olímpicos de Tóquio ficaram adiados para 2021, uma decisão anunciada ontem pelo Governo japonês e pelo Comité Olímpico Internacional (COI). Depois de um longo período de indefinição e de o próprio COI ter dado a si próprio quatro semanas para decidir, ao mesmo tempo que múltiplos eventos desportivos iam sendo cancelados um pouco por todo o mundo, o clamor do desporto internacional a pedir o adiamento, incluindo o boicote anunciado de países como o Canadá e a Austrália, tornaram este desfecho inevitável.

Para já, ainda não há nova data. O adiamento pode ser de meses ou de um ano, sendo que ficou definido que os Jogos (olímpicos e paralímpicos) terão de acontecer até ao Verão de 2021. Mas o evento vai manter o nome – Tóquio 2020 – e a chama olímpica vai continuar a arder em território japonês até se realizar. O comité organizador admite que o próprio calendário dos Jogos seja reduzido, mas o cancelamento total nunca esteve nos planos das três entidades que partilham a organização (COI, Governo japonês e organização local).

"Dadas as circunstâncias, e tendo em conta a informação fornecida pela Organização Mundial de Saúde, o presidente do COI e o primeiro-ministro do Japão concluíram que os Jogos da XXXII Olimpíada em Tóquio devem ser reagendados para uma data para lá de 2020 e nunca depois do Verão de 2021, para salvaguardar a saúde dos atletas, de todos os envolvidos nos Jogos Olímpicos e da comunidade internacional", justificou o COI, em comunicado.

FRANCK ROBICHON/EPA

Os Jogos já tinham sido adiados três vezes por causa de guerras, nunca por causa de uma pandemia

Nas contas mais conservadoras, o Japão terá investido já 11 mil milhões de euros nestes Jogos

Era a decisão mais esperada por todas as razões e mais alguma. A covid-19 é um problema global, com consequências ainda difíceis de prever, e organizar nesta altura uma competição que junta 11 mil atletas de todo o mundo e que atrairia centenas de milhares de pessoas à capital japonesa ia contra todas as medidas recomendadas para a contenção da pandemia.

Para além do risco que era juntar no mesmo sítio milhares de pessoas de todo o mundo, a validade desportiva deste Jogos também ficaria posta em causa se estes fossem para a frente nas datas originais. Praticamente todas as provas de qualificação olímpica nas modalidades ainda com vagas em aberto foram canceladas e a preparação dos atletas ficou seriamente comprometida com as restrições impostas. Basicamente, não iriam estar os melhores de cada especialidade em Tóquio, e os que lá fossem não iriam apresentar-se na sua melhor forma.

Um adiamento é a primeira vez que acontece, mas o cancelamento dos Jogos de Verão já sucedeu em várias ocasiões. Berlim deveria ter recebido os Jogos em 1916, mas estes foram cancelados por causa da I Guerra Mundial – a cidade alemã acabaria por ser a sede do evento em 1936. Tóquio deveria ter acolhido os Jogos de Verão em 1940, mas o Japão abdicou do evento ainda antes do início da II Guerra Mundial – seria depois atribuído a Helsínquia, mas sem se concretizar. Os de 1944 estavam agendados para Londres, sendo a capital inglesa a sede dos primeiros Jogos no pós-guerra, em 1948. Helsínquia recebeu os de 1952 e Tóquio os de 1964.

Os prejuízos

Adiar um evento com a dimensão dos Jogos Olímpicos tem inevitáveis custos associados. Estima-se que o Japão já tenha investido cerca de 11 mil milhões de euros para pôr estes Jogos de pé desde que ganhou a votação em 2013 a Istambul e Madrid, mas há quem coloque esse investimento final acima dos 23 mil milhões. O adiamento coloca em suspenso todas as fontes de receita que os Jogos podem gerar, como a bilheteira (já estavam vendidos 4,8 milhões de bilhetes, de um total de 7,8 milhões), as transmissões televisivas e os patrocínios oficiais, já para não falar da perda da própria economia japonesa – a Reuters cita uma estimativa da JP Morgan que aponta para perdas num valor a rondar os 11 mil milhões de euros em 2020.

O adiamento dos Jogos para data incerta foi o primeiro dominó a cair naquilo que será uma reacção em cadeia de alcance gigantesco. As televisões que compraram os direitos televisivos dos Jogos já negociaram o espaço de publicidade para as horas de transmissão e os anunciantes, por seu lado, já puseram em andamento as respectivas campanhas. Este é um número difícil de calcular em termos globais, mas dá para saber, por exemplo, que a norte-americana NBC pagou 7,74 mil milhões de dólares pelos direitos dos Jogos (de Verão e de Inverno) até 2032.

Depois, há ainda a questão das infra-estruturas erguidas para os Jogos de Tóquio, cuja disponibilidade para outras datas é questionável. O maior exemplo de todos é a Aldeia Olímpica, destinada a receber todas as comitivas, cujos apartamentos já estão vendidos e que seriam ocupados logo após o final dos Jogos, a 9 de Agosto.

À escala portuguesa, este adiamento também irá obrigar a um esforço suplementar por parte do Comité Olímpico de Portugal (COP), que estima a necessidade de reforçar em 1,5 milhões a verba para garantir o apoio financeiro aos atletas no projecto Tóquio 2020, sem contabilizar eventuais perdas no que diz respeito a alojamentos e viagens já reservadas.

mvaza@publico.pt

ESPAÇO PÚBLICO

Thomas Bach

Era uma inevitabilidade, mas mesmo assim foi preciso que alguns países desistissem de estar nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, o que acentuou o clamor do desporto internacional para que o evento não se realizasse este ano, para que as Olimpíadas fossem finalmente adiadas — serão em 2021. Os Jogos já tinham sido adiados três vezes por causa de guerras, mas desta vez a responsável por pôr o investimento e as receitas em causa é uma pandemia. (Pág. 19) **J.J.M.**

Donald Trump

O Presidente dos EUA continua a desvalorizar a covid-19 e, quando a OMS diz temer que o país seja o novo pólo maior, Trump volta a divergir dos especialistas, que consideram que a melhor forma de conter o problema é fechar todas as actividades que não são necessárias e remeter os cidadãos para casa. Diz que os EUA não foram feitos para estar fechados e fala em ter o país a funcionar até à Páscoa. Com quase 600 mortos e 46 mil casos, são as eleições que o preocupam. (Pág. 14/15) **J.J.M.**

A pandemia ainda pode ser só cinzento-escura

Manuel Carvalho
Editorial

O número de infecções com o novo coronavírus em Portugal continua razoavelmente contido pelo quinto dia consecutivo. A mortalidade permanece comparativamente baixa. Estão a caminho novos meios de protecção para doentes graves e para os profissionais da saúde. O Governo preserva uma imagem de equilíbrio e de capacidade de liderança que, dizem as sondagens, parece colher a confiança da população. A oposição revela responsabilidade e sentido de Estado. A DGS engana-se e corrige abertamente os enganos, para lá de começar a distribuir informação mais detalhada sobre o que acontece na frente de combate à epidemia. Um pouco por todo o país, académicos, empresas e cidadãos juntam-se para contribuir para o reforço do SNS. A indústria está a ser convocada para produzir em Portugal o que demora ou não é possível encomendar no estrangeiro. Com excepção de casos isolados de irresponsáveis ou inconscientes, as medidas de isolamento social pedidas pelas autoridades estão a ser cumpridas. As notícias sobre açambarcamentos desapareceram.

Sindicatos, empresários ou economistas continuam a alertar para a hecatombe económica que se desenha no horizonte. O ritmo de empresas que entram em falência acelera. Os pedidos de subsídio de desemprego vão disparar. O pacote de 9,2 milhões de euros que o Governo anunciou tem a marca da dívida pública, um limite severo que o torna insuficiente para responder à gravidade do momento. Da Europa vieram bons sinais, mas para o quadro de necessidades da União ou de estados mais vulneráveis como Portugal as respostas não chegam. Não é seguro que uma resposta colectiva através de *eurobonds* seja possível e a incerteza ajuda a corroer a confiança e a degradar um quadro económico que é já mais grave que o do auge da crise financeira. Nos hospitais continuam a faltar equipamentos e material de protecção básico para os profissionais da saúde. A confusão sobre os testes feitos, por fazer, que existem ou não existem persiste ainda como um enigma difícil de entender. A capacidade instalada no SNS tem folga para uma procura rotineira, não para responder a uma pandemia.

Estamos a caminho do olho do furacão. A tempestade está à frente, mas há cinzento-escuro entre o negro opaco. Ou entre o mau e o péssimo. A incerteza é das poucas certezas que nos restam. Como o primeiro-ministro voltou a enfatizar, num registo sóbrio que lhe tem ficado bem, "nada nos garante que o boletim de amanhã não tenha piores números que o boletim de hoje". No horizonte, há um objectivo: o de evitar uma tragédia semelhante à dos nossos vizinhos ou dos italianos. Se lá conseguirmos chegar, será uma grande vitória neste tempo em que quase nada há para celebrar.

manuel.carvalho@publico.pt

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Agradecimento

Como ser humano, agradeço ao PÚBLICO todo o excelente trabalho de informação que tem desenvolvido neste período difícil que atravessamos. A edição de 23 de Março é extraordinariamente pedagógica e esclarecedora, particularmente o artigo do professor de epidemiologia Manuel Carmo Gomes e os dos jornalistas Patrícia Carvalho e Ricardo Garcia. Estes artigos deviam ser digitalizados e enviados para as bibliotecas de todos os estabelecimentos de ensino de Portugal (escolas, institutos superiores e universidades).
Jorge Paiva

Os mais velhos

Por detrás desta mortífera doenças, a covid-19, que nos atormenta e mata, escondem-se nas redes sociais os discursos do ódio, da intolerância e da inverdade sobre esta pandemia. Fervilham as notícias falsas e textos indecorosos... Temos de nos cuidar e ajudar quem nos rodeia. Ser solidários com os velhos, com os doentes mentais, com os sem-abrigo, com as crianças socialmente desfavorecidas e com os mais despossuídos. São todos estes os mais prejudicados por esta dramática situação.

São os mais vulneráveis os grandes visados, que não podem estar sujeitos a uma espécie de darwinismo, seja ele social ou económico... Cuidemos de todos aqueles. Não podemos nem devemos deixá-los para trás.
Vítor Colaço Santos,
São João das Lampas

Tempo de agir e de aprender

Instalada a pandemia da covid-19, é agora tempo de agir, de mudar hábitos, de novos desafios... Mas, também, tempo de reflexão, de análise ao nosso modo de vida, às nossas prioridades, à importância que tinha o que até aqui era tão importante; é tempo de escolhas. Porque, como escrevia António Barreto (PÚBLICO de 22 de Março) "criámos uma sociedade de heróis vácuos, de espectáculo e de satisfação imediata, (...) Fizemos uma sociedade de produto e marca, de *performance* e produtividade. Inventámos uma sociedade de banalidades e futilidades, de falso brilho e de satisfação efémera".

Cabe a cada um de nós repensar como estávamos a viver; cabe aos decisores políticos em geral, e em particular aos autarcas, repensar as estratégias e as prioridades para os seus municípios, sobretudo no que à cultura diz respeito. Os espectáculos de massas, as festas e as festinhas, os investimentos na cultura do efémero, do passageiro, sem outro retorno que não seja o da satisfação imediata, de um prazer momentâneo, estão condenados.

Importa agora investir numa perspectiva estrutural e estruturante da cultura, investimento cultural que promova o desenvolvimento sustentado das artes, da música, do espectáculo, do conhecimento. Importa agora privilegiar o duradouro em detrimento da satisfação imediata das multidões, substituir as festas e os espectáculos de satisfação de um dia por investimentos sérios e sustentados na cultura.
Norberto de Oliveira Manso,
Sabugal

Luís Filipe Vieira

A Benfica SGPS desistiu ontem da oferta pública de aquisição (OPA) que tinha lançado sobre a SAD "encarnada", alegando que na base dessa decisão está o cenário de incerteza provocado pela pandemia de covid-19, mas essa decisão vem depois de a CMVM ter suspendido a venda de acções por necessitar de mais esclarecimentos sobre o negócio, através do qual o Benfica pretendia ficar com 95% do capital da SAD. (Pág. 47) **J.J.M.**

Benjamin Netanyahu

Na kafkiana política israelita, Netanyahu é um sobrevivente, mas a sua estratégia para se manter no poder não está a resultar, e a sua última jogada — propor a formação de um governo de unidade nacional a Benny Gantz, líder do partido Azul e Branco que foi mandatado pelo Presidente do país para formar um executivo — foi recusada pelo seu adversário político. Netanyahu está à procura de uma solução que lhe permita evitar a justiça, mas ainda não a encontrou. (Pág. 35) **J.J.M.**

ESCRITO NA PEDRA

Ingratidão é uma forma de fraqueza. Jamais conheci homem de valor que fosse ingrato
Johann Goethe (1749-1832), escritor e cientista

SEM COMENTÁRIOS DESINFECÇÃO DAS RUAS DE VILA NOVA DE GAIA

NELSON GARRIDO

EM PUBLICO.PT

Quarentena ilustrada

Uma quarentena ilustrada é uma quarentena bem passada. Ou, pelo menos, um bocadinho melhor. Por isso, o P3 pede a todos os leitores para nos enviarem os seus desenhos publico.pt/p3

O mundo da ilustração despede-se de Uderzo

Vários ilustradores estão a homenagear, alguns com desenhos inéditos, a vida e a obra do pai de Astérix, que morreu ontem publico.pt/multimedia/fotogalerias

Autarcas italianos exaltados

A paciência dos italianos está a esgotar-se à medida que a epidemia da covid-19 entra no segundo mês, como mostra uma compilação de vídeos de autarcas exaltados com quem parece "furar" a quarentena publico.pt/multimedia/videos

Que remédio

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Não consigo distrair-me. Sei que não posso estar sempre em cima dos noticiários mas não consigo resistir.

Sei que vai ser longo o confinamento e que me faz mal ocupar o tempo com o coronavírus mas – por enquanto – só sou capaz de ver um quarto de um filme ou ler uma mão-cheia de páginas de um livro.

É fácil culpar os *media*. São tantos, em tantas línguas. Facilmente se passam os dias a saltar de um para o outro, à procura de uma notícia nova, de números diferentes, de preferência melhores.

É muito mau sinal não encontrar notícias novas: é porque não se está a fazer mais nada senão procurá-las. Qual é a definição de vício que exclui estes comportamentos? Não existe.

Sem conseguir distrair-me também não consigo distrair quem me atura. Vêm-me à cabeça coisas diferentes mas são todas sobre o coronavírus. A culpa, claro está, não é dos *media*. Sem eles, então, é que seria insuportável. Imaginamos como era no tempo das pragas em que não se sabia nada. Sim, era horrível, com certeza, mas, se calhar, era também mais fácil uma pessoa distrair-se.

É fácil consolar-me com o facto de sermos muitos a não conseguirmos distrair-nos. O pior é que quando andamos obcecados por qualquer coisa o convívio dos outros é o melhor remédio, porque relativiza e desdramatiza a nossa obsessão. Isso agora já não acontece. E pior: se, por acaso, consigo distrair-me por um momento, há sempre alguém que me interrompe a distracção e me chama à terra.

A única coisa que me ocorre é ser menos duro comigo próprio e deixar-me estar como estou.

ESPAÇO PÚBLICO

Para além da tempestade viral

Elísio Estanque

A incógnita é saber até que ponto a sociedade será capaz, no rescaldo, de repor os mecanismos de regulação

Desconhecemos ainda a dimensão da catástrofe causada pela pandemia da covid-19, mas é quase certo que as consequências sociais e económicas do atual surto irão ser profundas. Para além do terrível impacto imediato, é previsível que as sequelas se prologuem no tempo e ganhem um alcance estrutural nas nossas sociedades. Consideremos, desde logo, o campo laboral, mas também o papel do Estado social nos setores nevrálgicos das nossas democracias. A grande incógnita é saber até que ponto a sociedade será capaz, no rescaldo deste temor global, de construir novos mecanismos de regulação e se eles poderão assegurar a harmonia e coesão ou se as mudanças em curso abrirão caminho para mais instabilidade, convulsão e violência. Ambos os cenários são admissíveis, embora se espere que esta dolorosa aprendizagem nos ajude a abrir novos horizontes que nos devolvam a esperança.

Já sabemos que as democracias ocidentais têm vindo a resvalar para um estado agónico, de crescente corrosão e perversidade, onde a legitimidade constitucional e as instituições se vergam perante poderes e forças ilegítimas. Não se espera que os processos em curso na economia e no mercado de emprego sejam travados de repente. Como assinalei num texto recente, a fragmentação e a flexibilização no campo laboral tendem a acentuar-se, "dando continuidade a processos em curso como o *outsourcing*, a subcontratação, o trabalho temporário, o trabalho a tempo parcial, o trabalho independente, etc., que continuam a expandir-se, multiplicando as formas e vínculos contratuais e ampliando as tarefas à distância, a individualização, a digitalização" (jornal PÚBLICO, 27/1/2020). Num mundo desigual é flagrante o contraste entre os que beneficiam da revolução digital e os restantes, isto é, entre os incluídos e os excluídos. Acrescentava-se ainda no mesmo texto que "a grande maioria dos novos ocupados através da 'uberização', das '*work platforms*', do 'trabalho à distância', etc., vem somar-se aos milhões já existentes, uma massa de gente que subsiste nas periferias do sistema (sem quaisquer direitos ou proteção) e que lhe serve de alimento. O trabalho manual continua a ser central, embora menos discutido porque se metamorfoseou e se tornou mais opaco".

ADRIANO MIRANDA

Ora, perante os apelos e imposições atuais para generalizar o trabalho à distância, não restam dúvidas de que irá agravar-se a tendência num cenário de pós-coronavirus, até porque isso vai ao encontro dos interesses de muitas empresas. Talvez as mesmas que se apressam agora a promover despedimentos em massa. Apesar disso, torna-se premente a necessidade de manter a produção a funcionar, mesmo em tempos de exceção, nomeadamente em atividades produtivas e serviços diretamente relacionados com as novas necessidades. E, no curto prazo, a manter-se o panorama atual, irá provavelmente notar-se ainda mais a importância do trabalhador manual. O teletrabalho e as plataformas digitais estão a ganhar uma nova centralidade nos dias de chumbo que estamos a viver, mas devemos lembrar-nos de que o pão, os legumes, o leite e as *pizzas* que nos chegam agora à entrada da porta não caíram do céu nem são fabricados nos ambientes informáticos. São fruto do esforço de trabalhadores reais, gente de carne e osso, porventura a trabalhar em condições ainda mais precárias e desumanas do que as dos entregadores que os transportam até nossa casa.

> **A paisagem social a que nos acostumámos pode alterar-se de forma irreversível**

Se a indústria parar totalmente, a economia vai-se ressentir de forma devastadora. Mas, no momento presente, em Portugal, só com a mobilização geral dos empregados, por exemplo, nas empresas que fabricam intensivamente máscaras e vestuário hospitalar (como foi noticiado em unidades produtivas em Barcelos e Penafiel, onde se trabalha 24 horas por dia) para fazer face às necessidades das instituições de saúde neste momento de aflição, se pode evitar que muitas mais vidas estejam em risco. Ou seja, é a força de trabalho a mola real da economia, esteja ela localizada na periferia das nossas cidades ou na periferia do sistema mundial. É certo que os trabalhadores do setor dos serviços, os elos que fazem fluir o teletrabalho ou os que, em casa, alimentam as *startups* e o funcionamento de milhares de organizações, são igualmente decisivos e precisam de ser (mas não são) devidamente enquadrados e reconhecidos nos seus direitos. Empreendedores da sua própria precariedade, trabalhadores em nome individual, segmentos vulneráveis, prestadores de serviços tantas vezes usados por empresas de trabalho temporário sem escrúpulos, engrossam desde há décadas o exército do "ciberproletariado" do século XXI, como lhes chamou a socióloga britânica Ursula Huws. É possível, diria mesmo, é desejável, que as circunstâncias excecionais que hoje atravessamos ajudem a despertar consciências quanto à importância crucial do trabalho, dos trabalhadores e seus direitos.

Essa dimensão vai ao encontro do segundo aspeto que gostaria de destacar. O momento é particularmente propício para testar o papel do Estado e das instituições democráticas perante a hegemonia do mercado e da narrativa neoliberal. O valor do trabalho, das políticas públicas e dos direitos sociais ganham agora uma nova luz. Até o Presidente Macron, tantas vezes apontado como o paradigma do neoliberalismo na UE, declarou há dias: "Precisamos amanhã de tirar lições do momento que atravessamos, questionar o modelo de desenvolvimento que o nosso mundo escolheu há décadas e que mostra as suas falhas à luz do dia, precisamos questionar as fraquezas das nossas democracias. O que revela esta pandemia é que a saúde gratuita, sem condições de rendimento, de história pessoal ou profissional e o nosso Estado-providência não são custos ou encargos, mas bens preciosos, vantagens indispensáveis quando o destino bate à porta. O que esta pandemia revela é que existem bens e serviços que devem ficar fora das leis do mercado. (...) As próximas semanas e os próximos meses necessitarão de decisões de rutura neste sentido". (comunicação ao país na France TV, 12/3/2020).

É claro que estas palavras valem o que valem. Mas, olhando o mapa mundial, estamos perante um quadro que coloca de novo à prova o papel da Europa nos rearranjos urgentes que esta calamidade evidencia. Em Portugal, temos assistido, nos últimos dias, a uma mobilização sem precedentes desde o 25 de Abril, com a sociedade e a generalidade dos atores políticos a mostrar um sentimento espontâneo de solidariedade para com os profissionais do SNS. Mesmo as medidas do Governo, apesar do seu carácter drástico, e seguramente por causa dele, têm merecido o apoio dos portugueses. Ninguém pode garantir até onde este cenário nos irá conduzir, mas é em momentos cruciais para a vida pública, como o atual, que novas orientações e estratégias políticas poderão ser traçadas. Como a história já provou, é dos destroços das calamidades, pandemias ou guerras devastadoras que podem nascer novas lideranças, capazes de definir novos rumos. Importa inverter o recente curso mercantilista e privatista que temos vivido. A apropriação egoísta dos benefícios, conjugada com a coletivização dos custos, é o desígnio de alguns interesses instalados, nomeadamente no setor da saúde ou no setor financeiro, mas não tem que ser sempre assim.

Não sabemos quando irá passar esta tempestade nem se a ela se seguirá a bonança ou tempos ainda mais tempestuosos. A paisagem social a que nos acostumámos ao longo do último século pode alterar-se de forma irreversível. E, aqui, o papel ativo da sociedade civil e das instituições assume um caráter decisivo, desde que se saiba distinguir entre os padrões comportamentais pautados pela consciência cívica das pulsões desencadeadas por instintos de medo e de pânico. Se estas últimas constituem o húmus do fanatismo identitário que ameaça a Europa e o mundo, as primeiras são o repositório da esperança na reinvenção civilizacional de que necessitamos, a começar pelo projeto europeu.

Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; professor visitante na Universidade de Friedrich-Schiller, Jena, Alemanha

A mensagem do vírus

Nuno Severiano Teixeira
O Mundo às Avessas

Haverá um antes e um depois do coronavírus. A pandemia é um momento histórico. E está a funcionar como um acelerador do mundo que aí vem, um revelador do futuro.

Estávamos habituados a pensar o nosso mundo em níveis separados, cada um com o seu tempo e o seu modo: o individual, o nacional e o internacional. A globalização rompeu essas diferenças e concentrou esses níveis. Encurtou o espaço e o tempo. Tudo é simultâneo. Vivemos em directo o que se passa do outro lado do mundo e o que se passa do outro lado do mundo tem reflexo imediato na nossa vida. Para o bem e para o mal. É bom ter à distância de um *click* tudo o que queremos comprar, mesmo que venha do Japão. É bom ouvir em directo, em Lisboa, uma ópera que está a ser cantada em Nova Iorque. Mas, infelizmente, não pudemos fugir às consequências negativas.

Sabemos, desde o 11 de Setembro, o que é a globalização da segurança. E como o terrorismo transnacional pode atacar a qualquer momento e em qualquer lugar. Provocar morte e afectar o nosso quotidiano, desde logo nos aeroportos. E sabemos também, desde 2008, o que é a globalização financeira e as suas consequências económicas. Como a falência de um banco americano pode levar à crise do Euro e ao corte dos nossos salários e das nossas pensões. Agora, ficámos a saber como um vírus, ao que dizem, gerado por um morcego e vendido num mercado no Centro da China, pode matar milhares de pessoas em todo o mundo e confinar-nos, não sabemos por quanto tempo, às paredes da nossa casa.

Seja terror, dinheiro ou vírus, estes fluxos transnacionais atravessam os Estados, escapam ao controlo nacional e geram um movimento de interdependência global que se reflecte na vida quotidiana de todos nós, no plano individual. Mas essa interdependência global não gerou um sistema correspondente de gestão política. Isto é, um modelo de regulação. E é por isso que os efeitos negativos da globalização desregulada crescem, exponencialmente, como as desigualdades ou a curva do vírus. E é por isso que o regresso à soberania nacional aparece como solução para o problema.

Mas isso não é novo, foi sempre assim, num movimento de alternância cíclica: a reacção aos nacionalismos que levaram à Grande Guerra foi o internacionalismo da Sociedade das Nações; a reacção ao fracasso da Sociedade das Nações e à crise de 1929 foi o regresso aos nacionalismos totalitários que conduziram à Segunda Guerra; o pós-Segunda Guerra significou o retorno a um novo internacionalismo, fundado sobre instituições multilaterais com a ONU à cabeça. O Estado manteve o papel de regulação económica e política, mas aberto à cooperação internacional. Na década de oitenta, porém, Reagan e Thatcher iniciaram uma nova era a que chamaram neoliberal. Começaram o processo de desregulação que a globalização levou ao extremo. Apagaram-se as soberanias e reforçaram-se as redes. Foi a derrota do Estado e a vitória do mercado.

Ora, a resistência à globalização é feita, hoje, sob o signo do regresso ao nacionalismo: ao proteccionismo no plano económico, ao populismo no plano político, ao bilateralismo transaccional contra a ordem multilateral. Será que o coronavírus vai reforçar essa tendência? É certo que para conter a exponencial do contágio os Estados estão a fechar fronteiras, restringir liberdades e impor o confinamento, isto é, a reforçar o plano nacional. Mas será essa a solução global para o problema?

Do que precisamos é de um novo New Deal à escala internacional

Todas essas medidas são necessárias para o controlo da pandemia. Mas essa é apenas meia verdade. Porque não haverá solução global sem o reforço da cooperação internacional: na descoberta da vacina, na disponibilização dos equipamentos médicos, na coordenação da OMS e, finalmente, na difícil recuperação económica que se adivinha. Do que precisamos é do reforço simultâneo do papel regulador do Estado e da cooperação multilateral: de um novo New Deal à escala internacional.

A principal mensagem que o vírus nos traz é que fazemos todos parte, como diz Edgar Morin, de "uma comunidade de destino". Já fazíamos antes. O 11 de Setembro, a crise financeira ou a mudança climática são a prova disso. Mas o coronavírus funcionou como uma tomada de consciência dramática desse destino comum como humanidade. A globalização tem sido interdependência sem solidariedade. Não podemos acabar com a interdependência, mas podemos acrescentar-lhe a solidariedade. É isso uma comunidade de destino.

Professor Catedrático da Universidade NOVA de Lisboa, Director do Instituto Português de Relações Internacionais

20 mil à espera do milagre

Manuel Soares

São Dimas, o bom ladrão que se arrependeu na cruz e recebeu de Cristo a salvação no derradeiro instante, é o padroeiro dos presos que agonizam sem esperança no corredor da morte. Hoje, 25 de Março, no Dia de São Dimas, alerto para a delicada situação das prisões portuguesas, antes que, no meio desta tormenta, fiquem para trás, esquecidas, à espera dum milagre. Se (ou melhor: quando) o vírus covid-19 entrar nas prisões, pode ser uma desgraça para os 12.729 reclusos e 6725 funcionários e guardas prisionais que lá vivem e trabalham. Bem sei que isto está longe de ser uma prioridade – se morrerem presos, que morram, pensam muitos. Mas não está certo. Uma sociedade que se preze e queira ser respeitada tem de tratar de todos. Não há cidadãos de fim de linha com direitos descartáveis.

Estamos sentados num barril de pólvora. Há 12.729 reclusos para uma capacidade de acolhimento total de 12.923 lugares. Sobram 164 lugares vagos e dispersos pelo país para isolar pessoas doentes e casos suspeitos. Assim é quase impossível evitar contágios em grande escala.

Nas cadeias não há isolamento social. Os reclusos partilham celas e os locais de recreio, refeições e higiene. Guardas e reclusos misturam-se em espaços exíguos e pouco arejados. Ao contrário do que se possa pensar, as prisões não são estanques ao contacto exterior. Em cada ano, há milhares de saídas precárias e centenas de reclusos a trabalhar em regime aberto no exterior. Em cada 24 horas, há quatro turnos de guardas prisionais a entrar e sair. Há inúmeros transportes de presos para os tribunais. Com este "vai-e-vem" de entradas e saídas, por mais cuidado que haja, é quase inevitável que o vírus entre nas prisões. Por outro lado, a nossa população prisional tem 48% de pessoas com mais de 40 anos de idade e 7% com mais de 60 anos. Tendo em conta o grande número de condenados por crimes relacionados com consumo de drogas, não é difícil adivinhar que uma parte muito significativa tem doenças graves que aumentam o risco de vida no caso de contaminação. Cá está o barril de pólvora.

Por causa da pandemia covid-19, já houve motins e desordens em prisões da Colômbia, Brasil, França, Itália e Sri Lanka – fora os casos que não sabemos. Porque o medo é igual, pode vir a acontecer o mesmo em Portugal. As pessoas cometeram crimes, estão presas mas não são estúpidas nem aceitam ficar para trás. Se as autoridades tardarem em tomar as medidas de protecção adequadas ou se – pior ainda – o vírus começar a contagiar e matar pessoas dentro das prisões, a intranquilidade e insegurança vão aumentar. Estamos preparados para isso?

Não é preciso ser especialista para ver que há dois grandes factores de risco que podem ser diminuídos. É preciso agir já. À velocidade que as coisas acontecem, o que ontem era precipitado, hoje é inevitável e amanhã tarde demais.

Em primeiro lugar, há que reduzir ao mínimo as entradas e saídas e gerir esse fluxo para que quem vem do exterior seja sujeito a testes de despiste e colocado em quarentena. No tribunal de execução de penas do Porto, as saídas precárias estão a ser autorizadas mas o momento da sua execução é deixado ao critério dos directores, precisamente para permitir essa gestão de fluxos. É uma boa medida.

Se (ou melhor: quando) o vírus covid-19 entrar nas prisões, pode ser uma desgraça para os 12.729 reclusos e 6725 funcionários e guardas prisionais que lá vivem e trabalham

Em segundo lugar, há que encontrar forma de libertar espaço nas prisões para diminuir o risco. A Irlanda está a equacionar a libertação antecipada dos presos que estão a menos de 3 meses do fim da pena. É uma medida impopular, mas vivemos tempos de excepção. Muitos reclusos cumprem penas de prisão curtas, nomeadamente por crimes estradais. Muitos outros estão a poucos meses da liberdade condicional. Cerca de 1500, por causa das saídas precárias ou do trabalho no exterior, já passam uma boa parte do tempo fora. Talvez fosse bom pensar numa medida legislativa de urgência, que permitisse que muitos desses reclusos, depois de uma avaliação positiva dos tribunais de execução de penas, pudessem ser transferidos para as suas residências e colocados sob vigilância electrónica até passar a tempestade.

Dirão alguns que isto é uma "heresia". E eu respondo: qual é a parte da expressão "estado de emergência" que não perceberam? Estamos sentados num barril de pólvora à espera de um milagre.

Presidente da Direcção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses. Escreve quinzenalmente à quarta-feira

POLÍTICA

Oposição mantém que linha do metro de Lisboa não pode avançar

A suspensão da linha circular do metro de Lisboa foi aprovada como alteração ao Orçamento, contra a vontade do PS e do Governo. Presidente interpreta-a como uma mera "recomendação" política

Orçamento do Estado
Liliana Borges

A promulgação do Orçamento do Estado para 2020 trouxe a suspensão da construção da linha circular do metro de Lisboa aprovada contra a vontade do PS de volta à agenda política. Em causa está uma nota da Presidência da República publicada com a promulgação do OE, na qual o chefe de Estado considera que o Parlamento "não suspendeu qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular recomendação política". Mas a conclusão de Marcelo Rebelo de Sousa não foi bem recebida pela oposição, que lembra o carácter vinculativo e legal da maioria parlamentar em relação ao Orçamento do Estado (OE).

Ontem, o Ministério do Ambiente reiterou que as considerações de Marcelo confirmam que o projecto é "indispensável" e que a decisão acerca da sua concretização diz respeito, "apenas e só", ao Governo, que reitera a intenção de avançar com o projecto. Em plena crise sanitária e económica, as declarações do executivo não são bem recebidas pelos partidos que aprovaram a alteração na especialidade: sublinham que "não é tempo de ruído" e pedem seriedade ao Governo.

Para o PAN, autor de uma das propostas aprovadas, o projecto "diz de forma clara e com força de lei" que o Governo procede à suspensão da construção da linha circular do metro de Lisboa. Em resposta ao PÚBLICO, a deputada Inês Sousa Real considera "desajustado" que este debate seja reacendido "num momento em que os partidos estão condicionados, num momento excepcional da nossa democracia, com o estado de emergência". "Tal como já dissemos a propósito da discussão em torno do aeroporto do Montijo, não nos parece o tempo certo para avançar este tipo de iniciativas", declara Inês Sousa Real.

A deputada nota ainda que o Governo tem beneficiado de um "respeito pelo momento de união" das restantes forças políticas, acrescentando que este tipo de debate pode fragilizar

MIGUEL MANSO

Ministro do Ambiente afirma que a decisão só compete ao Governo

esse entendimento comum num momento de crise epidemiológica e laboral. "Haverá mais do que oportunidade e tempo para, no momento certo, se retomar a discussão em torno destas iniciativas", considera o PAN, pedindo "contenção" ao executivo socialista. "Não nos parece que faça sentido este ruído. Não é de todo o momento apropriado."

Orçamento "é lei"

O PCP, que também viu aprovada a sua proposta, prefere não comentar a nota da Presidência da República, mas diz que este "não é um debate jurídico". "O OE é o que é", resume o deputado Bruno Dias. Para o comunista, o Governo deverá "cumprir a decisão largamente maioritária da Assembleia da República", pois é essa a responsabilidade política "que deve reconhecer e cumprir".

Também para o BE, a decisão só pode ser uma: cumprir o que a maioria parlamentar aprovou no início de Fevereiro e suspender a construção deste projecto. Ao PÚBLICO, a deputada Isabel Pires sublinha que

> "Não nos parece que faça sentido este ruído. Não é de todo o momento apropriado"

o OE é um instrumento legal e rejeita que a decisão do Parlamento tenha apenas um carácter opinativo. "O OE é uma lei, não é uma recomendação", vinca a bloquista. A consideração feita por Marcelo é vista pelo BE como "uma interpretação criativa que não se coaduna com o que é aprovado no OE".

Para o Bloco, "o que está a acontecer é que o Presidente da República, numa matéria específica que todos sabemos que deu bastante celeuma e bastante discussão pública acaba por dar a mão ao Governo". Em resposta às declarações do ministro do Ambiente, que ao PÚBLICO repetiu que o executivo não tenciona deixar cair a obra, a deputada Isabel Pires deixa um recado: "Se o Governo quiser cumprir o que está no OE, então a construção da linha circular do metro não deve avançar."

Também André Ventura, do Chega, considera "incompreensível" que as normas sejam "uma mera recomendação". O deputado não acredita que Marcelo entenda que se trata apenas de uma recomendação e considera que a nota do Presidente da República é uma forma de apoio ao Governo. Ao PÚBLICO, o deputado do Chega avança que irá questionar formalmente o ministro do Ambiente sobre a intenção de avançar com o projecto contra a vontade da maioria parlamentar.

Na perspectiva do PSD, "as declarações do Presidente não fazem uma avaliação sobre o mérito do projecto", mas olham para a constitucionalidade da decisão. "As normas do OE são para serem cumpridas. Podem ou não sê-lo, dependendo das execuções orçamentais, mas não são recomendações", sublinha o deputado social-democrata Carlos Silva. Para o PSD, as palavras de Marcelo reforçam que a decisão do Parlamento "resulta de um consenso na Assembleia da República, da sociedade civil e da comunidade científica, onde não se encontra ninguém que seja a favor deste projecto".

Aviso dos trabalhadores

Para a comissão de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, o Governo e o Presidente da República estão a tentar impor o projecto da linha circular. O grupo de trabalhadores avisa que "podem ter sido colocadas graves questões, no futuro, a outros órgãos de soberania" e que "poderão vir a impugnar concursos e contratos que irão onerar em muitos milhões de euros o Estado português", cita a agência Lusa. Já o Movimento Contra o Fim da Linha Amarela faz uma apreciação mais optimista das afirmações de Marcelo: para o grupo, o chefe de Estado entende que não existe inconstitucionalidade" e que, estando a lei do OE "integralmente aprovada, é para cumprir".

liliana.borges@publico.pt

SOCIEDADE

Portugal sem habitação social suficiente para as necessidades

País chumba ainda em nove pontos da Carta Social Europeia. Conselho da Europa aponta falhas na protecção de crianças e jovens: duração "excessiva" do "trabalho leve" de menores de 15 anos

Relatório
Joana Gorjão Henriques

ADRIANO MIRANDA

Governo garantiu em 2018 que, até 2024, iria existir habitação condigna para as 26 mil famílias identificadas

Portugal não tem habitação social suficiente para cobrir as necessidades existentes face ao índice de pobreza do país. Está a falhar na protecção legal das pessoas ameaçadas de despejo e a falhar na proibição legal de despejo de pessoas de casas-abrigo ou de abrigos de emergência sem que primeiro seja assegurada uma alternativa.

O país não cumpre a Carta Social Europeia em nove pontos e estes são alguns deles, refere um relatório que foi ontem divulgado pelo Conselho da Europa, organização criada em 1946 com o objectivo de promover os direitos humanos e que tem 46 Estados-membros. O documento, produzido pelo comité para os direitos sociais, analisa como Portugal está a cumprir a Carta Social Europeia, compromisso dos países para assegurar direitos como o emprego, condições de trabalho ou protecção social.

Na avaliação, que tem como período de referência 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2017, analisaram-se 36 pontos que Portugal deveria cumprir. Conclusão: passou em 21, chumbou em nove e há seis que necessitam de clarificação.

Em 2017, os municípios portugueses identificaram quase 26 mil famílias com carências habitacionais. Em 2018, o primeiro-ministro, António Costa, disse que iria existir habitação condigna para as 26 mil famílias até 2024. Criou no ano seguinte uma Lei de Bases da Habitação e vários pacotes de apoio.

O relatório do Conselho da Europa elenca as várias medidas do Governo no âmbito da Nova Geração de Políticas da Habitação e refere que não tem informação sobre se se conseguiu aumentar o parque da habitação social de 2% para 5% como foi indicado pelo Governo, uma percentagem que considera ser baixa, mesmo assim.

Segundo os peritos, a situação da habitação é ainda mais agravada no caso das famílias de origem cigana. O relatório aponta também falta de informação sobre vários assuntos, como o número real de sem-abrigo que não estão registados na Segurança Social. Os peritos querem saber o número total de candidaturas à habitação social, a média do tempo de espera, as alternativas legais para quem fica em espera tempo excessivo ou as soluções para quem vê negado o seu pedido.

Em 2017, os municípios identificaram quase 26 mil famílias com carências habitacionais

Apesar de a habitação ocupar grande parte das falhas apontadas pelo relatório, não é apenas neste campo que Portugal chumba. O país chumba também no campo da protecção de crianças e jovens, ao permitir que a duração do "trabalho leve" de menores de 15 anos nas actividades culturais, artísticas ou de publicidade seja "excessivo" – não sendo, por isso, "leve", apontam.

Segundo o quadro reproduzido no relatório, o número de horas permitido varia consoante a idade, mas não pode ultrapassar as 12 horas por semana (com a possibilidade de extensão de três horas nos períodos em que não há aulas). O Conselho da Europa considera que o número de horas de trabalho diárias em período escolar permitido às crianças entre os sete e 16 anos é excessivo e, portanto, viola um dos princípios da carta. Este organismo também diz que as remunerações dos trabalhadores jovens e dos estagiários não são justas.

Acusa ainda Portugal de estar a falhar na aplicação da legislação que proíbe o emprego a menores de 15 anos. O país não enviou dados sobre as inspecções ao trabalho de menores de 16 anos que desempenham funções depois da meia-noite, mas o relatório espera vir a tê-las para averiguar o cumprimento das normas.

Também nesta matéria o comité mostra preocupação relativamente às medidas para melhorar o desempenho escolar de crianças de origem cigana, nomeadamente quanto a segregação e taxas de abandono escolar, apontam.

Outra informação que aguardam para avaliar no próximo relatório são dados da Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças sobre a incidência de crianças em situações de sem-abrigo e medidas para as proteger.

Na nota de imprensa, o Conselho da Europa sublinha que "a crise do covid-19 é um lembrete brutal da importância de assegurar um progresso duradouro na protecção dos direitos sociais".

jgh@publico.pt

Breves

Lisboa

Mulher detida por violência doméstica

A PSP deteve uma mulher de 60 anos por ser suspeita de violência doméstica e de ter agredido um polícia na união de freguesias de Pontinha e Famões, em Odivelas, no distrito de Lisboa, foi ontem anunciado. A PSP disse numa nota que a detenção ocorreu em 21 de Março, na sequência de um alerta da vítima. "Os polícias da PSP deslocaram-se ao local onde eram audíveis gritos e mobiliário a ser partido, em resultado de confronto físico."

Sem seguro

MP acusa GNR que perdoou multa

O Ministério Público acusou um militar da GNR de um posto de Famalicão dos crimes de falsificação e denegação de justiça e prevaricação, por alegadamente ter perdoado uma multa a um condutor que circulava numa viatura sem seguro. Num comunicado publicado ontem no seu site, a Procuradoria-Geral Distrital do Porto acrescenta que o Ministério Público requereu ainda que o arguido seja condenado na pena acessória de proibição do exercício da função de militar da Guarda Nacional Republicana.

Número de vagas no quadro para professores contratados sobe para 872

Educação
Clara Viana

Em seis anos, será o terceiro maior lote de contratados que entrará no quadro por via dos concursos ordinários

NUNO FERREIRA SANTOS

Número de docentes contratados nas escolas ronda os 30 mil

No próximo ano lectivo, vão entrar no quadro mais 872 professores que estão a contrato. É o que determina a portaria do Ministério da Educação que anteontem fixou as vagas para o próximo concurso externo de colocação de docentes, cuja abertura ocorrerá hoje.

O concurso externo destina-se à entrada na carreira de professores que estão a contrato. Desde 2015, tem servido quase exclusivamente para garantir o cumprimento de uma directiva europeia que impede a utilização abusiva de contratos a prazo. Ou seja, o número de vagas que tem sido aberto no âmbito deste concurso é igual ao de contratados abrangidos pela chamada "norma-travão". O número de vagas abertas para o próximo ano lectivo é o terceiro maior, em concursos ordinários, desde que esta norma começou a ser aplicada.

Devido à imposição europeia, este dispositivo foi criado em 2015 pelo ex-ministro da Educação Nuno Crato. Foram então abertas 1453 vagas. Nos dois anos seguintes, o número de lugares disponibilizado pelo ministério foi, respectivamente, de 100 e 443. Desde 2018, este concurso passou a abranger os professores que tenham, pelo menos, três anos (começou por ser cinco) com contratos sucessivos em horários anuais e completos, ou seja, se o docente for sucessivamente contratado para dar 22 horas de aulas semanais, durante todo o ano lectivo. Nesse ano, foram abertas 1236 vagas e em 2019 outras 542. O número de candidatos foi sempre superior a 30 mil. Em 2017 e 2018, foram também abertos dois concursos de vinculação extraordinária, que abrangeram cerca de cinco mil professores a contrato.

Uma vida para entrar

Ao contrário do que tem sucedido nos últimos anos, o grupo de Educação Especial (90 lugares) deixa agora de ser o que terá mais vinculados, figurando em segundo lugar, a seguir ao dos professores do 1.º ciclo (206). Matemática (62 vagas) e Português (61 vagas) são os grupos que se seguem na lista.

Para as disciplinas que durante este ano lectivo têm tido mais falta de professores, o número de contratados em condições de entrar no quadro é bem inferior: Informática tem 47 vagas, Inglês conta com 36 e Geografia fica-se pelas 23.

São cerca de 3700 os professores que já se vincularam ao abrigo da norma-travão, apesar de o número de docentes contratados em trabalho nas escolas rondar os 30 mil, muitos dos quais a contrato há já pelo menos uma década. Isto acontece porque um professor, para cumprir as condições de entrada no quadro e ter três anos consecutivos de contrato, já terá habitualmente toda uma vida atrás como contratado, somando nuns anos horários completos e noutros acumulando contratos de apenas poucos meses.

Uma das consequências deste longo processo: a média de idades dos que têm entrado nos quadros nos últimos tempos é de 50 anos, igual à dos docentes que já estão na carreira.

A portaria publicada anteontem fixa também a abertura de 27 vagas para professores do ensino artístico especializado de música e dança. A Escola de Dança do Conservatório Nacional de Lisboa (nove vagas) e a Escola Artísticas do Conservatório de Música de Coimbra (sete) são as que têm mais lugares para entrada na carreira destes docentes.

cviana@publico.pt

LOCAL

Arvoredo urbano deve ser podado apenas por quem sabe

Ao contrário do que acontece noutros países, a profissão de arborista não está credenciada em Portugal. Petição *online* propõe que a Assembleia da República regulamente esta actividade

Ambiente
Abel Coentrão

Dezenas de personalidades ligadas à arquitectura paisagista, ao ambiente e à engenharia florestal, entre outras áreas, pretendem que o Parlamento aprove legislação que ponha cobro às podas descontroladas em espaço urbano, realizadas muitas vezes por técnicos sem competências em arboricultura. Ao contrário do que acontece noutros países, a profissão de arboricultor nem sequer está reconhecida em Portugal, algo que este grupo pretende também resolver, a partir da petição lançada por estes dias na página do Parlamento dedicada à participação cidadã.

A petição foi colocada *online* no Dia da Árvore, mas, em tempos de emergência viral, o assunto, que tem muito que ver, também, com a emergência climática em que vivemos, quase passou despercebido. Duarte d'Araújo Mata, paisagista e a trabalhar nesta área na Câmara de Lisboa, admite que o tema em si não está na agenda da maioria das pessoas (mesmo que não estivéssemos todos a pensar no novo coronavírus) e assinala que, como consequência disso, talvez, nenhum partido tomou até agora a iniciativa de legislar sobre esta matéria.

O extenso grupo, que inclui o geógrafo Miguel Bastos de Araújo, a socióloga Luísa Schmidt, a bióloga Helena Freitas, muitos paisagistas, e entre eles Aurora Carapinha, docente da Universidade de Évora, e Jorge Cancela, presidente da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, e Ana Patriarca, gestora certificada de arvoredo no Reino Unido, propõe que, com "carácter de urgência, os legisladores promovam a criação de um quadro normativo para a gestão do arvoredo urbano, abrangendo as operações de poda, transplantes e critérios para abate, auscultando normativos em vigor na Europa.

Além disse, pretendem "o reconhecimento da profissão de arborista devidamente credenciado para execução de operações de manutenção de arvoredo", e a criação de bases para o desenvolvimento dessa profissão e a adopção de um documento de referência de boas práticas de gestão do sistema arbóreo urbano a nível nacional que sirva de referência para todas as entidades com responsabilidade na gestão do arvoredo.

DANIEL ROCHA

"Em Portugal, é permitido que qualquer indivíduo com uma ferramenta destrua em poucas horas o que demorou décadas a construir"

Técnicos credenciados

A partir deste novo quadro regulamentar, os peticionários exigem que seja assumido "o princípio de que a gestão do arvoredo em espaço público deverá ser executada por técnicos devidamente preparados e credenciados para o efeito", e que essa actividade seja fiscalizada por "uma entidade independente da entidade que a executa". Defendem ainda o "princípio da democraticidade e transparência no acesso e consulta de informação relacionada com os planos de gestão do arvoredo".

Os subscritores desta petição *Pela regulamentação da gestão do arvoredo urbano* esperam que os parlamentares consultem instituições técnico-científicas, associações socioprofissionais do sector, entidades representantes de municípios, organizações não-governamentais e outros representantes relevantes da sociedade civil para este processo legislativo, e Duarte d'Araújo Mata assinala que entre as dezenas de pessoas que surgem na lista inicial de peticionários há muitas que poderão colaborar. Mas, para chegar até lá, é preciso convencer, pelo menos, quatro mil portugueses a assinar este texto que explana as razões da urgência desta legislação. Que são, e muito, razões deste nosso tempo.

"Além de contribuir para qualificar as cidades, vilas e aldeias, a vegetação é um valioso dispositivo para modular o microclima urbano, suavizando extremos climáticos, promovendo o bem-estar e reduzindo os riscos para saúde pública decorrentes das ondas de calor. Um coberto arbóreo superior a 40% pode reduzir a temperatura do ar até pelo menos 3,5 graus. O ensombramento sobre edifícios e pavimentos já demonstrou que permite reduções de temperatura locais que vão de 11 a 25 graus. A suavização de temperaturas extremas por via do arvoredo urbano é, pois, particularmente importante num quadro de alterações climáticas em que se prevêem aumentos na frequência, duração e severidade de ondas de calor a nível europeu", argumentam.

Há mais razões a justificar o que pretendem, mas uma delas prende-se com a necessidade, que identificam, de tratar o arvoredo como parte essencial daquilo a que hoje se chama infra-estrutura ecológica urbana. E se há toda uma regulamentação a balizar a intervenção na generalidade das infra-estruturas públicas – electricidade, gás, telecomunicações e outras, notam, "a intervenção na estrutura verde das cidades e no arvoredo em particular tem de ser [também] regulada". Mas, pelo contrário, lamentam, "a realidade é que, em Portugal, é permitido que qualquer indivíduo com uma ferramenta destrua em poucas horas o que demorou décadas a construir".

acoentrao@publico.pt

“Se houver um Orçamento rectificativo, os recursos para habitação têm de lá estar”

Lisboa
João Pedro Pincha

Vereadora da Habitação diz que a crise que se avizinha é o momento para o Estado robustecer o seu papel nas políticas de habitação

“A crise económica e social que aí vem impõe que sejam tomadas novas medidas”, avisa a vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local de Lisboa, que, além da resposta imediata à emergência do coronavírus, diz estar já a pensar na emergência que se vai seguir: a da previsível recessão e tudo o que ela acarreta.

“Estamos num momento de viragem em que temos de pensar em novas soluções”, afirma Paula Marques ao PÚBLICO, pondo ênfase na “função social da habitação” tal como está descrita na recentemente aprovada Lei de Bases da Habitação. O artigo 4.º da lei diz que “para garantir a função social da habitação, o Estado recorre prioritariamente ao património edificado público”, mas diz também que as entidades privadas são igualmente chamadas ao “objectivo nacional de garantir a todos o direito a uma habitação condigna”.

No entender da vereadora, isto significa por exemplo que devem ser definidas “medidas de contenção para aumentos de rendas” nos próximos tempos e que deve haver “uma injecção grande” de fundos estatais. “Se houver um Orçamento rectificativo, os recursos para habitação e emprego têm de lá estar”, sublinha.

A Câmara de Lisboa, que ainda há duas semanas realizou um sorteio de casas no Programa de Renda Acessível, mantém a decorrer as obras de reabilitação de edifícios que já estavam em curso e continua a tratar da burocracia que estes processos envolvem. “Nós não parámos nada para não entrarmos numa espiral de não-resposta”, explica a vereadora.

A partir de hoje, a linha SOS Despejo muda de nome para E-Habitação e passará a servir também para dar informações e esclarecimentos sobre as políticas de habitação municipais e nacionais. Esta mudança já estava prevista e manter-se-á para lá do surto de covid-19, mas ganhou nova importância, diz Paula Marques. “Precisamos de perceber como é o dia de amanhã das pessoas para pensar em novos modelos, novas medidas.”

Nesta primeira fase de isolamento generalizado, os serviços da autarquia têm mantido contactos com as associações de moradores dos mais de 60 bairros municipais e ainda com os parceiros do programa BIP/ZIP. “A Gebalis está a fazer 400 telefonemas diários para a população mais em risco”, diz a eleita.

Para já está instituída uma moratória no pagamento de rendas não-habitacionais, cobradas a associações, clubes e comércio. Outra acção em curso é a redefinição do programa de intervenções sociais em zonas prioritárias, o BIP/ZIP, que na próxima edição estará focado no “apoio à revitalização do emprego e na educação”.

joao.pincha@publico.pt

NUNO FERREIRA SANTOS

Com a crise que aí vem, é preciso pensar soluções para a habitação

Há 13 mil caravanistas desalojados com o fecho dos parques de campismo

Coronavírus
Idálio Revez

Presidente da Região de Turismo do Algarve diz que as autoridades não vão barrar a fronteira aos que forem para os seus países

ADRIANO MIRANDA

O Governo mandou fechar os parques de campismo

A ordem de mandar encerrar parques de campismo e estações de serviço para autocaravanas devido à pandemia de covid-19 deixou desorientados cerca de 13 mil turistas, no Algarve. O litoral alentejano é outra das zonas onde se está a gerar “pânico” entre os turistas que não desejam abandonar o país. O despacho da secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, “está a ser visto com alguma preocupação”, diz o presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve – Amal, António Pina, receando uma fuga desordenada. “Alguns autarcas manifestaram o receio de que haja deslocação do litoral para o interior.”

Segundo o proprietário do parque de campismo da Zambujeira do Mar, António Sousa, em declarações ao PÚBLICO, “os turistas estão em pânico, não sabem para onde ir. Hoje [segunda-feira] recebi pessoas a chorar”. De acordo com o diploma, os utentes dos parques de campismo, caravanismo e das áreas de serviço de autocaravanas têm até sexta-feira para organizarem “uma saída ordeira e tranquila destes estabelecimentos, locais e instalações”. Porém, os turistas permanentes gozam de uma excepção: são considerados residentes, “podem neles permanecer para assegurar a resposta à necessidade habitacional”. Às autarquias, entidades de quem depende o licenciamento dos equipamentos, caberá encontrar a solução. António Pina diz que o problema está a ser equacionado “numa acção conjunta com o comando regional da Protecção Civil”

Por seu lado, o presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve, Paulo Morgado, afirmou que as autoridades policiais tinham recebido indicações para “sensibilizar os turistas a regressarem aos seus países” de avião. Quanto à questão sobre onde deixar os veículos, diz que “a Amal vai encontrar um local”. A Câmara de Olhão, entretanto, disponibilizou as instalações da antiga fábrica conserveira Bela Olhão, com dois hectares cobertos, para parqueamento.

A directora de Serviços de Desenvolvimento Regional da (CCDR/Algarve), Lurdes de Carvalho, estima que poderão existir cerca de 13 mil autocaravanas na região, parqueadas e em circulação. Os cálculos são feitos com base nos dados estatísticos. No mês de Março de 2019, referiu, encontravam-se 4461 autocaravanas nas 20 áreas de serviço da região. Ora, acontece que este número representa cerca de um terço do total dos veículos uma vez que não estão incluídos nos registos da CCCDR os utentes dos parques de campismo, nem o crescente número dos parques clandestinos que proliferam um pouco por todo o lado, disse. Nos primeiros dois meses do ano, adiantou, “estávamos a ter um crescimento entre 7 a 8% [neste segmento do turismo] em relação ao período homólogo do ano anterior”.

Pode ser pior

O coordenador da Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve – RAARA, Alexandre Domingues, adverte: “Tirar as pessoas de lugar seguro pode ter um efeito contrário àquele que se pretende [limitar a contaminação].” No mesmo sentido, António Sousa acrescenta que “o despacho do Governo lança a insegurança nas pessoas e potencia a propagação da doença.” No seu parque na Zambujeira, exemplificou, existem 20 autocaravanas mas há apenas um residente, inglês, em permanência. “Daqui por dois dias vou ter de mandar as pessoas embora”, disse, adiantando que pediu esclarecimentos à GNR e a resposta foi peremptória: “Isso é consigo, têm cinco dias para abandonar.”

António Sousa considera que o Governo, antes de ter colocado cá fora uma medida com esta amplitude, “deveria ter avaliado as consequências e analisado caso a caso” as condições de cada parque. Há cerca de 25 dias, diz, começou a medir a temperatura aos utentes. “Todos aceitaram bem a sugestão e ninguém está contaminado.”

No parque de campismo Canelas, em Armação de Pêra, encontram-se 40 autocaravanas, das quais oito pertencem a residentes. “Fechámos as inscrições a novos turistas”, informou a recepcionista Aurora Henriques, acrescentando que se está “gerar um grande confusão” entre os clientes. “Muitos querem regressar a casa mas não têm garantias.”

O presidente da Região de Turismo do Algarve, João Fernandes, considera que o repatriamento dos turistas aos países de origem “está assegurado pelos acordos de Portugal com a Espanha e restantes países do espaço europeu”. Quando os caravanistas chegarem à fronteira, sublinha, “só têm de fazer prova de residência em país estrangeiro”. Sobre o despacho da secretaria de Estado do Turismo, entende que “faz parte de um conjunto de medidas mais vastas que estão a ser tomadas ao nível europeu”.

No caso de ser necessário accionar planos de contingência, informou a CCDR, 11 parques estão disponíveis para acolher utentes.

irevez@publico.pt

ECONOMIA

A história de um descarrilamento anunciado

A CP e a Refer, empresas públicas sob a mesma tutela, acusam-se reciprocamente em tribunal, fruto da separação entre a roda e o carril. Como na história do descarrilamento a 32 km/hora

Ferrovia
Carlos Cipriano

Esta é a história de um descarrilamento anunciado, numa linha com travessas podres e carris assentes na lama. Mas sem vítimas, porque nesta zona da Linha do Vouga os comboios só andavam a 30km/hora. A CP pede uma indemnização à Refer. Esta até admite que a via estava em mau estado, chega a duvidar das causas do descarrilamento, mas bate o pé à extensa lista de facturas da CP, que exige ser ressarcida da reparação da automotora e do tempo em que esta esteve imobilizada.

Em 5 de Janeiro de 2009 descarrilou uma automotora perto de Travanca (Oliveira de Azeméis) na Linha do Vouga, num troço onde só havia dois comboios por dia em cada sentido. A composição circulava à vertiginosa velocidade de 32 km/hora, pelo que os seis passageiros nada sofreram nem esperaram por transportes alternativo. Cada um escapuliu-se pelos seus próprios meios da automotora acidentada e a CP mandou vir um comboio de socorro para carrilar os três rodados que saltaram dos carris e ficaram assentes na terra enlameada.

Na queixa que a CP apresentou contra a Refer, dois anos depois, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, diz que "as travessas que sustentavam a linha, no local onde se verificaram os primeiros sinais do descarrilamento, apresentavam-se em estado de degradação, podres" e que, no sítio em que as rodas saíram dos carris, "a linha encontrava-se assente em terra, num local que apresentava elevado nível freático, o que fez reduzir a vida útil das travessas, fazendo-as apodrecer, não garantindo a fixação dos parafusos ao carril".

A transportadora pública apresenta mesmo um documento da própria Refer onde esta admite que naquele local existira uma passagem de nível que fora encerrada, "a via encontrava-se com elevado grau de finos trazidos por aluimento de terras e por não ter sido efectuada beneficiação da drenagem aquando do seu encerramento" e, por isso, "as condições de deficiente drenagem possibilitaram a degradação mais rápida das travessas de madeira."

A CP acrescenta ainda que sabe que, para a zona onde ocorreu o descarrilamento, a Refer tinha "prevista e aprovada desde 2008 a substituição de cerca de 2500 travessas".

Por isso, não teve dúvidas em imputar a total responsabilidade do ocorrido ao gestor da infra-estrutura, fez as contas aos custos do carrilamento da composição, à reparação de avarias e ao tempo em que a automotora esteve imobilizada e pediu à Refer para ser ressarcida em 34.763,41 euros.

Como a Refer recusou, a CP deu entrada de uma acção judicial em 2 de Junho de 2011 alegando que o acidente foi "consequência directa do incumprimento, por parte da Ré, do seu dever de vigilância, conservação e manutenção da referia linha férrea, em boas condições de utilização".

Na sua contestação, entregue a 13 de Julho de 2011, a Refer diz que a petição da CP é "uma construção artificial que esbarra nalguns obstáculos de difícil transposição", pois "um acidente ferroviário é um acontecimento dinâmico em que é fundamental uma avaliação do tempo, espaço e velocidade para compreensão das suas causas". De resto, a verdade é que, em anteriores passagens naquele local, os comboios precedentes não notaram nada de anómalo.

Reconhece, porém, a Refer que as travessas no local do acidente estavam podres, mas põe em causa a eventual excessiva velocidade do comboio naquela curva, embora os 32 Km/hora a que este seguia estivessem dentro do limite permitido.

Mas a ênfase da contestação vai para o montante da indemnização exigida pela CP porque "mais de metade desse pedido é feito ao abrigo da imobilização a que o veículo ferroviário esteve sujeito para reparação", coisa que a Refer discorda porque não basta ter o veículo ficado imobilizado para reparação – seria necessário demonstrar "factos reveladores de um dano específico emergente ou de um lucro cessante".

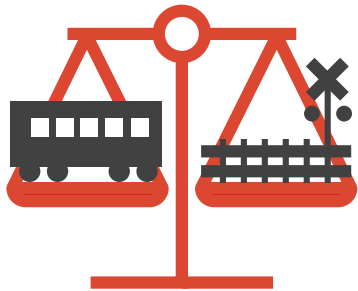
Acidente ocorreu em Travanca (Oliveira de Azeméis), na Linha do Vouga, num troço onde só havia dois combo

Descarrilamento de Travanca teve consequências: a linha, num estado lastimável, fechou ao tráfego de passageiros entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga, cortando a Linha do Vouga

Os dados estavam lançados. As empresas pagaram 612 euros de custas cada uma. A CP recorreu aos serviços de um escritório de advogados do Porto e a Refer a um escritório de Lisboa.

O processo anda devagar, mas não pára. Após uma suspensão da instância por 30 dias, a pedido dos mandatários, e depois de um despacho saneador, o tribunal começou a ouvir as testemunhas por videoconferência em Janeiro de 2013.

No mês seguinte, a Refer juntou ao processo um documento que atestava que "não ficou provado, após audição das testemunhas, que a CP tenha despendido 14.520,55 euros com a reparação de avarias provocadas pelo descarrilamento nem ficaram demonstradas as despesas e prejuízos causados".

Nesse aspecto, o tribunal dar-lhe-ia razão. Proferida em 13 de Maio de 2013, a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro afirma

RODA VS. CARRIL

Quando a roda e o carril não se entendem, a CP e a IP dirimem conflitos em tribunal. Numa série de cinco dias, o PÚBLICO revisita cinco casos, há anos por resolver

NELSON GARRIDO

ios por dia em cada sentido

que “não restam dúvidas que o acidente referido se deveu à violação do dever de manutenção da segurança da via-férrea que, legalmente, impende sobre a Ré [Refer]”. No entanto, condena-a a pagar não os 34.763,41 euros pedidos pela CP, mas apenas 15.725,30 euros (acrescidos de juros à taxa legal até integral pagamento) referentes aos custos de carrilamento e reparação da automotora acidentada.

Refer interpõe recurso

Apesar da sentença salomónica, o assunto não fica sanado. Em 21 de Junho, a Refer interpôs recurso, alegando que “o tribunal não valorizou o grau de incerteza das duas únicas testemunhas que testemunharam o acidente”, que os depoimentos não foram taxativos e que não ficou provado que a CP tenha despendido 14.520,55 euros com a reparação de avarias, mais 1204,75 euros pela utilização do comboio de socorro.

Isto porque a CP se limitou a apresentar facturas emitidas pela EMEF (empresa de manutenção do grupo CP) nesse valor, mas não provou que estas tenham sido liquidadas. Ou seja, “não provou qualquer prejuízo efectivo com o descarrilamento, conforme lhe competia”.

Com o recurso, o processo sobe ao Tribunal Administrativo Central do Norte, sendo enviado de Aveiro para o Porto, onde dá entrada em 16 de Julho de 2013. Repousa desde então no número 501 da Rua de Santo Ildefonso, aguardando que os juízes desembargadores lhe dêem solução. Em 2014, com a chegada de novos magistrados aquele tribunal, os autos já foram distribuídos duas vezes e passaram pelas mãos de três juízes desembargadores.

Do ponto de vista prático, o descarrilamento de Travanca teve consequências: a linha, que estava num estado lastimável, fechou ao tráfego de passageiros entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga, cortando em duas partes a histórica Linha do Vouga. Desde então, o “Vouguinha” só circula entre Espinho e Oliveira de Azeméis e entre Aveiro e Sernada do Vouga.

Mas o troço central que une estas duas pontas continua aberto ao tráfego, apesar de encerrado ao serviço comercial. Nele circulam diariamente dois comboios vazios por dia (um em cada sentido) para irem e voltar das oficinas de Sernada do Vouga onde fazem a manutenção. Deverá ser, aliás, uma das linhas mais insólitas do mundo, pois a sua velocidade máxima é de 10 Km/hora.

A Refer não fez por menos. Depois do descarrilamento, determinou que a velocidade máxima não passaria dos dez à hora, o que se compreende, pois a via está coberta de vegetação e os carris afundam-se na terra à passagem dos rodados do comboio. Não admira: grande parte dos carris, parafusos, travessas de madeira e balastro são os mesmos que lá estavam na inauguração da linha, em 1914. Nunca foram mudados.

E, já que se fala da roda e do carril, é nesta linha que se encontra um pormenor curioso, que espelha esta separação: no primeiro andar da Estação de Sernada do Vouga há uma cozinha usada pelos ferroviários que possui um micro-ondas que diz “CP” ao lado de outro que diz “Refer”. Há também um frigorífico que diz “CP” e outro que diz “Refer”. E também dois armários, um da CP e outro da Refer. O espaço é usado por maquinistas, revisores, manobradores e guardas de passagem de nível. Todos se sentam, porém, à mesma mesa.

Montepio chama ex-auditor para validar exigência da PwC

Contas de 2019 estão a gerar um episódio insólito no Grupo Montepio. A mutualista pediu ao ex-auditor, a KPMG, que validasse o parecer do auditor que exige contabilização mais real do valor do banco

Banca
Cristina Ferreira

A Associação Mutualista Montepio Geral (AMMG) chamou o antigo auditor do grupo, a KPMG, para validar os critérios aplicados pelo actual auditor, a PwC — PricewaterhouseCoopers, que mandou a mutualista baixar substancialmente o valor de 1,87 mil milhões de euros que regista em balanço o Banco Montepio, o seu principal activo. Uma iniciativa insólita. E que na prática colocou os dois auditores concorrentes em confronto. Ainda assim, ambos acabaram por convergir no ponto contestado pela AMMG, que irá mesmo ter de assumir uma imparidade adicional relativa à instituição financeira agora chefiada por Pedro Leitão.

Na semana passada, o presidente da AMMG, Virgílio Lima, ligou ao responsável da KPMG para saber se o auditor estava disponível para analisar as teses da PwC, que o foi substituir no cargo, e que apontam para a necessidade de a mutualista corrigir o preço a que contabiliza o Banco Montepio. A KPMG, que esteve a auditar nos últimos 14 anos todo o grupo Montepio, respondeu que estava disponível, desde que a PwC não se opusesse. E o actual auditor do Montepio não se opôs. Na reunião estiveram o administrador financeiro (CFO) da AMMG, que é Virgílio Lima (que é também o presidente), o *partner* da PwC e o técnico da KPMG, que foi em tempos o responsável por acompanhar o cliente Montepio.

O PÚBLICO apurou que as duas auditoras discordaram num ponto, na taxa de desconto usada pela PwC nos pressupostos dos testes para cálculo de imparidades. E concordaram noutro: a AMMG deve assumir a menos-valia que resulta da reavaliação do banco (que não é cotado) a preços próximos dos de mercado. Nada de novo. Entre 2015 e 2017, a própria KPMG obrigou a AMMG a contabilizar uma imparidade de 500 milhões de euros, que levou a uma alteração no balanço, onde o Banco Montepio estava registado por 2,2 mil milhões de euros e passou a estar por 1,87 mil milhões, o actual número.

GONÇALO DIAS

Dona do Banco Montepio continua sem apresentar contas de 2019

O tema é delicado para a mutualista, o que explica que o encontro, entre um antigo e um actual auditor, para além de pouco habitual, tenha tido divulgação muito reservada. É que na prática, a exigência da PwC tem como consequência colocar a maior entidade da economia social em terreno vermelho e dificultar novas injecções de capital no Banco Montepio. E daí as preocupações que se verificam no topo da mutualista, onde se resiste a emendar os números de 2019, como requer o auditor.

Contactada, a AMMG clarificou que "a existência de diálogo entre auditoras, no âmbito da transferência de trabalho e esclarecimento de qualquer questão, constitui prática considerada natural", excluindo, todavia, ter contratado os serviços da KPMG, o que não poderia fazer, dado que o mandato foi entregue à PwC. Já a KPMG, interpelada sobre este episódio, não esteve disponível para comentar.

> **Data do conselho geral não se encontra definida por razões que se prendem com a exigência de rigoroso isolamento social**
> **Grupo Montepio**
> Fonte oficial

Em simultâneo, a chamada da KPMG pelo Montepio para confirmar a solidez e racionalidade dos critérios usados pela PwC na análise às contas, permite também a Virgílio Lima ganhar tempo para se posicionar em futuras discussões.

O telefonema para o antigo auditor foi desencadeado a seguir à reunião do conselho geral da mutualista, de 13 de Março, cujo primeiro ponto em agenda era precisamente a análise das contas de 2019. O que não aconteceu por não estarem ainda fechadas devido ao braço-de-ferro aberto entre a gestão e a PwC, no que respeita à dimensão da desvalorização, em balanço, do Banco Montepio, e às suas consequências no grupo.

Este foi um dos assuntos sobre o qual alguns conselheiros pediram detalhes, dado o quadro sensível do Banco Montepio, com um *cost to income* (quociente entre os custos de estrutura e o produto bancário) em torno dos 70%, o que acentua as pressões sobre o capital. E traduz-se no seguinte: depois de liquidar as facturas, sobram à volta de 30% para constituir provisões, para pagar dividendos ao accionista ou para tomar decisões de recapitalização.

Os dois auditores envolvidos nas conversas à volta do Montepio estão debaixo de fogo por suspeitas de falhas na sua actividade: a KPMG foi alvo de contra-ordenações por parte do Banco de Portugal na sequência de alegadas irregularidades na fiscalização ao BES e ao BESA; a PwC está no centro do caso *Luanda Leaks*, por consultoria fiscal, em Portugal e em Angola, a Isabel dos Santos, que lhe pagava por meios que suscitam dúvidas às autoridades.

Entretanto, as contas da AMMG do ano passado continuam por fechar. A AMMG explicou que a data de realização do próximo conselho geral, que vai dar seguimento ao que decorreu no passado dia 13 de Março, ainda "não se encontra definida por razões que se prendem com a situação que o país atravessa e com a exigência de rigoroso isolamento social", na sequência da crise de saúde pública provocada pela pandemia da covid-19.

"No que se refere à assembleia geral, a data não foi fixada por razões igualmente relacionadas com o momento que vivemos no país. Neste caso, como é do conhecimento público, o prazo para realização da AG foi alargado até final do mês de Junho", acrescentou.

cferreira@publico.pt

MUNDO

Mocímboa da Praia: "O culminar do trágico fracasso do Governo"

Jihadistas ligados ao grupo Al-Shabab atacaram e hastearam a bandeira na vila do Norte de Moçambique. Para Elísio Macamo, este incidente demonstra que o Presidente Nyusi "não está à altura de governar"

Moçambique
António Rodrigues

A directora-adjunta da Amnistia Internacional para a África Austral, Muleya Mwananyanda, não tem dúvidas, o ataque e ocupação de um quartel de Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado, na segunda-feira, por insurgentes ligados ao grupo islamista Al-Shabab, "é o culminar do trágico fracasso do Governo moçambicano em proteger as pessoas nesta área volátil" do Norte de Moçambique.

A vila amanheceu calma ontem, depois de um dia de troca de tiros em algumas zonas. Não se sabe ainda em quantos mortos resultou o ataque, embora um residente tenha dito à Lusa, por telefone, que há vários cadáveres abandonados nas ruas: "Estamos a encontrar pessoas mortas, entre militares e civis. Alguns perderam a vida algemados."

O comandante-geral da polícia, Bernardino Rafael, numa conferência de imprensa em Maputo, confirmou que "os malfeitores atacaram a sede de Mocímboa da Praia, incluindo um quartel das forças de defesa e segurança e içaram a sua bandeira".

Além do hastear da bandeira no quartel militar, o ataque em Mocímboa da Praia mostra que os insurgentes estão "a ficar mais atrevidos", como refere o analista Alexandre Chiure à Voz da América. Sinal de que têm mais capacidade, em termos de equipamento e de homens para efectuar ataques em maior escala (uma fonte disse à Lusa que, há duas semanas, um grupo de 43 homens deixou a vila para se juntar aos jihadistas). "Cabo Delgado tem 16 distritos e a informação que nós temos é que nove desses distritos já estão afectados por esses ataques", acrescentou.

Desde 2017 que a província de Cabo Delgado é alvo de ataques de um grupo de jovens que terá começado a ser radicalizado precisamente numa mesquita de Mocímboa da Praia, que é sede de um distrito maioritariamente rural. Em quase três anos, pelo menos 700 pessoas foram mortas, segundo os Médicos Sem Fronteiras, e há mais de 100 mil deslocados internos, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

ANTÓNIO SILVA/LUSA

Despojos de um ataque anterior em Mocímboa da Praia

"Suponho que mais tarde, ou mais cedo, algo assim fosse acontecer. A vulnerabilidade do nosso país é, infelizmente, evidente", escreveu no Facebook Elísio Macamo, professor moçambicano da Universidade de Basileia, antes de afirmar que nem tudo "é uma fatalidade", porque há muito aqui de "falta de liderança".

"O Presidente Nyusi e as pessoas e estruturas que o rodeiam não parecem estar à altura do desafio de governar um País como o nosso", refere o professor de Sociologia e Estudos Africanos, acusando o Governo de fraca cultura de comunicação, deixando o país ser alimentado por rumores, de autismo, ao não ouvir os especialistas, e falta de estratégia para lidar com o problema difícil de uma insurgência armada de cariz religioso.

Elísio Macamo lembra que em 2017, aquando dos primeiros ataques, o comandante-geral da polícia "prometeu resolver o problema em dois dias", mas nem em dois anos isso aconteceu, sem que se conhecessem "as consequências estruturais" que a falta de cumprimento do prometido acarretou na organização da polícia.

Esconder o problema

Moçambique é um país grande e a distância entre Mocímboa da Praia, no Norte, para a capital, Maputo, no extremo Sul, vai para lá dos 2663 km de estrada; acentua-se pela concentração das decisões em Maputo e que as últimas eleições de Outubro passado, em que se escolheram nas urnas pela primeira vez os governadores, não vieram resolver. Com isso, a descentralização do poder permanece "refém do poder executivo do chefe de Estado".

E Filipe Nyusi é um Presidente sem capacidade de liderança, escolhido por um "partido que durante décadas conduziu os destinos" de Moçambique, mas se recusa "a assumir a responsabilidade pelo país que ele próprio construiu".

A socióloga Isabel Maria Casimiro, num comentário ao texto de Elísio Macamo, realça que "desde 2003, pelo menos" que falam "do que se passa em Nampula e Cabo Delgado". "Quem de direito não nos ouve! Nunca nos ouve quando o que dizemos não é o que querem ouvir. Colegas do Parlamento disseram-me que, eu, intelectual, nada entendo da realidade", desabafou a professora da Universidade Eduardo Mondlane.

Aliás, as autoridades esforçam-se para colocar obstáculos à recolha de informação que permita entender melhor o que se passa em Cabo Delgado. Como refere a nota à imprensa de Muleya Mwananyanda, a situação tem-se agravado "pelo facto de o Governo proibir jornalistas, investigadores e observadores estrangeiros de aceder a essa região".

Um *blackout* informativo que permite também esconder a incapacidade das forças de defesa e segurança para resolver ou pelo menos minimizar o problema. Em Fevereiro, o porta-voz do ACNUR, Andrej Mahecic, falava de uma escalada brutal da violência nos últimos meses. "Os que fogem falam de assassinatos, mutilações e torturas, casas queimadas, casas destruídas e lojas. Temos relatos de decapitações, sequestros e desaparecimento de mulheres e crianças", disse, citado pela Voz da América.

antonio.rodrigues@publico.pt

Já há acordo político para se iniciar processo de adesão da Albânia e Macedónia do Norte à UE

União Europeia
Rita Siza, Bruxelas

Ministros dos Assuntos Europeus ressuscitam processo de alargamento em plena crise causada pelo coronavírus

Vencidas as resistências da França, Dinamarca e Holanda, que em Outubro passado manifestaram dúvidas e bloquearam o avanço do processo de alargamento da União Europeia, os 27 Estados-membros apoiaram ontem a abertura formal das negociações para a adesão da Albânia e da Macedónia do Norte ao bloco – o primeiro passo de um longo processo que pode demorar décadas até terminar.

O acordo político para um novo alargamento do clube europeu "premeia" os esforços dos dois países candidatos, que, segundo constataram os ministros dos Assuntos Europeus dos 27, cumpriram todos os requisitos e exigências do executivo comunitário para o avanço do processo. "Envio os meus parabéns a Tirana e a Skopje por esta vitória merecida", *tweetou* o secretário de Estado alemão, Michael Roth, no final do encontro ministerial que, como todos os outros desde o início da crise do coronavírus, foi realizado por videoconferência.

Com a abertura da porta à Albânia e Macedónia do Norte, a União Europeia (UE) "envia uma forte mensagem política para a região dos Balcãs Ocidentais", sublinhou Andreja Metelko Zgombic, a secretária de Estado dos Assuntos Europeus da Croácia. O país que assegura a presidência da UE até Julho escolheu como foco da sua acção a relação com os Balcãs e elegeu como prioridade o avanço do processo de alargamento – além da Albânia e da Macedónia do Norte, também o Montenegro e a Sérvia já iniciaram conversações com Bruxelas. Em relação à Bósnia-Herzegovina e ao Kosovo, a situação é mais complicada.

Para a governante croata, a decisão de ontem representa uma "boa notícia para todos os Estados-membros", que não só garantem a segurança e estabilidade da sua vizinhança, cada vez mais pressionada por actores como a Rússia e a China, como ainda "demonstram que num momento tão desafiante a UE continua focada em todas as matérias relevantes e capaz de assumir decisões importantes".

O acordo político será agora oficialmente aprovado através de um procedimento escrito e, previsivelmente, ratificado pelos 27 chefes de Estado e Governo da UE na minicimeira que será realizada amanhã, também por videoconferência. Os líderes darão um mandato à Comissão Europeia para prosseguir o trabalho e conduzir as negociações. De acordo com o comissário europeu para a Vizinhança e o Alargamento, Olivér Várhelyi, tanto a Albânia como a Macedónia do Norte "aceleraram o seu trabalho" depois de Outubro, tendo apresentado "resultados tangíveis e sustentados em áreas cruciais". O processo continuará a ser feito por etapas e a assentar na "credibilidade" e no "mérito" dos países candidatos, que terão de mostrar progressos nos vários capítulos fixados no âmbito de uma conferência intergovernamental.

Na reunião de ontem já foram fixadas algumas metas para a Albânia, que parece estar mais atrasada do que a Macedónia do Norte no caminho de harmonização com as normas da UE. Assim, Tirana terá de concluir a reforma do sistema judicial actualmente em curso, para garantir entre outros pontos que os processos de corrupção contra altos dirigentes não são travados pelo Tribunal Constitucional, e terá ainda de completar a reforma do sistema eleitoral, emendar a legislação relativa aos *media* e encetar "acções mais robustas" para combater a imigração irregular.

rsiza@publico.pt

Processo de adesão destes países pode demorar décadas

ABIR SULTAN/EPA

Protesto contra o primeiro-ministro israelita junto ao Parlamento (Knesset)

Gantz rejeita proposta de governo de unidade em Israel

Médio Oriente
António Rodrigues

Líder do Azul e Branco recusa ideia de Netanyahu. Primeiro quer que "a democracia de Israel volte a funcionar em pleno"

Benny Gantz recusou encontrar-se ontem com o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, para discutir a possibilidade de formar um governo de unidade nacional, como lhe tinha proposto pelo Facebook o líder do Likud. "Primeiro farei com que a democracia de Israel volte a funcionar em pleno, sem medo. Depois terei em consideração todas as maneiras de formar um governo para lutar contra o coronavírus e lidar com outros desafios que nos esperam", escreveu no Facebook o líder do Azul e Branco, que o Presidente de Israel, Reuven Rivlin, mandatou para formar governo.

Netanyahu tinha deixado a mensagem a Gantz de que "este momento é um teste de liderança e de responsabilidade nacional", por isso "os cidadãos de Israel precisam de um governo de unidade que trabalhe para salvar vidas e meios de subsistência". O primeiro-ministro acrescentou que as diferenças entre os dois eram poucas e podiam ser ultrapassadas, mas Gantz tem uma opinião diferente, salientando que entre os dois existem divergências intransponíveis.

No entanto, de acordo com o *Jerusalem Post*, Gantz, em conversa com militantes do Azul e Branco, à saída de sua casa, admitiu a possibilidade de aceitar a proposta, mas só se for ele o primeiro-ministro na primeira rotação. "Neste momento, o mandato é meu", disse. "Há uma expectativa de que seja eu a responder a Netanyahu, como se fosse essa a única alternativa. Eu dirigi guerras. Eu sou capaz de ser líder em crises nacionais tanto quanto ele", acrescentou o general na reforma.

Depois das críticas de Netanyahu ao Supremo Tribunal de Justiça, inclusivamente com Yuli Edelstein, o líder do Parlamento (Knesset) a recusar-se a retomar os trabalhos parlamentares e, posteriormente, a desafiar a mais alta instância judicial do país que o instava a agendar a eleição de um novo presidente da câmara de deputados, dizendo que a mesma não tinha autoridade para definir a agenda do Knesset, ontem decorreu de forma mais tranquila.

Edelstein aceitou as propostas do Azul e Branco para a criação de quatro comissões, incluindo uma comissão especial para lidar com o coronavírus. E até as votou favoravelmente, enquanto todos os outros deputados do Likud e dos partidos que o apoiam boicotavam a votação, por o partido de Gantz não ter coordenado a sua criação com o seu partido, como acontece tradicionalmente.

Netanyahu procura uma solução política que lhe permita manter-se no poder para evitar a justiça. O julgamento por corrupção, fraude e abuso de confiança deveria ter começado na semana passada, mas foi adiado para Junho por causa da pandemia do coronavírus. A emergência médica também permitiu a Edelstein suspender os trabalhos parlamentares e permitir ao primeiro-ministro em exercício governar por decreto, sem controlo de deputados. Só a decisão do Supremo impediu que o estratagema político continuasse a funcionar em proveito de Netanyahu.

Aliás, Avigdor Lieberman, antigo ministro da Defesa e Negócios Estrangeiros de Netanyahu, apresentou ontem no Parlamento uma proposta de lei para obrigar a que primeiros-ministros acusados de crimes tenham de ser afastados do cargo ao fim de 30 dias. A legislação ainda demorará algumas semanas a ser aprovada, porque ainda tem de passar por várias comissões que ainda não foram formadas, mas visa evitar que Netanyahu possa continuar a desafiar a justiça desde a chefia do Governo.

CULTURA

O artista que nos deu a alegria de Astérix

Albert Uderzo 1927-2020 Há anos que deixara de desenhar os seus irredutíveis gauleses, mas foi o homem que lhes deu vida, e que, pelo desenho, e com as ideias do amigo Goscinny, os fez nascer

Obituário
José Marmeleira

Morreu Uderzo, o homem que desenhou Astérix, o artista que lhe deu vida. Com 92 anos, ao fim de dezenas de álbuns, deixando-nos um mundo de personagens, paisagens, cenas. Inesquecíveis, esfuziantes, divertidas, que deslumbraram e alegraram tantos rostos. Quem não as leu, quem não as lembrará, quem não as amou?

Sim, Goscinny imaginou, concebeu, inventou, foi o autor, mas Uderzo foi o artista. Sem o seu traço dinâmico e virtuoso, não encontraríamos Astérix, Obélix, Ideiafix, Panoramix; sem o seu humor e a sua ternura, não nos comoveríamos com o medo do jovem de *Astérix e os Normandos* (1966); sem o seu domínio do realismo e da caricatura, não nos espantaríamos com *O Domínio dos Deuses* (1971), não nos amedrontaríamos com as páginas que abrem *O Adivinho* (em 1972), como se estivéssemos diante do cinema. Já não desenhou os últimos quatro álbuns de Astérix, mas o movimento radioso e mordaz do seu traço nunca deixou de nos acompanhar na memória de tardes e manhãs. Com a banda desenhada.

Nascido em 1927, em Fismes, filho de pai italiano, vendedor de mobiliário, Uderzo atravessou literalmente o século XX. Durante a adolescência, viveu a França Ocupada – entre 1942 e 1945, escondido com o irmão, Bruno, numa vila bretã; no imediato pós-guerra, iniciou uma carreira breve na animação e no jornalismo; e nos anos 50 e 60, foi, com Albert Goscinny, testemunha e protagonista da idade de ouro da banda desenhada franco-belga. É deste período que a sua assinatura se tornará para sempre indissociável, com a criação de uma galeria inesquecível de personagens, *gags*, sequências. Aventuras sobre páginas e páginas. É certo que foi Astérix que lhe deu a fama, em França logo em 1959, com *Astérix, o Gaulês*, e mais tarde no mundo, com álbuns como *Astérix Legionário* (1967), *Obélix e Companhia* (1976) ou *Astérix e o Caldeirão* (1969), mas Uderzo não foi apenas Astérix.

Desde muito cedo entusiasta de banda desenhada, desenho e *cartoons*, absorveu influências diversas. Dos Estados Unidos, Walt Disney, Floyd Gottfredson (desenhador de tiras com Mickey Mouse), Carl Barks (que deu a Pato Donald um universo na BD), Alex Raymond, E.C. Segar (criador de Popeye), Al Capp, Milton Caniff. Da Europa, em particular Alain Saint-Ogan e Calvo, que o encorajaram a iniciar e a continuar uma carreira. Alimentado por esta confluência de estilos, envolver-se-ia na cena que então medrava na Bélgica, entre os finais dos anos 40 e o início da década de 50. Conhece Victor Hubinon, Eddy Paape, MiTacq, e Jean-Michel Charlier, com quem virá, mais tarde, a colaborar. Mas é com René Goscinny, regressado de Nova Iorque, que funda, a partir de 1951, a sua mais frutuosa parceria.

Depois de uma série de encomendas para revistas, criam, em 1952, Jehan Pistolet (João Pistolão, em português), jovem taberneiro que, no século XVIII, decide aventurar-se nos mares. Desdobrada em quatro álbuns, esta série é considerada um momento-charneira, pois evidenciava já elementos que viram a caracterizar *Astérix*: o desenho fluido, animado, o humor satírico dos *gags*, a atenção aos detalhes e ao contexto histórico. Seguir-se-ia, para a mesma publicação (o suplemento *La Libre Junior*, do jornal *La Libre Belgique*) Luc Junior, herói juvenil na linha de Tintin e Spirou.

Uderzo ensinou-nos, leitura após leitura, a reentrar numa imagem para redescobrir todas as idades da nossa vida

Saborosas sanduíches

Nos anos seguintes, cimenta-se a colaboração e a amizade entre a dupla. Fundam um sindicato de autores, o que lhes permitirá assegurar o controlo das criações. Desenvolvem várias séries, num ritmo veloz, mas harmonioso, o que chamará a atenção da revista *Tintin*, onde virão a estrear-se com *Poussin et Poussif* (1957-58). Nesta série de apenas três episódios, que narra o dia-a-dia de um bebé e do seu protector cachorro, reafirma-se o estilo de Uderzo, que, desafiado pela imaginação de Goscinny, virá a ter o seu primeiro grande momento de visibilidade e sucesso comercial com a publicação de *Humpá-Pá, O Pele-Vermelha*, em 1958.

Citando o cinema, a literatura de aventuras e de viagens, mas também todo o legado que a banda desenhada, entretanto havia criado, a série (que em álbum conheceu várias traduções portuguesas) é uma das mais apreciadas pelos leitores da revista belga, mas não por Hergé. O traço livre, por vezes rugoso, e o humor MAD de Goscinny que Uderzo transfigura não respeitam a disciplina da linha clara (da qual Uderzo, embora próximo do

Há uma coisa que digo de mim para mim todos os dias: 'É extraordinário: continuo sem conseguir habituar-me ao sucesso'

Albert Uderzo em 1994 em entrevista ao PÚBLICO

CHARLES PLATIAU/REUTERS

cartoon americano e da escola da Disney, também era tributário). E assim Uderzo deixa, com Goscinny, a revista belga, para os dois fundarem, com outros autores, a *Pilote*. Tinham começado os anos de ouro da banda desenhada francesa.

Para aquela publicação semanal, Uderzo faz o desenho da série *Tanguy e Laverdure*, com argumento de Jean-Michel Charlier, mas é com Astérix, e na companhia de Uderzo, que encontra uma história que não mais abandonará. Durante mais de uma década, a revista terá em Astérix a sua maior referência, antes de, nos 60, começar a publicar outros autores e séries.

A carreira de Uderzo mudara, entretanto, irreversivelmente. Não mais se envolveria noutros projectos, tal o sucesso comercial e global das aventuras do pequeno gaulês. Nos anos seguintes, e até ao desaparecimento do amigo, em 1977, desenhará álbuns que figuram, justamente, na história da banda desenhada mundial – e há quem defenda que lhe devemos a proeminência de Obélix e Ideiafix, personagens às quais, no início, Goscinnny não previa grande futuro...

Ausência de Goscinny

Já sem Goscinny, continuou a desenhar, publicando à volta de mais dez livros da série *Astérix* (entre *O Grande Fosso* e *O Aniversário de Astérix e Obélix – O Livro de Ouro*), sem nunca deixar de lembrar e lamentar a ausência do amigo, o amigo que um dia disse dele: "[O Uderzo] é aquele que, a meio do trabalho, traz as mais saborosas sanduíches." Metáfora para o desenho? Ou pequena menção à amizade e à generosidade de um companheiro? Uderzo nunca esqueceu, por seu lado, os que atravessaram o século da banda desenhada com ele, tendo em 2015 quebrado o seu silêncio para homenagear Cabu, assassinado no atentado ao Charlie *Hebdo*.

Seja como for, nunca mais o desenho de foi Uderzo superado. As várias adaptações ao filme de animação são pálidas quando comparadas com a sátira elegante da sua arte (que o irmão Marcel foi colorindo até 1979, pois Uderzo nasceu daltónico) e os inúmeros *pastiches* que se seguiram permanecem *pastiches*. Apreciado por Edward Gorey e Matt Groening, a sua influência está por mapear na banda desenhada francófona contemporânea, mas o seu lugar na história da arte e da cultura é indesmentível. Distinguido com vários prémios, condecorado pelo Estado francês, Uderzo vive sobretudo na nossa memória. Parafraseando o ex-director do Festival de Angoulême, Stephane Beaujean, ensinou-nos, leitura após leitura, a reentrar numa imagem para redescobrir todas as idades da nossa vida.

Astérix, Obélix & companhia já existem além dos seus criadores

Sérgio C. Andrade

Parece haver um certo consenso em que, após a morte de René Goscinny (1926-1977), a aventura de Astérix, Obélix & companhia não mais foi a mesma, apesar de ter continuado a dar novos álbuns, filmes e até parques temáticos. E, para o bem e para o mal – um mal sempre relativo, como se compreende –, Albert Uderzo foi quem, apesar de tudo, manteve acesa a chama destas personagens.

"Como todas as pessoas da minha geração, agora na casa dos quarenta e muitos, ao lado do Tintin, Astérix e Obélix faziam parte dessa 'dieta' quase obrigatória da banda desenhada", recorda Pedro Moura, professor, editor e autor da 9.ª Arte. "A série Astérix foi um sucesso quase imediato, assim que começou a ser publicada, em 1959 [inicialmente na revista *Pilote*], e a sua continuação contribuiu de modo inegável para a divulgação generalizada de uma linguagem e para a afirmação do chamado eixo franco-belga no panorama da banda desenhada mundial", nota Sara Figueiredo Costa, jornalista, crítica literária e professora, em resposta ao PÚBLICO via *email*.

Com Goscinny, Uderzo desenhou 24 álbuns, entre 1961 e 1979; depois da morte do seu companheiro, assumiu a empresa de dar continuidade à aventura, desenhando, e escrevendo também, oito novos capítulos, até que, a partir de 2013 (e do número 35), passou o testemunho à dupla Jean-Yves Ferri/Didier Conrad.

Pedro Moura nota que a qualidade do desenho de Uderzo vai para além do Astérix, e cita, a propósito, outras séries da dupla, que "também foram distribuídas e tiveram êxito em Portugal, casos de *As Aventuras de Tanguy e Laverdure*, *Humpá-Pá* e, talvez menos, o *João Pistolão*".

"Quando descobri que era a mesma pessoa a desenhar fiquei surpreendido – mas essa era a percepção das crianças. Agora, como adulto, percebo a maneira como o autor procurava, e conseguia, a variação entre um estilo mais realista e um mais abonecado".

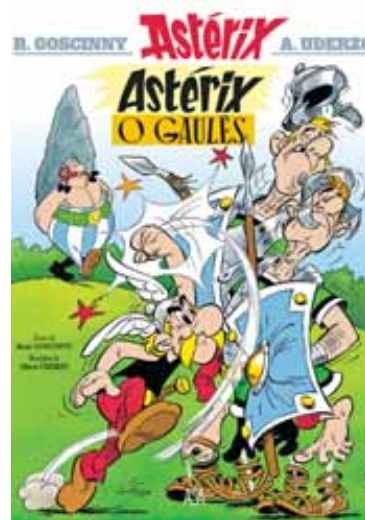
Pedro Moura e Sara Figueiredo Costa não têm dúvidas em afirmar que Uderzo ocupa um lugar fundamental na história da banda desenhada. Mas o primeiro sempre achou que "ele não era escritor", e isso notou-o logo com "o decréscimo de qualidade, e até da inteligência da própria série", após a morte do seu parceiro. "O sarcasmo, ou, pelo menos, a ironia

O primeiro e o último dos 38 livros da série editada pela ASA

de que Goscinny era capaz desapareceu com o texto de Uderzo", acha o autor e editor, que vê também na dupla Ferri/Conrad uma tentativa pouco conseguida de "mimar" o génio dos criadores originais. "O Uderzo tentou aguentar o barco com algumas das histórias, mas acho que eram argumentos bastante fracos", considera Pedro Moura.

Também o jornalista e crítico Rogério Casanova se apercebeu de um "declínio de qualidade, sem ser desastroso", quando leu os dois primeiros álbuns que Uderzo fez sozinho, *O Grande Fosso* e *A Odisseia de Astérix*. "A partir daí, foi sempre a descer – até à história da nave extraterrestre. É sempre mau sinal quando as naves extraterrestres começam a aparecer em histórias que nunca tiveram naves extraterrestres", acrescenta, lembrando que "Tintin sofreu o mesmo problema no penúltimo álbum".

Sara Figueiredo Costa, que foi a curadora da exposição central do Festival de BD da Amadora em 2017, *Contar o Mundo – A reportagem em banda desenhada*, considera que passou igualmente a ter um menor apreço pelas aventuras de Asterix após o desaparecimento de Goscinny. "Uderzo manteve a constância do seu trabalho, a qualidade, as soluções imaginativas, mas não voltei a apreciar um álbum de Asterix da mesma forma. Havia ali uma simbiose criativa que só funcionava com aquelas duas pessoas."

Sobre a possibilidade de a série ter continuidade após o desaparecimento de Uderzo, nenhum destes três leitores de BD tem dúvidas: a série vai continuar. "É tão provável a *franchise* sobreviver à morte de Uderzo como sobreviver, um dia, às futuras mortes de Ferri e Conrad: os critérios serão outros e maiores do que eles", diz Rogério Casanova. Para Sara Figueiredo Costa, "Astérix, Obélix & companhia alcançaram uma espécie de vida autónoma, existindo para lá dos seus próprios criadores."

sandrade@publico.pt

O saxofone de Manu Dibango furou os limites da *world music*

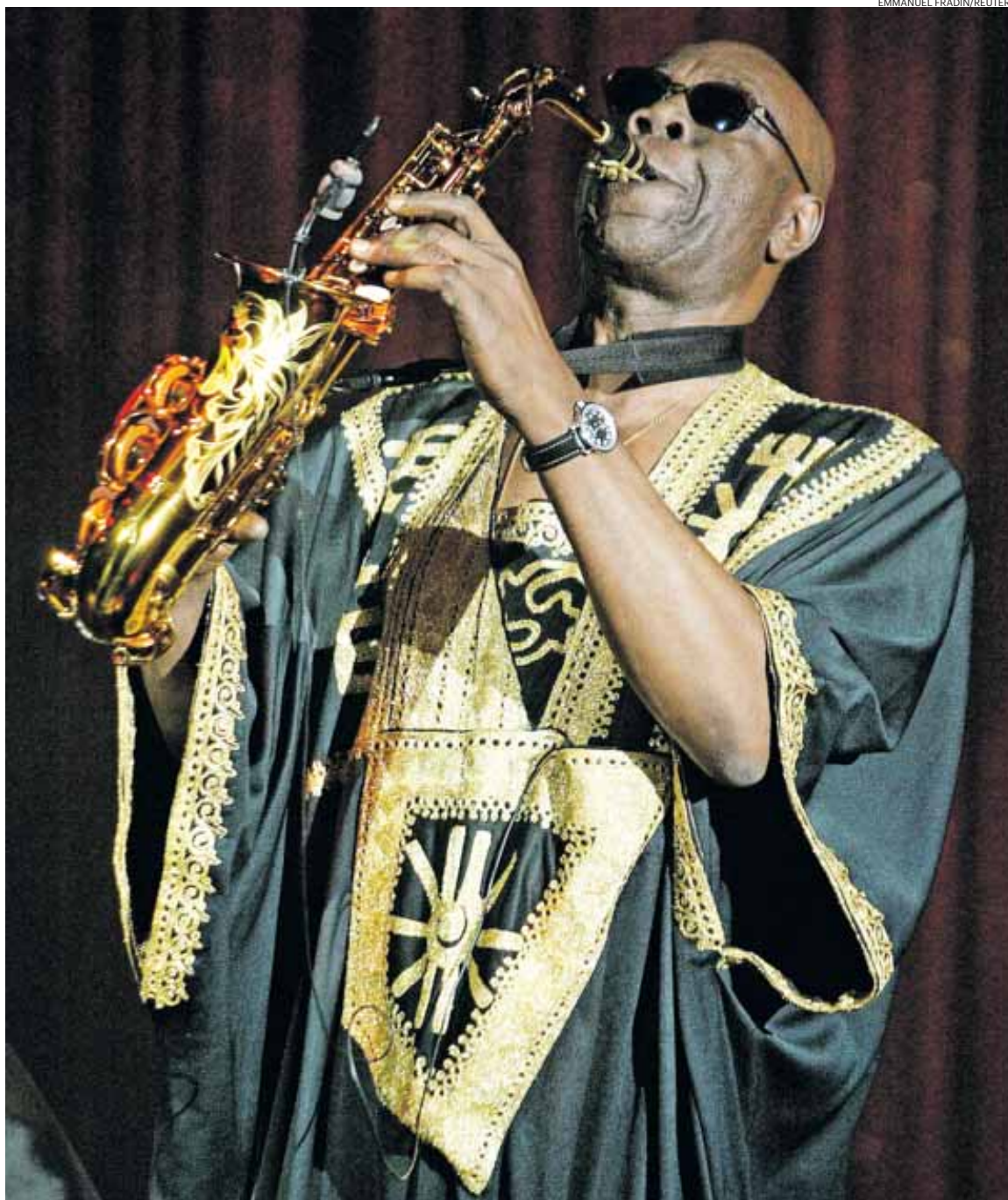
Manu Dibango 1933-2020 Nome maior das músicas do mundo, é o autor de *Soul Makossa* e de *A freak sans fric*, entre muitos outros temas. Tinha 86 anos e morreu devido à covid-19

EMMANUEL FRADIN/REUTERS

Obituário
Joana Amaral Cardoso e Gonçalo Frota

O saxofonista camaronês Manu Dibango, estrela do afro-jazz e inspiração de várias gerações de músicos, morreu ontem, aos 86 anos, de covid-19. O músico conhecido como "Papy Groove", que estava internado já desde a semana passada, é a primeira vítima mortal do coronavírus no universo da música, assinalou a imprensa francófona na manhã de ontem.

"Caros familiares, caros amigos, caros fãs, uma voz eleva-se ao longe... É com profunda tristeza que vos anunciamos o desaparecimento de Manu Dibango, o nosso 'Papy Groove', vitimado a 24 de Março, aos 86 anos, na sequência da covid-19", escrevem os seus familiares num *post* na página de Facebook do músico. O seu *manager*, Thierry Durepaire, disse à agência de notícias AFP que Dibango morreu num hospital na região de Paris.

Mesmo os mais desconhecedores da carreira de Dibango, que explodiu internacionalmente em 1972 com o êxito do *single* do álbum homónimo *Soul Makossa* (a makossa é um género musical camaronês e a palavra significa "dança") e se afirmou incontornavelmente em 1973 com o álbum *Fricadelic*, já o ouviram – quanto mais não seja no *sample* que Michael Jackson usou em *Wanna be startin' something* (em 2009 Dibango chegou a processar o rei da pop, que admitiu ter usado o excerto nessa faixa do álbum *Thriller*, e chegou a acordo com o camaronês). Também inspirou *Jungle boogie*, o hino dos Kool and the Gang, mas era um artista em nome próprio, que criou o seu próprio estilo musical e tocou o reggae, o jazz, o afro-beat, o funk e até o psicadelismo. Foi condecorado pelo Estado francês em 2010 com o título de Cavaleiro da Legião de Honra.

Nas suas mãos, o saxofone era um instrumento inventado para incendiar pistas de dança

Esses terão sido os momentos em que a música de Manu Dibango furou os limites da *world music* e chegou – mesmo se disfarçada – ao mundo pop. O seu lugar, no entanto, era outro. Em palco, Dibango unia com extraordinária mestria e absoluta naturalidade a linguagem do jazz e do funk às músicas de raiz africana, estabelecendo constantes pontes que poderiam parecer óbvias, mas poucos cruzavam. Foi nesse sentido que, juntamente com outros nomes como Fela Kuti, inventou uma modernidade africana que em palco soava a uma magnífica comunhão sobre brasas. Dibango soprava no saxofone como se fosse o anfitrião de uma festa para a qual convidava qualquer multidão que tivesse pela frente.

Ligava musicalmente os Camarões a Cuba, os Estados Unidos à África do Sul, num saudável e repetido desprezo por fronteiras. E tinha esse dom extraordinário que era dançar e fazer dançar com o som que extraía do seu saxofone. As notas de Dibango pareciam saltar do instrumento a bambolear-se e a deleitar-se com o movimento que o camaronês lhes imprimia; dir-se-ia que, nas suas mãos, o saxofone era um instrumento inventado para incendiar pistas de dança. E bastava-lhe um curto fraseado para fazer a temperatura escalar e os corpos se entregarem às suas composições. Não serão muitos aqueles que poderão gabar-se de semelhante feito. E serão ainda menos aqueles que algum dia foram capazes de inundar de puro prazer cada tema que lhes saiu da imaginação.

Dibango nasceu na cidade portuária de Duala em 1933. O pai era funcionário público, a mãe era *designer* de moda e ocasionalmente também professora. Na sua autobiografia, *Trois Kilos de Café* (1989), conta que era no gramofone dos pais que ouvia a música que viria a influenciá-lo. Música camaronesa, francesa, mas também norte-americana. O seu primeiro álbum foi o homónimo *Manu Dibango*, lançado em 1968, seguido por uma profusão de trabalhos como *Saxy Party* (1969), o importante *Soul Makossa* e uma sequência quase anual de nova música gravada em disco ao longo de seis décadas. Em 2013 assinou o seu último álbum, *Balade en Saxo*. Gravou com Eliades Ochoa, com Youssou N'Dour, Peter Gabriel, Ladysmith Black Mambazo ou Sinéad O'Connor.

joana.cardoso@publico.pt

Breves

Revistas

Time Out passa a *Time In* e fica disponível *online* gratuitamente

Na sequência das restrições decretadas pelo estado de emergência, e do encerramento de restaurantes, bares e recintos de espectáculos, a revista *Time Out* vai passar temporariamente a chamar-se *Time In* e assumirá uma cobertura nacional. A nova revista terá distribuição gratuita e exclusivamente *online*, num projecto desenvolvido com a Meo. As edições em papel, tanto a de Lisboa como a do Porto, serão "dispensadas" nas próximas semanas. A publicação mantém a periodicidade semanal da *Time Out Lisboa*, sendo disponibilizada todas as quartas-feiras em https://www.timeout.pt.

Cinema

Festival IndieLisboa adiado para "outras datas"

O IndieLisboa — Festival Internacional de Cinema, que deveria começar a 30 de Abril, foi adiado devido ao estado de emergência decretado em Portugal para conter a epidemia da covid-19, revelou a organização à agência Lusa. "Tudo faremos para que o festival possa acontecer noutras datas", refere a organização, remetendo novo calendário para breve. O festival já tinha anunciado algumas novidades da programação deste ano, nomeadamente uma retrospectiva de toda a obra do realizador senegalês Ousmane Sembène (1923-2007), uma homenagem aos 50 anos da secção Fórum da Berlinale e um ciclo dedicado à realizadora franco-senegalesa Mati Diop.

Morreu o arquitecto-escultor Artur Rosa, o "executor íntimo" da obra de Helena Almeida

Obituário

Lucinda Canelas

Artur Rosa 1926-2020

Escultor e arquitecto, passou 50 anos a participar na obra da mulher, Helena Almeida, e a fotografá-la

A tentação, agora que Artur Rosa morreu – aconteceu ontem de manhã, no Hospital Egas Moniz, em Lisboa, na sequência de uma pneumonia –, é dizer que o escultor e arquitecto não quis viver num mundo em que a sua mulher, Helena Almeida, não existisse. A morte da artista plástica, em Setembro de 2018, pôs fim a uma cumplicidade de mais de 60 anos, que se alargou ao plano profissional.

"Pela pessoa gentil e dedicada que o Artur era, pela união especial deste casal, quase que apetece romantizar a sua morte. Mas ele tinha 94 anos e estava doente. Foi-lhe muito difícil continuar sem a mulher da sua vida, mas o que importa hoje dizer é que o Artur Rosa não era apenas o marido da Helena Almeida, era um arquitecto, um escultor", afirma ao PÚBLICO a curadora Isabel Carlos, amiga de ambos e comissária de uma das últimas exposições que se fizeram em Portugal a partir da obra da artista (*O Outro Casal*, 2018, Museu Arpad Szenes-Vieira da Silva, Lisboa).

Formado em arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, cidade onde nasceu em 1926, Artur Rosa tem na estação de metro do Terreiro do Paço, que lhe mereceu o Prémio Valmor em 2007, a sua obra pública mais recente e, eventualmente, mais conhecida. Mas Rosa era também um artista plástico, que a partir de 1951 começou a dedicar-se à escultura, sem nunca deixar de fazer, assegura Isabel Carlos, "experiências interessantes no domínio da gravura".

É precisamente um importante gravador e arquitecto do século XVIII italiano, Giovanni Battista Piranesi, que o arquitecto Michel Toussaint, que integrou o júri que atribuiu a Rosa o Prémio Valmor de 2007, evoca ao falar da sua obra.

CORTESIA FRANCISCO NOGUEIRA

Artur Rosa fotografado em 2012 na estação de metro do Terreiro do Paço (Prémio Valmor em 2007)

"Lembra-me sempre Piranesi, que sendo arquitecto era essencialmente um grande gravador, um dos maiores do século XVIII. Também ele criava imagens muito fortes", diz este crítico de arquitectura, identificando como um dos seus projectos mais interessantes a STET – Agência da Caterpillar de Lisboa, um edifício dos anos 1960, "complexo formalmente".

Também autor de prédios de habitação social, junto ao Viaduto Duarte Pacheco, em Lisboa, Rosa pertence a uma geração que faz, segundo Michel Toussaint, uma arquitectura muito cuidada que tira partido dos materiais, sobretudo do betão à vista. É assim no edifício da Caterpillar, é assim na estação de metro do Terreiro do Paço. "Na estação do metropolitano ele explora muito bem a estrutura de betão armado e tira partido de toda aquela monumentalidade. E isso não acontece noutras estações. Tomás Taveira, por exemplo, não tira partido daquela escala sobre-humana na das Olaias."

Sem usar recursos escultóricos na arquitectura, mas explorando a "força plástica" de elementos como as lâminas de betão Artur Rosa põe as duas disciplinas em contacto, acrescenta Toussaint. Isabel Carlos opta mesmo por chamar-lhe "arquitecto-escultor", tomando como ponto de partida a obra que tem num dos átrios públicos do edifício sede da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, uma escultura com figuras geométricas que começa no interior e se prolonga, depois, para o jardim.

"O Artur Rosa abraça com grande eficácia duas correntes, a da geometria e a da abstracção", diz esta curadora que comissariou a primeira retrospectiva de Helena Almeida em 1998 (*Entrada Azul*, Casa da América, Madrid), mas que conhecia o casal desde o início dos anos 1990. "E a sua linguagem, quer trabalhe na arquitectura, quer na escultura ou na gravura – a Colecção Moderna da Gulbenkian tem várias obras suas muito interessantes do final dos anos 1970, feitas na Cooperativa Diferença –, não se altera. É sempre muito depurada, sem artifícios. Na escultura da Gulbenkian como na estação de metro, a harmonia vem de dentro da estrutura."

Com uma obra "infelizmente" por estudar, Artur Rosa é talvez mais conhecido como o "executor íntimo" das fotografias de Helena Almeida, aquelas que decorriam de uma encenação rigorosa e começavam sempre por existir no desenho. Era este "homem elegante, de sorriso aberto e mãos grandes, expressivas", quem estava por trás da câmara fotográfica, premindo o botão sempre ela lhe pedia que o fizesse. Era Artur Rosa a única pessoa com quem a artista admitia partilhar o espaço do atelier e, esporadicamente, o enquadramento fotográfico.

A primeira vez em que o arquitecto surge à frente da objectiva é em 1979, na obra *Ouve-me*, voltando a aparecer depois de um interregno de 40 anos em *O abraço* (2006), composta por sete fotografias de grande formato que foi mostrada pela primeira vez em Portugal na exposição *O Outro Casal*. Outras se seguiriam com Artur Rosa e Helena Almeida juntos, como *Looking back* (2007) e *S/título (Ref.#9)*, de 2010.

"Não podia ser outro se não o Artur a premir o botão na obra de Helena Almeida. Só uma intimidade assim, só uma cumplicidade assim, seriam capazes de produzir aquela obra. Mas é Helena Almeida, sempre ela, o chefe de orquestra. E o Artur nunca se importou com isso. Aquela era a obra da Helena, a dele era outra."

lcanelas@publico.pt

CLASSIFICADOS

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt
Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.

AVISO
REFORÇO PREVENTIVO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PERTURBAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA MADRUGADA DE 27/03/2020

27/03/2020 – DAS 00:00H ÀS 06:00H

Freguesia da Gafanha da Nazaré, Freguesia da Gafanha do Carmo, Freguesia da Gafanha da Encarnação e Colónia Agrícola – **Município de Ílhavo**

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., informa que, por questões de reforço do sistema de abastecimento que serve as localidades supracitadas, irá intervir no sistema de reserva das Gafanhas na madrugada de 27/03/2020. Assim, entre as 00:00h e as 06:00h do dia 27/03/2020, poderão ocorrer perturbações no abastecimento de água na Freguesia da Gafanha da Nazaré, Freguesia da Gafanha do Carmo, Freguesia da Gafanha da Encarnação e Colónia Agrícola – Município de Ílhavo.
Investimento ao serviço das populações:
Estes trabalhos estão relacionados com o reforço da fiabilidade do abastecimento de água e com a empreitada de "Remodelação da EE e Reservatórios das Gafanhas". Agradecemos a sua compreensão e pedimos desculpa por qualquer incómodo. Para o esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações adicionais, utilize o número azul 808 200 217.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Vasconcelos, Eng.

JOSÉ ALBERTO SANTOS DA COSTA BASTOS

AGRADECIMENTO

Sua Irmã, Sobrinhos e demais Família, agradecem reconhecidos todas as manifestações de amizade e apreço pela altura de seu falecimento e na impossibilidade de realizar a Missa de 30.º dia, informam que a farão assim que as circunstâncias o permitam.

Agência Funerária Magno - Alvalade
Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas

Largo do Paço
4704-553 Braga

ANÚNCIO
M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Especialista de Informática, na modalidade de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, ao abrigo do Código do Trabalho.
Refª CTTC-96/19-I3BS(1) – Um trabalhador para exercer as funções correspondentes à carreira de Especialista de Informática, na Unidade de Investigação I3Bs da Universidade do Minho, nas Caldas das Taipas.
REQUISITOS DE ADMISSÃO: Possuir grau Licenciatura na área de Sistemas de Informação, Engenharia Informática ou áreas afins.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 25/03/2020 a 13/04/2020.
O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

O Diretor de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*

alzheimer PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145
E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro - Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA OESTE
Juízo Local Cível de Cascais - Juiz 3
Processo: 931/20.1T8CSC

ANÚNCIO

Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Acompanhada: Maria Margarida Lourença de Oliveira Rendeiro
Faz-se saber que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior, em que é requerido Maria Margarida Lourença de Oliveira Rendeiro, com domicílio na Rua Dr. Joaquim Manso, 157, 2765-535 Estoril, com vista a serem definidas as medidas de acompanhamento.
N/ Referência: 124500405
Cascais, 23-03-2020

O Juiz de Direito,
Dr(a). Nuno Tomás Cardoso
O Oficial de Justiça,
Maria José Ventura
Público, 25/03/2020

Contratação de Doutorado (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* nº 59, 2.ª Série, de 24 de março de 2020, o Aviso n.º 4951/2020 relativo ao concurso **Ref.ª CDL-CTTRI-11-ARH/2020** de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Doutorado equiparado a Investigador Auxiliar, para o exercício de atividades de investigação científica nas áreas científicas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais e áreas afins com vista à realização de atividades de investigação, gestão e disseminação de conhecimento no âmbito do projeto Smart and Healthy Ageing through People Engaging in Supportive Systems – SHAPES (Grant Agreement-857159-SHAPES), financiado pela Comissão Europeia no âmbito da call H2020 SC1-FA-DTS-2018-2020, tópico: DT-TDS-01-2019.

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicitado no seguinte endereço eletrónico: http://www.ua.pt/sgrhf/PageText.aspx?id=15052.

3 - O prazo de candidaturas é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 27 de janeiro de 2020

O Reitor, Prof. Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira

Câmara Municipal de Valongo

EDITAL N.º 40

Novos Paços do Concelho e Centro Cívico

José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo faz público:

Nos termos do art.º 17.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro (Código de Expropriações), que por delliberação tomada em reunião de 2019.12.13 e retificada em reunião de 2020.01.09, foi publicado no *Diário da República* 2.ª Série, n.º 37 de 21 de fevereiro de 2020, a declaração de utilidade pública, a favor da Câmara Municipal de Valongo, da expropriação, sob os prédio sitos na Freguesia de Valongo, assim identificados:

Parcela 1 - inscrita na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 610 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 3115/19961120, propriedade de Helena Castro Gonçalves da Cruz Mota, João Castro Gonçalves da Cruz, Ana Maria Castro Gonçalves da Cruz, Maria João Tavares Castro Cruz, Ana Margarida Tavares Castro Cruz e Manuel Tavares Castro Gonçalves da Cruz, com área de 10.294,00m2;

Parcela 2 - inscrita na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 611 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 2674/19950914, propriedade de Fernandes Silva e Armando, Lda., com área de 471,70m2;

Parcela 3 - inscrita na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 612 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 3116/19961120, propriedade de Helena Castro Gonçalves da Cruz Mota, João Castro Gonçalves da Cruz, Ana Maria Castro Gonçalves da Cruz, Maria João Tavares Castro Cruz, Ana Margarida Tavares Castro Cruz e Manuel Tavares Castro Gonçalves da Cruz, com área de 146,60m2.

Nestes termos, vai proceder-se em conformidade com o preconizado na citada lei, a fim de se efetuar a posse administrativa das parcerias acima identificadas.

Valongo e Paços do Concelho, aos 04 de março de 2020

O Presidente - *Assinatura Ilegível*

CAPITAL SOCIAL: 5 000 000 EUROS
SEDE SOCIAL: MITRENA – 2910-738 SETÚBAL
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE SETÚBAL
MATRÍCULA N.º 503 847 151
PESSOA COLECTIVA N.º 503 847 151

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS
CONVOCATÓRIA

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, a situação excepcional em que vivemos actualmente de pandemia SARS-CoV-2, levou à tomada de medidas excepcionais pelos órgãos do poder político competentes.

Nesse sentido, o Decreto-Lei 10-A/2020 de 13 de Março, no seu artigo 18º, autorizou a prorrogação do prazo até 30 de Junho do ano corrente, para a realização das Assembleias Gerais das Sociedades Comerciais.

Ademais, tendo em conta o estado de emergência entretanto declarado, que impede a realização da Assembleia Geral da LISNAVE na data prevista, decidi dar sem efeito a Convocatória anterior e reagendar a data da realização da Assembleia Geral Anual da LISNAVE – ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir, no dia 25 de Junho de 2020, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º - Deliberar sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019;

2º - Deliberar sobre o RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL;

3º - Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;

4º - Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Setúbal, 23 de Março de 2020

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

FARMÁCIAS

Lisboa - Serviço Permanente

Cruz de Malta (Chafariz de Dentro) - Largo do Chafariz de Dentro, 36 - Tel. 218866126 **Líbia** (Alvalade) - Avenida da Igreja, 4 B - C - Tel. 218491681 **São Sebastião** (S. Sebastião - Frente à Igreja) - Lg. de S. Sebastião da Pedreira, 1 - 3 - Tel. 213548642 **Sepol** (Boa-Hora) - Calçada da Boa-Hora, 98 - B - Tel. 213631958

Outras Localidades - Serviço Permanente

Abrantes - Silva Tavares (Alferrarede) **Alandroal** - Santiago Maior , Alandroalense **Albufeira** - Santos Pinto **Alcácer do Sal** - Alcacerense **Alcanena** - Correia Pinto **Alcobaça** - Epifânio **Alcochete** - Nunes , Póvoas (Samouco) **Alenquer** - Nobre Rito **Aljustrel** - Pereira **Almada** - Reis **Almeirim** - Central **Almodôvar** - Ramos **Alpiarça** - Gameiro **Alter do Chão** - Alter , Portugal (Chança) **Alvaiázere** - Ferreira da Gama , Castro Machado (Alvorge), Pacheco Pereira (Cabaços), Anubis (Maçãs D. Maria) **Alvito** - Nobre Sobrinho **Amadora** - Quinta Grande , Romeiro **Ansião** - Medeiros (Avelar) , Rego (Chão de Couce), Pires (Santiago da Guarda) **Arraiolos** - Misericórdia **Arronches** - Batista , Esperança (Esperança/Arronches) **Arruda dos Vinhos** - Da Misericórdia **Avis** - Nova de Aviz **Azambuja** - Dias da Silva , Nova, Peralta (Alcoentre), Ferreira Camilo (Manique do Intendente) **Barrancos** - Barranquense **Batalha** - Ferraz , Silva Fernandes (Golpilheira) **Beja** - J. A. Pacheco **Belmonte** - Costa , Central (Caria) **Benavente** - Batista **Bombarral** - Hipodermia **Borba** - Carvalho Cortes **Cadaval** - Misericórdia **Caldas da Rainha** - Central **Campo Maior** - Campo Maior **Cartaxo** - Pereira Suc. **Cascais** - do Alto da Castelhana (Alcabideche) , Alcoitão (Alcoitão), Grincho (Parede) **Castelo Branco** - Reis **Castelo de Vide** - Roque **Castro Verde** - Alentejana **Chamusca** - Santa Catarina (Carregueira) , Joaquim Maria Cabeça **Constância** - Vila Farma Constância , Carrasqueira (Montalvo) **Coruche** - Higiene **Covilhã** - Parente **Cuba** - Da Misericórdia **Elvas** - Europa **Entroncamento** - Almeida Gonçalves **Estremoz** - Grijó **Évora** - Gusmão **Faro** - Almeida , Da Penha **Ferreira do Alentejo** - Salgado **Ferreira do Zêzere** - Graciosa , Soeiro, Moderna (Frazoeira/Ferreira do Zezere) **Figueiró dos Vinhos** - Campos (Aguda) , Vidigal **Fronteira** - Vaz (Cabeço de Vide) **Fundão** - Taborda **Gavião** - Mendes (Belver) , Gavião **Golegã** - Salgado **Grândola** - Pablo **Idanha-a-Nova** - Andrade (Idanha A Nova) **Lagoa** - Vieira Santos (Estombar) , Amparo Lagoa **Loulé** - Almancil (Almancil) , Martins, Algarve (Quarteira) **Loures** - Das Colinas , De Frielas, Santa Bárbara (Moscavide) **Lourinhã** - Correia Mendes (Moita dos Ferreiros) , Leal (Rio Tinto) **Mação** - Catarino **Mafra** - Ericeirense (Ericeira) , Medeiros (Fânzeres) **Marinha Grande** - Guardiano **Marvão** - Roque Pinto **Mértola** - Pancada **Monchique** - Higya **Monforte** - Jardim **Montemor-o-Novo** - Freitas (Lavre/Montemor-O-Novo) **Montijo** - Giraldes **Mora** - Canelas Pais (Cabeção) , Falcão, Central (Pavia) **Moura** - Nataniel Pedro **Mourão** - Central **Nazaré** - Sousa , Maria Orlanda (Sitio da Nazaré) **Nisa** - Ferreira Pinto **Óbidos** - Vital (Amoreira/Óbidos) , Senhora da Ajuda (Gaeiras), Oliveira **Odivelas** - Silva Monteiro (Ponte da Bica/Odivelas) **Oeiras** - Parque dos Poetas **Oleiros** - Martins Gonçalves (Estreito - Oleiros) , Garcia Guerra, Xavier Gomes (Orvalho-Oleiros) **Olhão** - Avenida **Ourém** - Leitão **Ourique** - Nova (Garvão) , Ouriquense **Pedrógão Grande** - Baeta Rebelo **Penamacor** - Melo **Peniche** - Central **Pombal** - Vilhena **Ponte de Sor** - Matos Fernandes **Portalegre** - Portalegrense **Portel** - Fialho **Porto de Mós** - Lopes **Proença-a-Nova** - Roda , Daniel de Matos (Sobreira Formosa) **Redondo** - Xavier da Cunha **Reguengos de Monsaraz** - Moderna **Rio Maior** - Central **Salvaterra de Magos** - Costa (Foros de Salvaterra/Salvaterra de Magos) **Santarém** - Confiança **Santiago do Cacém** - Corte Real **Sardoal** - Passarinho **Serpa** - Serpa Jardim **Sertã** - Lima da Silva , Farinha (Cernache do Bonjardim) **Sesimbra** - de Santana (Santana) **Setúbal** - Santiago , Cunha Pinheiro **Silves** - Dias Neves , Guerreiro **Sines** - Atlântico , Monteiro Telhada (Porto Covo) **Sintra** - Campos , Baião Santos (Queluz) **Sobral Monte Agraço** - Costa **Sousel** - Mendes Dordio (Cano) , Andrade **Tavira** - Maria Aboim **Tomar** - Alfa (Porto da Laje) **Torres Novas** - Aliança (Lamarosa/Torres Novas) **Torres Vedras** - Quintela **Vendas Novas** - Nova **Viana do Alentejo** - Nova **Vidigueira** - Pulido Suc. **Vila de Rei** - Silva Domingos **Vila Franca de Xira** - Simões Dias (Bom Sucesso) , Silva Carvalho **Vila Nova da Barquinha** - Tente (Atalaia) , Carvalho (Praia do Ribatejo), Barquinha **Vila Real de Santo António** - Carrilho **Vila Velha de Rodão** - Pinto **Vila Viçosa** - Torrinha **Alvito** - Baronia **Ansião** - Moniz Nogueira **Oeiras** - Carnaxide (Carnaxide) **Portimão** - Rio **Redondo** - Alentejo **Sintra** - Medeiros (Algueirão - Mem Martins)

FICAR

CINEMA

Invencível
Hollywood, 17h45
Louie é um rapaz que não consegue ficar longe de sarilhos. Graças ao irmão mais velho, canaliza a sua energia para o desporto e torna-se atleta olímpico. Mas o eclodir da II Guerra Mundial interrompe-lhe os sonhos. Durante uma missão, o bombardeiro em que segue despenha-se no Pacífico. Fica à deriva durante 47 dias, até ser resgatado pelos japoneses. É feito prisioneiro de guerra e enviado para um campo onde será sujeito a condições que serão o maior dos testes à sua resistência física e, sobretudo, à sua força mental. Realizado por Angelina Jolie e nomeado para três Óscares, o filme baseia-se na história real do aviador e atleta Louis Zamperini, interpretado por Jack O'Connell.

TVCine Emotion, 19h40
Perto Demais
Encontros, atracções fatais e traições, num perigoso jogo de sedução entre quatro pessoas: Anna (Julia Roberts), Dan (Jude Law), Alice (Natalie Portman) e Larry (Clive Owen). Ninguém sairá incólume. Realizado por Mike Nichols, *Perto Demais* foi nomeado pela Academia em duas categorias: melhores actor secundário (Owen) e actriz secundária (Portman).

Isto É o Fim
AXN Movies, 22h57
Los Angeles, um dia como outro qualquer. Jonah Hill, Seth Rogen, Jay Baruchel, Danny McBride e Craig Robinson estão numa festa no apartamento de James Franco. Subitamente, sem perceberem quais as causas ou as verdadeiras consequências do acontecimento, dão-se conta de que, lá fora, começou um verdadeiro apocalipse. Em pânico, iniciam um plano de sobrevivência, tentando racionar os mantimentos, para que se possam manter vivos até à chegada de alguém que os salve. Mas conseguirão eles conservar a frieza de espírito? Uma comédia apocalíptica escrita e realizada por Evan Goldberg e Seth Rogen, que conta ainda com uma série de caras conhecidas que aparecem numa versão ficcionada de si mesmas, entre elas Rihanna, Channing Tatum, Jason Segel, Michael Cera, Emma Watson e Paul Rudd.

Gorilas na Bruma
RTP1, 00h29
Nomeado para cinco Óscares, o filme de Michael Apted conta a história real de Dian Fossey, a mulher que, durante 20 anos, estudou os gorilas das montanhas da África Central, uma espécie ameaçada de extinção. A antropologista acabou por ser assassinada, no Ruanda, em 1985, devido aos seus esforços para pôr um fim à mutilação e comercialização de partes destes animais. Sigourney Weaver num dos melhores papéis da sua carreira, pelo qual ganhou um Globo de Ouro.

Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV
Segunda-feira, 23

	%	Aud.	Share
Nazare	SIC	15,9	27,2
Jornal da Noite	SIC	14,6	24,0
Terra Brava	SIC	12,8	27,6
Jornal das 8	TVI	12,7	20,8
O Preço Certo (R)	RTP1	12,0	22,6

FONTE: CAEM

RTP1 12,7%
RTP2 1
SIC 20,3
TVI 13
Cabo 36,6

RTP 1
6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.20** Outras Histórias **15.00** Voo Directo - A Vida a 900 à Hora **15.59** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.08** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Especial Estado de Emergência **21.38** Joker **22.32** Cá Por Casa com Herman José - Especial Nélio e Idália **23.31** Cá Por Casa com Herman José - O Melhor da Bambochata **0.29** Gorilas na Bruma **2.35** Janela Indiscreta **3.30** Grande Entrevista: Daniel Sampaio **4.25** O Sábio

RTP 2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **13.05** Os Daltons **13.20** A Ilha dos Desafios **13.42** Chovem Almôndegas **13.53** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil: Desportos de luta **15.03** A Fé dos Homens **15.35** Nada Será como Dante **16.00** Selva Viva **16.55** Espaço Zig Zag **20.29** Merlí **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.10** Motorista para Todo o Serviço **22.55** A Pequena Morte **23.56** Alemanha 86 **0.46** Sociedade Civil **1.49** Dora **2.10** Euronews **5.05** Sara **5.48** Os Nossos Dias

SIC
6.00 Edição da Manhã **9.05** Alô Portugal **10.10** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Amor Maior **16.15** Júlia **18.15** Amor à Vida **19.15** Amigos Improváveis Famosos **19.57** Jornal da Noite **21.50** Nazaré **22.25** Terra Brava **23.20** Amor de Mãe **00.00** A Dona do Pedaço **0.20** Passadeira Vermelha **1.50** Alô Portugal **2.45** Amigos Improváveis Famosos **3.30** Televendas

TVI
6.00 Batanetes **7.00** Notícias **8.00** Diário da Manhã **10.12** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.43** Belmonte **16.15** A Tarde É Sua **19.14** Ver p´ra Crer **19.57** Jornal das 8 **21.40** Quer o Destino **22.40** Na Corda Bamba **23.20** O Outro Lado da Mentira **0.59** Defesa à Medida **1.45** Mundo ao Contrário **2.31** Louco Amor **3.09** Doce Tentação **3.48** Saber Amar

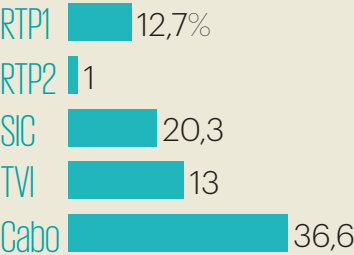
TVCINE TOP
10.25 Viúvas **12.30** Teen Spirit - Conquista o Sonho **14.05** Escape Room **15.50** Feliz Dia Para Morrer 2 **17.35** A-X-L: Uma Amizade Extraordinária **19.15** Bohemian Rhapsody **21.30** Bem-Vindos a Marwen **23.25** O Professor e o Louco **1.25** Foxtrot **3.15** Natal em Grand Valley **4.40** Snu

FOX MOVIES
9.19 Só Podiam Ser Irmãs **11.08** Tango & Cash **12.41** Killer Elite - O Confronto **14.26** Dunkirk **16.15** Geostorm - Ameaça Global **17.52** Imparável **19.22** Arma Mortífera 3 **21.15** Van Damme - Duplo Impacto **22.54** Máquinas de Guerra **0.27** Perseguição Sem Tréguas **1.54** Sheba Baby, a Pantera Negra do Harlem **3.20** Perseguição Alucinante

CANAL HOLLYWOOD
9.05 A Minha Canção de Amor **10.45** Amigos, Amigos... Sexo à Parte **12.35** Sarilhos em Família **14.20** O Espião Fantasma **16.00** Vulcão **17.45** Invencível (2014) **20.00** Dentro da Tempestade **21.30** No Limiar dos 18 **23.15** Os Mercenários 2 **0.55** Texas Chainsaw: O Massacre **2.30** A Primeira Vitória **5.15** Férias

AXN
13.14 Mentes Criminosas **14.02** Blood Work - Dívida de Sangue **16.03** A Saga Twilight: Amanhecer - Parte 2 **17.55** Mentes Criminosas **20.25** O Segurança do Shopping **22.05** The Rookie **22.57** Reckoning: Ajuste de Contas **23.49** Gotti - Um Verdadeiro Padrinho Americano **1.42** Gran Torino **3.54** Carter **5.20** Mentes Criminosas

AXN MOVIES
14.24 A Minha Namorada Tem Amnésia **16.03** Tempos Cruéis **17.58** O Segurança do Shopping **19.33** Miúdos e Graúdos **21.15** As Minhas Adoráveis Ex-Namoradas **22.57** Isto É o Fim! **0.44** O Poder e o Impossível **2.44** Jumanji **4.20** Punisher - O Vingador

AXN WHITE
13.05 Inesquecível **13.50** Angry Angel **15.20** Segmentos de Loucura **16.52** Fé Inabalável **18.24** Recomeço em Mitford **19.55** Inesquecível **21.25** The Halcyon **22.15** A Lagoa Azul: O Despertar **23.47** The Halcyon **00.37** Joe Dirt II: Belo Falhado **2.32** A Teoria do Big Bang **3.44** Inesquecível **4.29** O Mentalista **5.14** Young Sheldon

FOX
9.35 Hawai Força Especial **11.10** Chicago P.D. **14.15** Investigação Criminal: Los Angeles **15.45** Hawai Força Especial **17.20** C.S.I. Miami **19.00** Investigação Criminal: Los Angeles **20.35** Hawai Força Especial **22.15** FBI **23.05** Segurança Nacional **0.00** Fragmentado **2.10** C.S.I. Miami **5.10** Investigação Criminal: Los Angeles

FOX LIFE
9.46 Nora Roberts: Luzes do Norte **11.17** Anatomia de Grey **12.49** The Resident **13.35** Chicago Med **14.18** Cooking With Love **15.55** Em Risco **17.33** Sleeper (2018) **19.07** Lei & Ordem: Unidade Especial **20.41** The Resident **21.29** Chicago Med **22.20** Anatomia de Grey **23.10** The Resident **0.00** Romance Retreat **1.42** Lei & Ordem: Unidade Especial **3.05** The Resident **3.47** Chicago Med **4.29** Star

DISNEY
15.00 A Irmã do Meio **15.49** Acampamento Kikiwaka **16.36** Coop & Cami **17.23** Star Contra as Forças do Mal **17.45** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Os Green na Cidade Grande **19.15** Gravity Falls **20.06** Sadie Sparks **20.55** A Raven Voltou **21.20** Gabby Duran Alien Total **21.43** Acampamento Kikiwaka **22.30** Coop & Cami **22.53** A Raven Voltou **23.17** A Irmã do Meio

DISCOVERY
17.30 Alasca de Comboio **19.15** NASA, Ficheiros Secretos **21.00** Controlo de Fronteiras **22.00** A Autobahn A2 **23.50** Controlo de Fronteiras **0.40** A Autobahn A2 **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** A História do Universo **4.30** Desmontando o Cosmos **5.00** Guerra de Propriedades

HISTÓRIA
17.23 O Preço da História **20.49** Em Busca de... **23.39** Grandes Descobertas **1.08** Alienígenas **2.30** Forjado no Fogo

ODISSEIA
17.38 Estados Unidos Vistos do Céu: Yellowstone **18.29** Resgate na Praia **19.16** Voos Perigosos **20.02** Top 10 Combate **20.47** Guerreiros do Ar **3.00** As Crianças do Isis **4.06** Resgate na Praia **4.30** Voos Perigosos

DOCUMENTÁRIO

A Pequena Morte
RTP2, 22h55
O título refere-se ao momento pós-orgásmico. E é de orgasmo – o feminino – que trata este filme de 2018, realizado por Annie Gisler. Sem rodeios nem tabus, mas com delicadeza, algum sentido poético e até humor, aborda o tema através de testemunhos de mulheres de diferentes idades, proveniências, preferências e orientações. O resultado é um retrato íntimo e múltiplo desse e de outros aspectos do prazer na sexualidade.

INFORMAÇÃO

Grande Entrevista: Daniel Sampaio
RTP3, 23h05
Com ou sem crianças, a teletrabalhar ou desocupados, em companhia ou absoluta solidão, eis a pergunta do momento para muitos portugueses a braços com as rotinas atropeladas: como manter a sanidade mental quando se está retido em casa? Vítor Gonçalves entrevista o psiquiatra Daniel Sampaio, em busca de estratégias para ultrapassar a quarentena/reclusão e de uma tentativa de aferir o impacto psicológico desta situação inédita e imprevisível. Repete na RTP1, às 3h30.

INFANTIL

Uma Aventura no Jurássico (V. Port.)
Nos Studios, 9h35
A meio de uma tropelia, Ernie, Julia e Max vêem-se encurralados dentro de uma cápsula do tempo e são inesperadamente enviados para o Jurássico. Momentos depois, descobrem, aterrorizados, que foram parar ao ninho de uma mãe tiranossauro. Mas depressa compreendem que o pobre animal os confundiu com as suas próprias crias e que tudo fará para os manter a salvo.

EM DESTAQUE

Alimentação

Rita Nascimento convida a fazer um bolo por semana

Recuperar uma tradição do tempo das nossas avós é a proposta da *chef* de pastelaria que criou, no YouTube, La Dolce Rita. Dos mais simples aos mais sofisticados, passando pelos "aromáticos e reconfortantes". Dos que se fazem apenas com farinha, açúcar e ovos aos que levam natas, chocolate ou avelãs, em camadas. Ao todo, são 52 bolos como as 52 semanas do ano porque a sugestão da *chef* Rita Nascimento é fazer *Um Bolo por Semana*. O livro foi editado pela Arteplural, uma chancela da Bertrand. Nele, a especialista partilha ainda informação sobre os ingredientes e os utensílios a utilizar. No final do livro, há um "bolo para cães (ou humanos com muita fome)": para o fazer precisará de 50g de manteiga de amendoim, duas colheres de sopa de óleo, um ovo, uma maçã, uma cenoura, 75g de farinha de aveia e uma colher de chá de fermento. Pré-aqueça o forno a 180º; derreta a manteiga de amendoim juntamente com o óleo, junte o ovo, rale a maçã e a cenoura e junte, envolva a farinha e o fermento. Leve ao forno cerca de 25 minutos. Se quiser, pode juntar pedacinhos de frango cozido à massa. **Bárbara Wong**

TV

Seis episódios mais perto do final de Segurança Nacional

Esta quarta-feira, às 23h05, na Fox, ficamos seis episódios mais perto do final de *Segurança Nacional*. O final, que chegará nos últimos dias de Abril a Portugal, vai chamar-se *Prisoners of War* – o título da série israelita que inspirou e serviu de base à série de Alex Gansa e Howard Gordon e que ao longo da última década continuou a fazer as crónicas do terrorismo visto pelos binóculos dos EUA na ficção televisiva. Carrie Mathison (Claire Danes) não está em bons lençóis. *What else is new?* Tem a seu cargo a modesta tarefa de pôr fim à guerra no Afeganistão (ou pelo menos à presença norte-americana no país dos taliban) e ao mesmo tempo lida com as habituais dificuldades da vida de uma espia. Duplicidade, mensagens trocadas, traições de bolso e as manhas da geopolítica. Nos últimos episódios desta oitava temporada já viu morrer o seu Presidente, um dos amigos de missão foi sequestrado e anda a manter uma relação com o seu torturador russo que nem o espectador nem os seus colegas de escritório em Cabul sabem se é para o bem (americano) ou para o mal. O capítulo desta semana é um delicado *Fucker Shoot Me* e é realizado pela produtora executiva da série Lesli Linka Glatter. **J.A.C.**

Música

Cantigas de embalar

Miguel Araújo, a voz de temas como *Anda comigo ver os aviões*, *Os maridos das outras*, *Dona Laura*, *Balada astral* ou *Recantiga*, tem agora como missão ajudar a adormecer a criançada. Todas as noites, por volta das 21h, quando vai deitar a sua filha, o cantor toca umas músicas de embalar, partilhando o momento em directo, na sua conta de Instagram. "Vai estar tudo escuro, óbvio, será mais para ouvir do que para ver. Aviso já que sou muito eficaz. Convém estarem de pijama", alerta o músico. **C.A.M.**

Conversas

Um festival de pequenas (grandes) conversas

Para ir ao encontro da necessidade de conselhos e orientações possíveis num cenário desconhecido como o que hoje vivemos, o Mental – Festival da Saúde Mental promove as M-Talks 4ALL, um programa de pequenas conversas diárias, com profissionais de várias áreas. A ideia é ajudar a pensar e a reagir, esclarecer o que está em causa e fomentar a procura de soluções em conjunto. Do jornalismo às artes, com especial foco na saúde mental, dão voz a esta causa convidados como o jornalista Paulo Dentinho (já disponível emwww.youtube.com/FestivalMental), o comunicador Fernando Alvim, o músico Moullinex, o enfermeiro André Maravilha, a psicóloga Maria João Barros ou o director do Congresso do Medo, Paulo Vieira de Castro. Nascido em 2017, o Mental é um festival que integra cinema, música, dança, teatro, artes plásticas, literatura e conversas, cuja missão é combater o estigma social das questões associadas à saúde mental. **C.A.M.**

DJ

Tempo para dançar

Let's Spread the Music! O mote não engana: aqui espantam-se os males com música de dança. E se não podemos ir à discoteca, ela vem até nós. Para celebrar o sétimo aniversário das festas Swag On, a cabina de som instala-se na casa de cada um (sintonizar a conta swagon_official do Instagram), para sete horas ininterruptas de batidas de música urbana fornecidas pelos DJ Hype Myke, Andrezo, Van Breda, A-Gold, Big, Fifty e Rusty. Os estilos vão do hip-hop ao R&B, passando também pelo afro, latin e "um bom throwback". A pista abre às 17h e encerra à meia-noite, por hoje, já que, adianta a organização, o Swag On que tinha lugar semanalmente no clube nocturno Lust in Rio passará a decorrer nos mesmos moldes, mas em modo virtual. Sob a chancela Lust In Home, em parceria com a agência Mr. Jack, nasce aquela que se apresenta como a primeira discoteca digital do país para "continuar a partilhar bons momentos e muita diversão com os clientes e fazer chegar a cada uma das suas casas boas experiências". O *live streaming* acontece de quarta a sábado, entre as 22h e as 23h. **C.A.M.**

JOGOS

CRUZADAS 10.927

HORIZONTAIS: 1. Grande arca com gavetões. Faz pressão de cima para baixo. **2.** Presilha que liga a meia à palma do pé, quando esta cobre a perna desde o joelho ao tornozelo (regional). Velhaco (popular). **3.** Povoação móvel de árabes. Dar à luz filhos. **4.** Limpar com vassoura. Grande vontade. **5.** Graceja. Que não medrou. **6.** Relativo à guerra. **7.** Érbio (s.q.). Crítica severa. **8.** Referente a bois, vacas e novilhos. Textualmente (adv.). **9.** Marasmo. Botoeira. **10.** Passar (o tempo). Numeração romana (101). **11.** Impulso. Tornar amigo.

VERTICAIS: 1. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Gramínea cerealífera. **2.** Lançar a rede. Técnica que consiste em descer um desnível vertical de terreno utilizando cordas. **3.** Pequeno búzio que serve de moeda em certos pontos da África. Fragmento de louça quebrada. **4.** Em forma de asa. Músculo ou designativo que aproxima, entre si, dois órgãos ou parte destes. **5.** Proibir por meio de castigo. **6.** Porca (regional). Altar. **7.** Confederação da Agricultura Portuguesa. Menciona. Preposição que indica lugar. **8.** Desenfiar contas (Minho). Acreditei. **9.** Símbolo da música. Plana. **10.** Cabelo comprido do pescoço e da cauda do cavalo e outros animais. Nome de vários jogos de cartas. **11.** Vento brando e aprazível. Ir descendo pouco a pouco.

Depois do problema resolvido encontre o título de uma obra de Bill Bryson (2 palavras).

Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1. Acme. Marfim. **2.** MAU. Ligeiro. **3.** Ai. PIOR. Mio. **4.** Raer. Loa. **5.** Quico. Baal. **6.** Turno. Tarro. **7.** OE. Corola. **8.** Típico. PR. **9.** Inepto. Feio. **10.** CE. Ia. Vara. **11.** Embora. Raro.
VERTICAIS: 1. Amar. Tolice. **2.** Caiaque. Nem. **3.** Mu. EUR. Te. **4.** PRINCÍPIO. **5.** Li. Cooptar. **6.** Miolo. Rio. **7.** Agro. TOC. **8.** Re. Abalofar. **9.** FIM. Ara. Era. **10.** Irisar. Piar. **11.** Moo. Logro.
PROVÉRBIO: Mau princípio, pior fim.

BRIDGE

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠J874
♥A2
♦Q86
♣10732

OESTE
♠-
♥J8653
♦J10972
♣Q84

ESTE
♠Q1096
♥Q104
♦AK43
♣J6

SUL
♠AK532
♥K97
♦5
♣AK95

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♠
passo	2♠	passo	4♠
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: J♦. A defesa insiste em ouros e Sul corta a segunda vaza do jogo. Segue-se o Ás de trunfo em que Oeste balda um ouro. Ainda haverá forma de cumprir esta partida?

Solução: O salto para partida por parte de Sul não deve ser condenável, mas a má divisão dos trunfos transformou este bom contrato num mau. O mais importante é não baixar os braços e jogar até ao fim.

Na quarta vaza do jogo, tente o Ás de paus. Se Dama e Valete estiverem secos, fica tudo resolvido. Mas tal não acontece. E agora?

Copa para o Ás e o último ouro do morto cortado. Rei de copas e copa cortada. Outro pau para o Rei. Até aqui, tudo bem, temos já realizadas oito vazas e ainda temos garantido o Rei de trunfo. Se conseguíssemos fazer o Valete, o contrato estaria a salvo. Será possível?

Sim! Jogue um pau agora, que Oeste faz. Quando Oeste jogar uma copa, ou um ouro, balde um pau de cada lado! O adversário em Este, que já só tem trunfos para jogar, é forçado a cortar e a ter que jogar trunfo debaixo da sua Dama!

Considere o seguinte leilão:

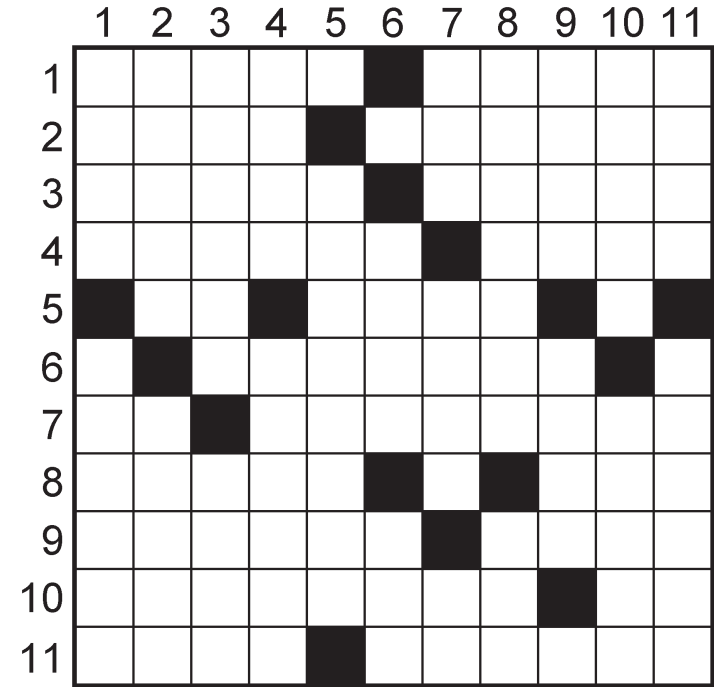
Oeste	Norte	Este	Sul
	1♥	passo	2♥
passo	2ST	passo	?

O seu parceiro fez uma tentativa de partida (*trial bid*), ao prometer uma mão balançada forte e sem necessitar de uma ajuda específica. Como responderia com a seguinte mão?
♠Q76 ♥K94 ♦J5 ♣98752

Resposta: Marque três copas. A mão é muito pobre...Atenção, não pode passar, pois a força do seu parceiro pode ainda ir até 19 pontos e ele está apenas a tentar perceber qual deverá ser o melhor contrato!

João Fanha/Pedro Morbey
(bridgepublico@gmail.com)

SUDOKU

Problema 9628
Dificuldade: Fácil

			5			3	1	
9				8				
1			7		3			
		8	6	9	7	5		4
	5		1		4		8	
4		7	8	3	5	1		
			4		2			8
				5				7
	9	4			6			

Solução do problema 9626

7	2	4	6	5	1	9	8	3
1	3	9	8	4	2	7	5	6
5	6	8	7	3	9	4	2	1
4	5	3	1	8	6	2	9	7
9	8	7	3	2	4	6	1	5
6	1	2	5	9	7	8	3	4
2	7	6	9	1	5	3	4	8
8	4	5	2	7	3	1	6	9
3	9	1	4	6	8	5	7	2

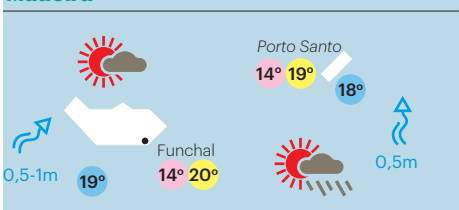
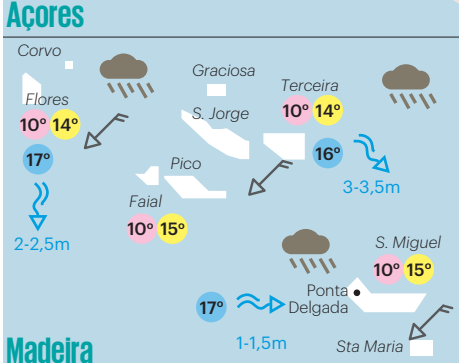
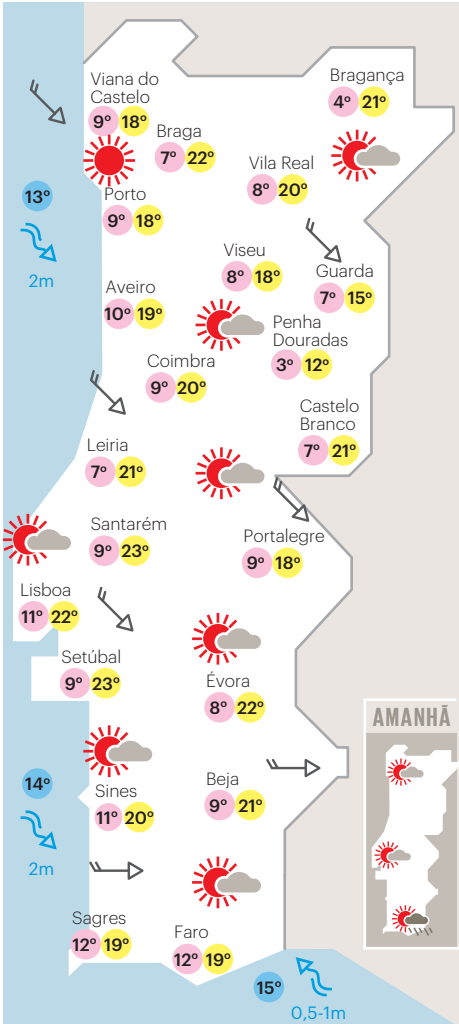
Problema 9629
Dificuldade: Difícil

			2	9			6	8
				6				
8		5				3		9
		3	1					5
4								7
2					6	8		
9		4				5		3
				8				
7	2			5	9			

Solução do problema 9627

8	7	1	4	5	2	9	6	3
5	4	3	9	7	6	2	8	1
9	6	2	1	3	8	4	5	7
6	1	8	5	2	3	7	4	9
4	3	9	8	1	7	5	2	6
7	2	5	6	9	4	3	1	8
3	5	4	7	6	1	8	9	2
1	9	7	2	8	5	6	3	4
2	8	6	3	4	9	1	7	5

TEMPO PARA HOJE

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	15h45 ▲ 3,3 03h58*▲ 3,4	15h20 ▲ 3,3 03h33*▲ 3,4	15h24 ▲ 3,2 03h40*▲ 3,3
Baixa-mar	09h35 ▼ 0,6 21h47 ▼ 0,7	09h08 ▼ 0,8 21h19 ▼ 0,8	09h03 ▼ 0,7 21h12 ▼ 0,7

Fonte: www.AccuWeather.com *de amanhã

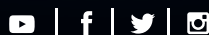
CASINO BETANO

ONDE ESTIVER ESTÁ CONSIGO

ATÉ 200 RODADAS GRÁTIS TODAS AS SEMANAS

BÓNUS DE BOAS-VINDAS DE 50% ATÉ 50€

10 RODADAS GRÁTIS SEM DEPÓSITO

ENTRE NAS MELHORES SLOTS, APROVEITE AS OFERTAS E JOGUE SEM PARAR!

Jogue de forma responsável.

Atletas a meio gás, médicos a tempo inteiro

Com os campeonatos parados e as necessidades crescentes de profissionais de saúde no activo, algumas figuras do desporto nacional transformaram a covid-19 no principal adversário nas próximas semanas

Covid-19
Diogo Cardoso Oliveira

No mundo do desporto, a covid-19 está a colocar em *stand-by* várias carreiras, mas não para todos. Frederico Varandas, presidente do Sporting, será o mais mediático rosto do desporto a dar o contributo ao país como médico, mas a linha da frente do combate ao surto conta também com nomes sonantes de diferentes modalidades.

Diogo Correia, actual jogador do Galitos – já passou também pelo FC Porto e pelo Algés –, concilia a primeira divisão do basquetebol nacional com a medicina e é um dos "senhores doutores" que, com o desporto em *stand-by*, se junta aos colegas médicos como mão-de-obra nos serviços de saúde.

O base lisboeta explica ao PÚBLICO que, com as provas paradas, está a 100% como médico, apesar de, nos períodos "normais", encaixar os treinos e os jogos do Galitos fora do horário de trabalho. Como se conjuga a medicina com a primeira linha do basquetebol nacional? "Não tem sido fácil. Tenho tido a sorte de contar com a compreensão dos meus superiores, permitindo ajustes para conciliar as duas actividades", conta. E detalha o que tem sido a recente luta contra o novo coronavírus.

"Tem havido alteração da nossa rotina habitual. Infelizmente, o esperado é que, nas próximas semanas, a procura dos cuidados de saúde venha a aumentar. Esperamos todos nós que não só a minha unidade [USF Conde Saúde, Quinta do Conde], mas todo o SNS, estejamos preparados para este difícil desafio."

Outro atleta de topo a ajudar na luta contra a covid-19 é Hugo Gaspar, internacional português de voleibol. "Também eu estarei na linha da frente, a ajudar todos os que precisem, muitas vezes com o receio de que em casa tenho a família à espera da minha chegada são e salvo", comentou o capitão do Benfica, em declarações aos órgãos do clube.

O oposto português detalhou ao *Record* de que forma concilia o trabalho como médico e a necessidade de se manter em forma, para o caso de a época desportiva regressar em breve. "Os nossos preparadores físicos e equipa técnica mandam os planos por *email* ou WhatsApp e cada atleta faz o respectivo plano em casa. E cumprimos, assim, as indicações de ficar o máximo de tempo em casa ou em isolamento."

DAVID MARTINS

DR

Hugo Gaspar (voleibol) e Diogo Correia (basquetebol) são dois dos atletas portugueses a exercerem medicina por estes dias

Outros atletas há que, com as carreiras desportivas em fases fulgurantes, colocaram a medicina em pausa e lutam de fora, como todo o país. João Souto, hoquista do Sporting, explicou ao PÚBLICO que está "100% focado no hóquei em patins". "Como tal, estou a cumprir a minha missão no combate ao novo coronavírus, mas a partir de casa, em isolamento social", adiantou.

Também a médica e canoísta olímpica Francisca Laia garante estar, "para já, a 100% no desporto", tal como Marta Onofre, do salto com vara, que colocou, nos últimos quatro meses, o projecto olímpico como prioridade. "Estive a fazer urgências até Novembro do ano passado e terminei nesse mês, para me preparar da melhor forma para estes Jogos Olímpicos. Este ano estava reservado para treinar o máximo para os Jogos e estudar para ingressar na especialidade. Por enquanto, estou afastada", explica ao PÚBLICO a atleta do Sporting. E deixa um apelo.

"Um dos aspectos que mais me preocupam é a enorme falta de equipamento de protecção individual. Devemos procurar proteger ao máximo os nossos profissionais de saúde, para prevenir que muitos adoeçam e ficarmos, assim, com maior dificuldade no controlo desta pandemia. É imprescindível que cada um faça a sua parte. Por favor, fiquem em casa, saiam apenas para o essencial", afirmou ao PÚBLICO.

Do caiaque ao ciclismo

Entre os vários desportistas de topo com formação em medicina, há um caso especial, que chega do estrangeiro. Elise Chabbey é uma mulher de vários ofícios e, mesmo a nível desportivo, não se fica pelo ciclismo, a modalidade que agora pratica. Em 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, Chabbey competiu como... canoísta. No ano seguinte, depois de quatro anos de resultados modestos no *slalom* de caiaque, mudou de ramo. Optou pela medicina.

Formou-se e, com a impossibilidade de conciliar a prática clínica com a canoagem, foi fazendo corrida, para manter a forma, num hábito de *fitness* que lhe deu bagagem para experimentar o ciclismo. Os resultados apareceram rapidamente e a decisão também não tardou: "Percebi que posso ser médica durante toda a vida, depois de ter conquistado os meus objectivos na bicicleta."

Acontece que alguém trocou os planos a Elise Chabbey. Mais concretamente, alguém chamado covid-19. O eclodir da pandemia fez de Chabbey um "bem" precioso para a medicina, em geral, e para o Hospital Universitário de Genebra, em particular.

"Primeiro, chamaram-me para ajudá-los, nem que fosse durante uma ou duas semanas", explicou a atleta de 26 anos, acrescentando: "Mas há tantos casos a surgir que, considerando a situação actual no hospital, decidi ficar. Sou mais útil aqui do que se estivesse na bicicleta. E isto é maior do que o desporto."

diogo.oliveira@publico.pt

Benfica desiste da OPA sobre a SAD

Futebol

"Encarnados" ponderavam a decisão desde o momento da interrupção dos campeonatos. Investimento projectado será reavaliado

A Benfica SGPS manifestou ontem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a intenção de desistir da Oferta Pública de Aquisição (OPA) que tinha lançado sobre a SAD. Na base da decisão dos "encarnados" está o actual cenário de incerteza provocado pela pandemia de covid-19, que interrompeu as actividades desportivas.

"A revogação da Oferta já vinha sendo discutida com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários [CMVM] desde que se tornou do conhecimento público, no dia 12 de Março de 2020, a suspensão do campeonato nacional de futebol", lê-se no comunicado disponível no *site* da CMVM.

O regulador, de resto, já tinha suspendido a venda de acções dos "encarnados", justificando a decisão com a necessidade de serem prestados esclarecimentos sobre o negócio, numa altura em que já se discutia a possibilidade de o clube liderado por Luís Filipe Vieira abortar a operação iniciada em Novembro de 2019.

A ser levada a cabo com sucesso, esta movimentação deixaria o Benfica com 95% do capital da SAD, num negócio que o dirigente já tinha explicado desta forma: "O Benfica passa a tomar as decisões por ele próprio e se um dia entender que deve ter um parceiro estratégico poderá ter, como outros têm."

O cenário, porém, mudou e os "encarnados" explicam agora que "a Benfica SAD está a avaliar os impactos que a pandemia decorrente do novo coronavírus tem na sua actividade, face à grande incerteza e imprevisibilidade da situação". Impactos, esses, que levam a direcção do clube a ser bem mais conservadora num futuro próximo: "[É] previsível a redução de custos e despesas não indispensáveis ao desenvolvimento da actividade e a ponderação acrescidamente cuidada de todos os investimentos que estavam projectados".

JOSE COELHO/LUSA

O Rali de Portugal estava inicialmente agendado para fim de Maio

Chegou a vez de o Rali de Portugal ser adiado

Automobilismo
Nuno Sousa

Pandemia de covid-19 já tinha afectado outras provas do calendário do WRC. O Rali da Sardenha também fica suspenso

O Rali de Portugal, quinta prova do Mundial WRC, foi adiado. A medida não constituirá propriamente uma surpresa, especialmente se tivermos em conta que outras duas corridas do campeonato já tinham sofrido o impacto da pandemia de covid-19, e deixa em aberto uma nova data, à partida ainda neste ano.

"A prova estava marcada para decorrer nas regiões do Norte e do Centro do país, entre 21 e 24 de Maio. Após a entrada em vigor do estado de emergência em Portugal, e com o acordo unânime das autoridades nacionais, da FIA [Federação Internacional do Automóvel] e do promotor, o Automóvel Club de Portugal [ACP] solicitou o adiamento do WRC Vodafone Rally de Portugal", lê-se no comunicado do ACP.

O presidente do organismo, Carlos Barbosa, agradeceu a todos os "patrocinadores e parceiros pela compreensão" e manifestou a vontade de "contar com todos numa data posterior, este ano", sem revelar uma alternativa. Isto porque tudo dependerá da forma como a situação evoluir a nível global.

"Estamos todos a trabalhar para identificar possíveis datas alternativas no final da temporada, caso a situação da covid-19 melhore, levando em consideração a logística do campeonato, a capacidade de as equipas viajarem novamente e a capacidade de os respectivos países organizarem o WRC nessa altura", atestou Oliver Ciesla, director do promotor do WRC.

Depois de o Rali da Argentina e de o Rali do Chile terem sido cancelados, e de o Rali do México, ganho pelo francês Sébastien Ogier (Toyota Yaris), ter sido encurtado num dia, gerando inclusive críticas de alguns pilotos por ter sido decidido levar a prova avante, é a vez de a etapa portuguesa ficar em suspenso.

Mas não foi a única a sofrer um revés durante o dia de ontem. Em Itália, por maior força de razão, o Rali da Sardenha fica igualmente em *stand-by*, à espera de novas orientações. "O Automóvel Club de Itália [ACI], a Federação Automóvel Italiana e a organização do Rali da Sardenha já se mostraram disponíveis para, em conjunto com a FIA e com o promotor do WRC, estudarem uma nova data para um evento de grande prestígio", resumiu Angelo Sticchi Damiani, presidente do ACI.

Os responsáveis do WRC garantem, de resto, que continuam a monitorizar a situação e que estão alerta para possíveis novas alterações que seja necessário introduzir. Até ver, a próxima prova no calendário será o Rali do Quénia, entre 16 e 19 de Julho, em Nairobi. Se nada mudar até lá, claro.

nsousa@publico.pt

Breves

Futebol

Liga alemã propõe mais um mês de suspensão

A Liga alemã de futebol (DFL) recomendou ontem, após várias horas de debate por videoconferência entre os nove elementos do comité, o prolongamento da suspensão dos campeonatos profissionais, que poderão continuar "congelados" até 30 de Abril, pelo menos, caso os 36 clubes concordem com as medidas propostas por Christian Seifert. Fora de questão está o regresso à competição no curto prazo, bem como a preparação normal das equipas, ainda que prevaleça a ideia de concluir a temporada 2019-20, suspensa a nove rondas do final. A DFL já garantiu, de resto, a prorrogação de prazos no que toca aos direitos televisivos.

Xadrez

Nepomniachtchi está a dominar o torneio de candidatos

No torneio de candidatos, cujo vencedor será o novo opositor de Magnus Carlsen na luta pelo título mundial de xadrez, quem está a dominar o evento é o russo Ian Nepomniachtchi, que, em seis jornadas, venceu por três vezes, mantendo-se invicto, e cavando um fosso de um ponto para o seu mais directo perseguidor, o francês Maxime Vachier-Lagrave. O russo viu-se confrontado com o jogo ambicioso de Ding Liren e obrigado a uma luta sem quartel, mas o chinês levou o seu esforço longe de mais, debilitando a sua própria posição e sofrendo um contra-ataque demolidor. Para Liren, número três mundial, deverá ter sido o adeus à possibilidade de vir a vencer a prova, depois do terceiro desaire sofrido.

Volta à França à porta fechada?

Ciclismo
Diogo Cardoso Oliveira

A ideia é não ceder já aos efeitos do surto de covid-19 e aplicar um plano de assistência reduzida que permita levar avante o Tour

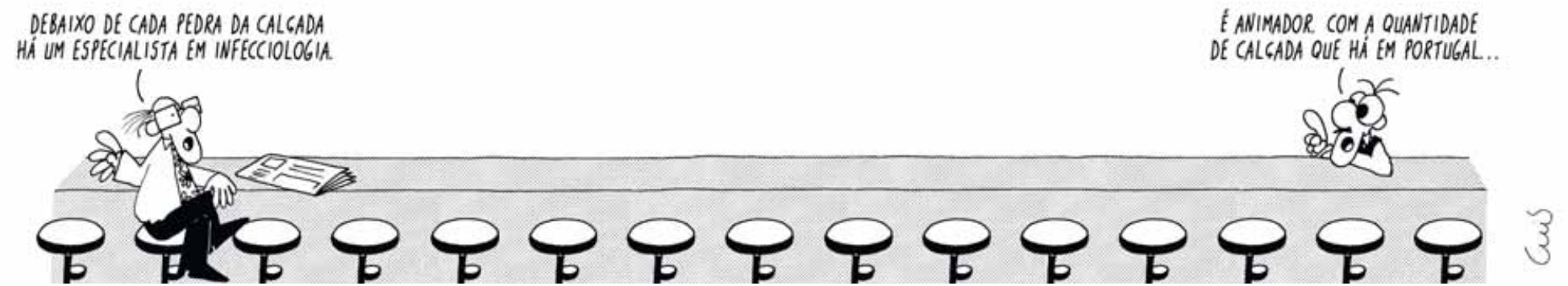
Pedalar, pedalar, pedalar. Dê por onde der, com ou sem vírus. É preciso correr sem público nas estradas? Que seja. Sem público nas metas? Tudo bem. Cerimónias protocolares mais simples? Vamos a isso. Em traços gerais, é isto que está a ser pensado e negociado pela organização da Volta à França. A ideia é não ceder já aos efeitos do surto de covid-19 e estudar um plano de redução de público nas etapas que permita levar avante o Tour 2020, prova agendada para o final de Junho.

Outros grandes eventos desportivos já foram adiados, nomeadamente o Euro 2020 e os Jogos Olímpicos. Para o Tour, porém, o *Le Parisien* aponta que há contornos diferentes: não é um evento tão cosmopolita e global como os Jogos e não está tão dependente da conclusão de outras provas como o Europeu de futebol.

A ideia é, portanto, tentar prosseguir com o Tour, mas "à porta fechada". Não será exactamente isto, mas quase. Roxana Maracineanu, ministra gaulesa dos desportos, reconheceu que existem conversações com a ASO [organização do Tour] sobre este assunto e que "é de uma importância capital que a prova possa ser organizada". Tal seria feito, diz a publicação francesa, com redução da concentração de pessoas, seguindo o exemplo da corrida Paris-Nice, cuja realização, no início de Março, foi feita quase na totalidade (correram-se sete das oito etapas).

A corrida foi organizada com redução grande do número de pessoas nas zonas de partida e chegada das etapas, limitando aglomerados, algo que seria replicado no Tour — prova que teria de aceitar, por um ano, reduzir a habitual pompa popular e publicitária que a envolve.

É nestes moldes que a Volta à França poderá ir para a estrada. A alternativa é ser adiada, como a maioria das provas.

BARTOON LUÍS AFONSO

CONSOANTE MUDA

Por agora, não há "economia normal" à qual voltar

Rui Tavares

Se virmos as capas de jornais portugueses antes da I Guerra Mundial, um mês antes da guerra começar, de que falava a jovem República Portuguesa? De que Portugal tinha finalmente as contas equilibradas. Chega a guerra e essa ilusão é abalroada.

Em breve talvez venhamos a ver as notícias do *superavit* de Mário Centeno para 2020 da mesma maneira. Se o apoio estatal ao *lay-off* de trabalhadores custar mil milhões de euros por mês, como se especula que possa ser, aí vai meio ponto percentual de PIB em cada mês, sem contar com todas as outras despesas suplementares – e sem contar que vamos entrar em recessão e que por isso o PIB será menor. Adeus *superavit* e, a continuar assim, adeus limites do défice.

É por isso compreensível a atitude que vamos vendo aqui ou acolá de que esta situação não é sustentável e que o país "não pode" estar em quarentena durante muito tempo. Que teremos de "voltar ao normal". Que se o coronavírus mata, uma economia parada também mata. Isso é tudo verdade e, como digo, torna o sentimento compreensível.

Só há um problema: não há, por agora, "economia normal" à qual voltar. A ideia de que abrandar, diminuir, ou tornar mais seletiva a quarentena nos aproxima de "voltar ao normal" tem por base um contrafactual que não se verifica: o de que a alternativa a esta economia de quarentena é a economia que tínhamos antes. Nada disso. A alternativa à economia de quarentena é uma economia de pandemia, pânico e provavelmente caos. Pelo menos por agora. No futuro será possível encontrar uma via de saída da quarentena, e é por isso que todos lutamos. Mas por agora a única via de saída da quarentena é cumprir com a quarentena o melhor que pudermos.

A estratégia de "reabrir a economia" antes de tempo encalharia rapidamente em dois obstáculos, cada um mais intratável do que o outro. O primeiro obstáculo é que seria difícil definir, pelo menos nesta fase da pandemia, antes de um tratamento eficaz, para não falar de uma vacina, quem deveria ficar isolado e quem deveria voltar à "vida normal". Os mais velhos certamente deveriam ficar em casa. Mas qual é o limiar a definir? Podem dizer-me que o número de mortos com quarenta e poucos anos é negligenciável – mas não o é para os próprios nem para as suas famílias. E depois temos as pessoas diabéticas, hipertensas, fumadoras – e todas as consequências que ainda não conhecemos bem que o vírus deixa mesmo em pessoas saudáveis. Expor as pessoas a essas consequências é uma questão moral, mas se é friamente de economia que querem falar, não se esqueçam que essas pessoas também farão as suas escolhas: de ficar em casa, de não consumir, até de se despedirem, de fecharem empresas, de meterem baixa. A economia não está deprimida só por causa da quarentena. Está deprimida por causa da pandemia.

Aqui chegamos ao segundo obstáculo, muito mais intratável e até difícil de explicar, porque parte de uma dificuldade inata que temos em entender a natureza logarítmica da escala desta pandemia. Para dar um exemplo meramente ilustrativo: diminuir a quarentena para metade para tentar "normalizar a economia" ao custo do dobro de infetados e de mortos não são apenas contas moralmente erradas, são contas matematicamente erradas, epidemiologicamente erradas, e portanto mais moralmente erradas ainda do que pensávamos à partida, e em conclusão erradas de qualquer forma. Eis porquê: diminuir a quarentena para metade não significa passarmos a ter quatro mil infetados em vez de dois mil ou duzentos mortos em vez de cem: significa dezenas de milhares ou mesmo centenas de milhares de infetados e sabe-se lá quantas centenas ou milhares de mortos a mais. O que se pretende com a quarentena é que cada pessoa infetada não infete mais do que uma outra pessoa – e se possível nenhuma. Sem quarentena cada pessoa infetada poderia infetar duas, três, ou mais pessoas. Na primeira condição, após dez etapas de transmissão, teríamos dez pessoas infectadas. Na segunda hipótese, após as mesmas dez etapas, teríamos em torno de sessenta mil pessoas infetadas (note-se: por cada cadeia de transmissão) – e o colapso do SNS. Em resultado, o espaço para poder diminuir a quarentena é mais do que exíguo: é quase inexistente e provavelmente economicamente irrelevante de qualquer forma.

Em resumo, se a economia da quarentena não agrada a ninguém, a economia da pandemia, do pânico e do caos seria muito provavelmente pior ainda. Uma quarentena tão eficaz quanto possível não é, em consequência, apenas a melhor escolha moral possível. É também provavelmente a melhor escolha económica, ou pelo menos a escolha que permitirá fazer um caminho mais gradual e ordeiro em direção a uma economia pós-pandemia mais saudável.

Mas as condições orçamentais descritas no início desta crónica continuam a verificar-se: esqueçam o *superavit* e provavelmente esqueçam os limites da dívida também. Que fazer? Durante anos vivemos sob a imposição da ideia de que "não há alternativa". Com a pandemia, dá a sensação que essa é a única economia que já não é possível. Na próxima crónica, tentarei falar das alternativas que se tornam agora não só possíveis, mas sobretudo necessárias e urgentes.

Historiador

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões   7 12 26 30 33 10 11 **1.º Prémio** 17.000.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | E14A97B4-0DF9-4766-8624-79D9D71E3BC: Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Fevereiro **29.052 exemplares Membro da APCT**

VISAPRESS© Direitos de Autor Protegidos